Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Direito

Pedro Losa Loureiro Valim

Técnicas agregativas de litígios nos Estados Unidos: *class action* e *multidistrict litigation*

Rio de Janeiro
2024

Pedro Losa Loureiro Valim

Técnicas agregativas de litígios nos Estados Unidos: *class action* e *multidistrict litigation*

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Processual.

Orientador: Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

V172 Valim, Pedro Losa Loureiro

Técnicas agregativas de litígio nos Estados Unidos: class action e multidistrict litigation / Pedro Losa Loureiro Valim. - 2024.
1133 f.
Orientador: Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes.

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Direito processual coletivo - Teses. 2.Legitimidade (Direito) – Teses. 3.Coisa julgada – Teses. I.Mendes, Aluisio Gonçalves de Castro. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 347.769(73)

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura Data

Pedro Losa Loureiro Valim

Técnicas agregativas de litígio nos Estados Unidos: *class action* e *multidistrict litigation*

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de Pesquisa: Direito Processual.

Aprovada em 29 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes (Orientador)

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof. Dr. Humberto Dalla Bernardina de Pinho

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof. Dr. Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof. Dr. Teresa Arruda Alvim

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

_____

Prof. Dr. Cassio Scarpinella Bueno

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rio de Janeiro
2024

AGRADECIMENTOS

Nenhum mar de conhecimento é navegável sem o auxílio daqueles que gentilmente emprestam seus compassos. Meus agradecimentos transcendem as palavras.

Meus especiais e mais sinceros agradecimentos à Professora Deborah Hensler, que propiciou uma excepcional acolhida durante a minha temporada junto à Faculdade de Direito de Stanford, durante o outono de 2023. As generosas trocas na disseminação do conhecimento foram fundamentais para o aprofundamento da tese.

Agradeço também à *Robert Crown Law Library*, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Stanford, na pessoa de sua querida diretora Tatyana Bukina, pela oportunidade de acesso às fontes bibliográficas que marcaram profundamente este estudo. O invejável acervo disponível na biblioteca representou inesgotável e rica fonte de pesquisa.

Deixo também registrada minha gratidão à Professora Amalia Kesller, que gentilmente autorizou minha participação nos encontros semanais do grupo de doutorado (*The Doctor of the Science of Law* – JSD). As discussões instigantes e acaloradas com participantes de diversos países ao redor do mundo acerca de temas tão variados e multifacetados propiciou a ampliação dos horizontes de pesquisa e uma carga de maior interdisciplinaridade sempre bem-vinda nas perquirições cognitivas.

No calor de 40º graus de Austin, no estado do Texas, agradeço à Professora Linda Mullenix, que, como uma brisa de ar fresco, propiciou uma conversa produtiva, agradável e extremamente enriquecedora acerca dos principais instrumentos processuais agregativos de litígio no ordenamento jurídico dos Estados Unidos, bem como dos contemporâneos rumos traçados à luz da mais recente doutrina e jurisprudência.

Sou grato também às instigantes e provocativas contribuições da professora Elizabeth Chamblee Burch, fundamentais para o aprimoramento das pesquisas relativas ao instituto jurídico do *multidistrict litigation* (MDL), comparativamente à sistemática adotada pelas *class actions* no âmbito dos Estados Unidos. A conversa mantida com a professora foi profícua para a análise verticalizada dos principais problemas atualmente enfrentados pelas cortes judiciais, na agregação dos litígios, tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento do capítulo atinente ao MDL. Aproveito a

oportunidade para agradecê-la por graciosamente me ceder a versão de sua mais recente obra "*Mass Tort Deals*: backroom bargaining in multidistrict litigation".

Deixo registrado meu especial agradecimento ao orientador Professor Aluisio Mendes. O vernáculo em alemão *Doktorvater* traduz, com perfeição, a importância do papel de sua orientação na tese de doutoramento. Sua obra sobre as ações coletivas despertou o interesse pelo tema, tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento da presente tese de doutoramento.

EPÍGRAFE

No man is an island entire of itself;
every man is a piece of the continent,
a part of the main.
- *John Donne*

The class action has been a freak from birth, a useful – perhaps an essential – bastard, but one whose existence nonetheless makes us question the categories that polite legal society uses to order the world.
- *Stephen C. Yeazell*

It will take a generation or so before we can fully appreciate the scope, the virtues and the vices of new Rule 23.
- *Benjamin Kaplan*

Sabia pouco, mas pelo menos sabia disso:
que ninguém fala pelos outros.
Que, mesmo que queiramos contar histórias alheias,
terminamos sempre contando nossa própria história.
- *Alejandro Zambra*

Verbunden werden auch die Schwachen mächtig.
Der Stark ist am mächtigsten allein.
- *Friedrich Schiller*

RESUMO

VALIM, Pedro Losa Loureiro Valim. *Técnicas agregativas de litígio nos Estados Unidos*: class action e multidistrict litigation. 2024. 1133f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A tese oferece uma análise detalhada acerca das duas principais técnicas de agregação dos litígios no ordenamento jurídico norte-americano. As class actions representam uma importante via de coletivização principal, mediante a atribuição ao membro da classe de legitimidade para a propositura de uma ação coletiva em favor não apenas de sua posição jurídica individual, como também em prol de toda a coletividade ali representada. A tese analisa a evolução histórica das ações coletivas, desde o período romano até a entrada em vigor da Regra 23 das Federal Rules of Civil Procedures, em sua redação atual, após aprovação da reforma em dezembro de 2018. Além disso, são abordados aspectos processuais relevantes para a compreensão global do instituto: os requisitos de admissibilidade, as categorias de class actions, a competência para o seu julgamento, a fase de certificação, a notificação da classe, a celebração de eventuais acordos coletivos, a formação da coisa julgada e os correlatos mecanismos de vinculação do grupo (opt-in e opt-out), o arbitramento dos honorários advocatícios e a atual utilização de convenções de arbitragem como mecanismo obstaculizador do juízo de admissibilidade das class actions, em especial nos ramos consumeristas e trabalhistas. Foi também acrescentado, mediante recorte temático, um capítulo específico para as securities class actions, cada vez mais comuns nos Estados Unidos, como um importante instrumento de tutela dos investidores no mercado de valores mobiliários americanos, em caso de fraudes cometidas pelas companhias listadas na Bolsa de Valores. Por fim, realizou-se uma investigação acerca do instituto do multidistrict litigation, relevante ferramenta de consolidação de processos em trâmite perante o sistema judicial federal americano que possuam uma questão fática comum a ser resolvida agregativamente junto ao juízo multidistrital, previamente selecionado para a coordenação dos esforços necessários para a resolução da litigância em massa. Regulado pelo Multidistrict Litigation Act, aprovado em 1968, o MDL representa uma realidade na praxe forense federal, correspondendo a uma fração cada vez maior do acervo em trâmite perante a Justiça Federal dos Estados Unidos. Sua relevância e atualidade denotam a importância da técnica incidental de coletivização, enquanto ferramenta agregativa de litígios, dentro do microssistema da tutela coletiva.

Palavras-chave: Processo Coletivo; técnicas agregativas de litígio; ações coletivas; class actions; multidistrict litigation.

ABSTRACT

VALIM, Pedro Losa Loureiro Valim. *Aggregate litigation techniques in the United States*: class action and multidistrict litigation. 2024. 1133f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The thesis provides a detailed analysis of the two primary techniques for aggregating claims in the American legal system. Class actions represent a significant procedural tool for collectivization, granting class members standing to bring a collective action not only on behalf of their own individual claims but also for the entire group there represented. The thesis examines the historical evolution of class actions, from the Roman period to the enactment of Rule 23 of the Federal Rules of Civil Procedure in its current form, following the approval of the latest amendment in December 2018. Furthermore, it addresses procedural aspects relevant to the overall understanding of the institute: threshold requirements, types of class actions, jurisdictional issues, class certification, notice, global settlements, res judicata and related mechanisms for providing binding effect on class members (opt-in and opt-out), awarding the attorney's fee in class action and the current use of arbitration agreements as a way to limit access to judicial class actions, especially in consumer and labor fields. Additionally, a specific chapter on securities class actions has been added, underscoring a thematic approach, increasingly prevalent within the United States serving as a pivotal mechanism in safeguarding investors in the American securities market in cases of fraud committed by companies listed on the Stock Exchange. Lastly, an investigation was conducted into the multidistrict litigation institute, a relevant tool for consolidating civil actions pending in different federal district courts that share a common factual issues to a single district for consolidated or coordinate proceedings, previously selected by the Multidistrict Litigation Act, enacted in 1968. MDL represents a reality in federal practice, accounting for an increasingly larger fraction of the judicial docket pending before the federal courts. Its relevance and contemporaneity underscore the importance of the incidental technique of collectivization as an aggregative tool within the microsystem of collective redress.

Keywords: Aggregate litigation; multi-party litigation; collective redress; class actions; multidistrict litigation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de júris realizados de 2000 a 2016 nas cortes federais..... 496

Tabela 2 Porcentagem de habilitações individuais de acordo com o valor da pretensão econômica por membro da classe..... 552

Tabela 3 Dados estatísticos de *opt-outs* de acordo com a natureza material do direito..... 674

Tabela 4 Ranking dos maiores acordos celebrados em *securities class actions*..... 885

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	*American Arbitration Association*
ABA	*American Bar Association*
ACLU	*American Civil Liberties Union*
ADEA	*Age Discrimination in Employment Act*
ADR	*Alternative Dispute Resolution*
AED	Análise Econômica do Direito
AgRg	Agravo Regimental
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ALI	*American Law Institute*
AOL	*American Online*
BIPA	*Biometric Information Privacy Act*
CAFA	*Class Action Fairness Act*
CAM	Câmara de Arbitragem do Mercado
CAT	*Competition Appeal Tribunal*
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
Cir.	*Circuit*
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DOJ	*Departamento of Justice*
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
EPA	*Equal Pay Act*
FAA	*Federal Arbitration Act*
FCC	*Federal Communication Commission*

FCRA	*Fair Credit Reporting Act*
FDA	*Food and Drug Administration*
FJC	*Federal Judicial Center*
FLCRA	*Farm Labor Contractor Registration Act*
FLSA	*Fair Labor Standards Act*
FRCP	*Federal Rules of Civil Procedure*
FTC	*Federal Trade Commission*
ICJ	*Institute for Civil Justice*
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
KapMuG	*Kapitalanleger-Musterverfahrensgesetz*
MDL	*Multidistrict Litigation*
NECA	*National Electrical Contractor Association*
NLRB	*National Labor Relations Board*
NYSE	*New York Stock Exchange*
POF	*Percentage of Fund*
PSLRA	*Private Securities Litigation Reform Act*
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
SCA	*Stored Communications Act*
SEC	*Securities and Exchange Commission*
SFFA	*Students for Fair Admissions*
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCPA	*Telephone Consumer Protection Act*

TILA	*Truth in Lending Act*
U.S.C.	*Code of Laws of the United States of America*
USDA	*United State Department of Agriculture*

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	**EVOLUÇÃO HISTÓRICA**	26
1.1	**Direito romano: *actiones popularis***	26
1.2	**Feudalismo e as ações de grupo**	31
1.3	**Idade Moderna e *The Bill of Peace***	37
1.4	**Estados Unidos e desenvolvimento das *class actions***	44
1.4.1	*Equity Rule 48*	48
1.4.2	*Equity Rule 38*	52
1.4.3	*Federal Rules of Civil Procedure*: *Rule 23*	56
1.4.4	Reforma de 1966	66
1.4.5	Subsequentes reformas	72
2	**PRINCIPAIS FINALIDADES**	75
2.1	**Eficiência judicial e economia processual**	75
2.2	**Acesso à justiça em danos de bagatela**	78
2.3	**Isonomia processual**	82
2.4	**Paridade de armas**	84
2.5	**Efeito dissuasório**	88
3	**PRINCIPAIS CRÍTICAS**	92
4	**LEGITIMIDADE DO MEMBRO DA CLASSE**	103
5	**REQUISITOS DAS CLASS ACTIONS**	112
5.1	**Linhas Gerais**	112
5.1.1	A classe	112
5.1.2	O representante	115
5.2	**Numerosidade**	124
5.3	**Existência de questões comuns de fato ou de direito**	132
5.4	**Tipicidade**	144
5.5	**Representatividade adequada**	160
5.5.1	Representatividade adequada do autor ideológico	160
5.5.2	Representatividade adequada do escritório de advocacia	194

6 **TIPOLOGIA DAS *CLASS ACTIONS*** 218
6.1 ***Incompatible standards class actions.*** 223
6.2 ***Limited fund class actions.*** 233
6.3 ***Injunctive or declaratory class actions.*** 243
6.4 ***Class actions for damages.*** 264
6.4.1 *Predominance requirement.* 269
6.4.2. *Superiority requirement* 295
7 **COMPETÊNCIA** 310
7.1 **Regras Gerais** 310
7.2 ***Class Action Fairness Act*** 329
7.2.1 *Minimal diversity* 329
7.2.2 *Amount in controversy* 334
7.2.3 Composição quantitativa da classe de no mínimo 100 345
7.2.4 *Class action magnets* 347
7.2.5 Federalismo e o CAFA 350
7.2.6 Rejeição da certificação 360
7.2.7 Facilitação do deslocamento para a Justiça Federal 361
7.2.8 Legitimidade para o *removal* 363
7.2.9 Ônus da prova 367
7.2.10 Exceções à competência federal 368
7.3 ***Mass Action Provision*** 376
7.4 **Regras de personal jurisdiction e o precedente *Bristol-Meyers*** 381
8 **CERTIFICAÇÃO DAS CLASS ACTIONS** 396
8.1 **Linhas Gerais** 396
8.2 **Delimitação da classe** 397
8.3 **Certificação enquanto reequilíbrio de forças** 399
8.4 **Recorribilidade da decisão de certificação** 404
8.5 **Análise meritória na fase de certificação** 411
8.6 **Momento da certificação** 423
8.7 **Certificação condicional** 424
8.8 ***Issue class action* (certificação parcial)** 428
9 **NOTIFICAÇÃO DO GRUPO (*NOTICE*)** 445
9.1 **Objetivos da notificação** 445

9.1.1 *Certification notice* 446
9.1.2 *Settlement notice* 449
9.1.3 *Attorney's fee notice* 450
9.1.4 *Discretionary notice* 452
9.2 **Conteúdo informacional mínimo** 455
9.3 **Compulsoriedade da notificação** 466
9.4 **Rigor procedimental e impossibilidade de flexibilização** 471
9.5 **Meios tecnológicos: internet e inteligência artificial** 484
10 **ACORDOS (*SETTLEMENTS*)** 496
10.1 **Critérios para aprovação judicial** 504
10.1.1 Análise comparativa com a continuidade do litígio 507
10.1.2 Paridade de armas 513
10.1.3 Método de distribuição dos recursos perante a classe 515
10.1.4 Grau de dissenso dos membros da classe com o acordo 516
10.2 ***Settlement notice*** 520
10.3 **Notificação das agências reguladoras** 524
10.4 **Valor dos honorários advocatícios** 531
10.5 ***Nonpecuniary settlement* e *coupon settlement*** 534
10.6 ***Take-up rate*** 545
10.6.1 *Reversionary settlements* 547
10.6.2 Problemas com a notificação 549
10.6.3 Valor do *ticket* médio de indenização 551
10.6.4 Práticas exitosas para o incremento do êxito do acordo 553
10.7 **Acordos abusivos** 558
10.7.1 *Leilão reverso* 559
10.7.2 *Coupon settlement* 560
10.7.3 Condições de elegibilidade excessivas e procedimentos habilitatórios burocráticos 562
10.7.4 Tratamento anti-isonômico perante a classe: objetores abusivos 563
10.8 **Legitimidade recursal da decisão homologatória** 571
10.9 **Dissenso e consenso no acordo coletivo** 574
10.9.1 Objeção 574
10.9.2 Auto-exclusão 578

10.9.3 Mecanismos dissuasórios do exercício do *opt-out* 587
10.10 ***Strike suits* e acordos individuais** 597
10.11 ***Net loss settlements*** 603
10.12 **Doutrina *cy pres*** 605
10.13 ***Settlement class action*** 627
11 **MECANISMO *OPT-IN* E *OPT-OUT*: COTEJO** 644
11.1 **Vantagens e desvantagens do *opt-in* e *opt-out*** 650
11.2 **Releitura do direito de auto-exclusão: abuso de direito?** 661
11.3 ***Exclusion request form* na era digital** 668
11.4 **Análise quantitativa do exercício do direito de auto-exclusão** 670
11.5 **Flexibilidade judicial na adoção do modelo vinculatório** 678
11.5.1 Israel 679
11.5.2 União Europeia 682
12. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** 690
12.1 **Litigância empreendedora e *contingency fee*** 690
12.1.1 Origem histórica 692
12.1.2 Litigância empreendedora na seara coletiva: *private enforcement* 695
12.2 **Honorários sucumbenciais: *American Rule* vs. *English Rule*** 702
12.2.1 Vantagens e desvantagens dos modelos 704
12.2.2 *One-way fee shifting* 706
12.3 **Honorários advocatícios no âmbito da *class action*** 709
12.3.1 Notificação aos membros da proposta de honorários advocatícios 711
12.3.2 Análise comparativa entre a indenização da classe e a verba honorária 713
12.3.3 Métricas para a quantificação da verba honorária 716
12.3.3.1 Linhas Gerais 716
12.3.3.2 Funcionamento do método *percentage-of-recovery* 719
12.3.3.3 Funcionamento do método lodestar 725
12.3.3.4 Aplicação conjunta de ambos os métodos 736
13 **COISA JULGADA** 739
13.1 **Direito de auto-exclusão e ausência de notificação** 739
13.2 ***Collateral attack*** 746
13.2.1 Noções gerais 746
13.2.2 Principais precedentes 748

13.2.2.1 *Gonzalez v. Cassidy*..... 748
13.2.2.2 *Hansberry v. Lee*..... 752
13.2.2.3 *Stephenson v. Down Chemical Co*. 756
13.2.3 Alcance do *collateral attack* e seus limites..... 761
13.2.3.1 Postura do réu..... 761
13.2.3.2 Omissão da classe não inviabiliza o *collateral attack*..... 764
13.2.3.3 Análise retrospectiva da adequação representacional (*hindsight approach*)..... 766
13.2.3.4 Virada jurisprudencial com o precedente *Epstein v. MCA, Inc*..... 767
13.2.3.5 Divergência jurisprudencial e necessidade de pacificação quanto ao tema..... 779
13.3 ***Claim preclusion* e *issue preclusion* no âmbito da class action**..... 783
13.3.1 *Claim preclusion*..... 783
13.3.2 Pedidos omissos na seara coletiva e vinculação da classe..... 785
13.3.3 *Issue preclusion*..... 788
13.3.3.1 Requisito da *mutuality*..... 789
13.3.3.2 Utilização defensiva do *collateral estoppel*..... 791
13.3.3.3 Utilização ofensiva do *collateral estoppel*..... 792
13.3.3.4 Requisitos para o emprego ofensivo do *collateral estoppel*: *Parklane Hosiery Co. v. Shore*..... 797
13.3.3.5 *Offensive collateral estoppel* pelo membro autoexcluído da classe..... 800
14. **ARBITRAGEM E *CLASS ACTION***..... 807
14.1 ***Arbitration provisions* e *class action waivers***..... 807
14.1.1 *AT&T Mobility LCC v. Concepcion*..... 809
14.1.2 *Epic Systems Corp. v. Lewis*..... 814
14.1.3 *Morgan v. Sundance Inc*..... 819
14.2 ***Class arbitration***..... 825
14.3 **Panorama atual**..... 835
15. ***SECURITIES CLASS ACTIONS***..... 838
15.1 **Linhas gerais**..... 838
15.2 **Regulação setorial pelas ações coletivas**..... 839
15.3 ***Private Securities Litigation Reform Act***..... 842
15.3.1 Utilização abusiva e reação legislativa..... 842
15.3.2. Juízo de admissibilidade mais rigoroso..... 845
15.3.3 *Tellabs, Inc. v. Makor Issues & Rights, Ltd*..... 851

15.3.4 *Secondary actors*..... 853
15.3.5 Declarações prospectivas..... 855
15.3.6. Escolha do representante da classe..... 856
15.3.6.1 *Professional in-house plaintiff*..... 856
15.3.6.2 Nomeação do investidor institucional com maior interesse econômico..... 859
15.3.6.3 Reequilíbrio na relação entre representante da classe e escritório..... 863
15.6.3.4 Declaração juramentada pelo representante da classe..... 867
15.3.7 Concentração societária no ramo advocatício..... 869
15.3.8 Impacto positivo nos acordos coletivos..... 870
15.3.9 Litisconsórcio entre acionistas para o exercício do papel representativo..... 873
15.3.10 Ingerência política e cooptação de interesses: *pay to play*..... 874
15.4 **Competência estadual e federal para julgamento**..... 878
15.5 **Dados estatísticos recentes**..... 884
16 ***MULTIDISTRICT LITIGATION***..... 888
16.1 **Coletivização da prova**..... 888
16.2 **Sistemática geral de funcionamento**..... 893
16.2.1 Acesso à justiça nas *tag-along cases*..... 894
16.3 **Histórico legislativo: inovação judicial sem base legal**..... 898
16.4 **Critérios para a consolidação**..... 902
16.4.1 Dispersão geográfica dos processos..... 904
16.4.2 Pluralidade de réus..... 906
16.4.3 Estágio processual das demandas a serem consolidadas..... 907
16.5 **Escolha do juízo multidistrital**..... 908
16.6 **Declínio das *class actions* e ascensão do MDL**..... 913
16.7 **Consolidação dos casos no MDL**..... 917
16.8 **Limites da competência do juízo multidistrital**..... 921
16.9 **Escolha do *lead counsel***..... 925
16.9.1 Critérios para seleção do escritório..... 926
16.9.2 Remuneração do *lead counsel*..... 929
16.9.3 Composição participativa e plural..... 932
16.9.4 Problema dos *repeat players*..... 935
16.10 **Acordos no âmbito do MDL**..... 937
16.10.1 Sistemática do *opt-in* e dispensa de aprovação judicial..... 939

16.10.2 Possibilidade de colusões no âmbito do litígio multidistrital..... 941
16.10.2.1 Regra 1.8(g) do *Model Rules of Professional Responsability*..... 942
16.10.2.2 *Lawyer-withdrawal provision*..... 944
16.10.2.3 Controle judicial do acordo coletivo no âmbito do MDL..... 946
16.10.2.4 *Walk-away provision*..... 949
16.10.2.5 Estipulação de prêmio indenizatório adicional..... 951
16.10.2.6 Conflito intraclasse e colidência de interesses..... 952
16.11 **Limitação da aplicabilidade no âmbito federal**..... 954
16.12 ***Bellwether trials* – técnica de julgamento por amostragem**..... 958
16.12.1 Subsídio informacional como estímulo ao acordo..... 958
16.12.2 Carga persuasiva do julgamento por amostragem e seleção dos casos paradigmáticos..... 962
16.12.3 Compartilhamento de prova no insucesso do acordo..... 971
CONCLUSÃO..... 973
REFERÊNCIAS..... 992

INTRODUÇÃO

A clássica relação jurídico-processual, a partir de uma perspectiva puramente individualizada, em que pese ainda extremamente relevante, não é suficiente atualmente para fazer frente às complexidades advindas da crescente globalização[1]. O intercâmbio em ascensão entre mercados acentuou significativamente o fenômeno da massificação dos litígios.

Um ato ilícito, outrora interpretado de maneira atomizada, é inevitavelmente replicado em série, afetando consumidores pulverizados não apenas ao longo do território nacional, como também na seara internacional. A sociedade de produção em massa inevitavelmente produz danos massificados[2], atingindo não apenas um único indivíduo, mas sim uma coletividade dispersa geograficamente e interconectada pelo compartilhamento do dano sofrido entre seus integrantes.

O atual contexto histórico dá azo à proliferação de demandas isomórficas, em uma verdadeira massificação de litígios. Dantes enquadrado em uma concepção essencialmente individualista, o clássico modelo processual em que cada polo é ocupado

---

[1] "Em um quadro politico, econômico e social estruturalmente renovado, a figura exclusiva do direito subjetivo, em seu enfoque tradicional, não mais pode prevalecer. Surgem, agora, a nível de massa, e por via substancial – enquanto o direito burguês concebia, normalmente, posições jurídicas adquiridas por via formal e colocava o indivíduo, isoladamente considerado, no centro do sistema – interesses difusos: ou seja, aspirações espalhadas e informais à tutela de necessidades coletivas, sinteticamente referidas à qualidade de vida. Necessidades e interesses, esses, que sofrem constantes investidas e agressões, também de massa, e que põem à mostra a existência de outros conflitos metaindividuais, nem sempre reconduzíveis ao contraste autoridade-indivíduo. Nessa perspectiva, vê-se claramente que não é mais suficiente, como o foi outrora, fornecer ao Estado os necessários meios de defesa da ordem pública e ao indivíduo as salvaguardas indispensáveis ao exercício de suas liberdades. Novos conflitos, metaindividuais, esperam soluções na sociedade contemporânea; e exatamente por sua configuração coletiva e de massa são típicos das escolhas políticas e indicam a necessidade de se adotarem novas formas de participação" (GRINOVER, Ada Pellegrini A tutela jurisdicional dos interesses difusos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 4, n. 15, abr./set. 1979, p. 25).

[2] "Não é necessário ser sociólogo de profissão para reconhecer que a sociedade (poderemos usar a ambiciosa palavra: civilização?) na qual vivemos é uma sociedade ou civilização de produção em massa, de troca e de consumo de massa, bem como de conflitos ou conflitualidades de massa (em matéria de trabalho, de relações entre classes sociais, entre raças, entre religiões, etc.). Daí deriva que também as situações de vida, que o Direito deve regular, são tornadas sempre mais complexas, enquanto, por sua vez, a tutela jurisdicional – a Justiça – será invocada não mais somente contra violações de caráter individual, mas sempre mais frequente contra violações de caráter essencialmente coletivo, enquanto envolvem grupos, classes e coletividades. Trata-se, em outras palavras, de violações de massa. Na realidade, a complexidade da sociedade moderna, com intrincado desenvolvimento das relações econômicas, dá lugar a situações nas quais determinadas atividades podem trazer prejuízos aos interesses de um grande número de pessoas, fazendo surgir problemas desconhecidos às lides meramente individuais" (CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 2, n. 5, jan./mar. 1977, p. 129).

exclusivamente por apenas um único jurisdicionado não pode mais ser encarado como a panaceia a remediar e tutelar os casos cada vez mais complexos e multifacetados[3].

A tutela coletiva, dentro deste contexto, é apontada pela doutrina como um dos principais instrumentos processuais postos à disposição para a resolução agregativa dos litígios. As técnicas agregativas – enquanto gênero – fornecem uma ferramenta que busca a maximização dos recursos humanos e materiais do Poder Judiciário, mediante a prolação de um provimento judicial que sirva coletivamente para a resolução da situação jurídica de indivíduos similarmente situados.

A presente tese tem como objetivo propiciar uma análise detalhada acerca das duas principais técnicas agregativas dos litígios no âmbito do ordenamento jurídico dos Estados Unidos: *class actions* e *multidistrict litigation*. Ao longo dos capítulos, procede-se a uma análise descritiva do atual estado de arte da tutela coletiva nos Estados Unidos e, ao término, quando das conclusões do trabalho, apresentam-se sugestões para o aprimoramento do microssistema da tutela coletiva no plano nacional, à luz das virtudes e vícios (*virtues and vices*) das técnicas agregativas implementadas nos Estados Unidos.

Com origens históricas que remontam, em certa medida, ao período romano (*actiones popularis*) e ao direito anglo-saxão durante a época feudal, as *class actions* sempre representaram uma importante ferramenta processual nos Estados Unidos. Reguladas no âmbito federal pela Regra 23 das *Federal Rules of Civil Procedure* (FRCP), são um relevante modelo de coletivização pela via principal.

Trata-se, em linhas gerais, de uma ação representativa, em que se confere ao membro da classe legitimidade para ajuizar uma ação que busca tutelar não apenas a sua própria esfera jurídica, como também daqueles integrantes do grupo similarmente situados. O autor ideológico da ação coletiva atua não apenas em nome próprio, mas sim em favor de toda a classe do qual figura também como membro.

Em um dano consumerista, por exemplo, após a identificação de um débito indevido realizado a título de tarifa bancária por parte de uma instituição financeira, é

---

[3] "As relações interindividuais continuam sem dúvida a revestir grande importância na vida contemporânea, pelo menos em alguns setores da atividade humana. Ao lado delas, porém, vai crescendo incessantemente o número e o relevo de situações de diferente corte, em que se acham envolvidas coletividades mais ou menos amplas de pessoas. Essas situações também podem e costumam servir de nascedouro a conflitos de interesses, cuja frequência e gravidade aumentam dia a dia. Mas, para dar-lhes solução adequada, não raro parecem pouco eficazes as armas do arsenal jurídico herdado de outros tempos. Toma-se indispensável um trabalho de adaptação, que afeiçoe às realidades atuais o instrumental forjado nos antigos moldes; ou antes, em casos extremos, um esforço de imaginação criadora, que invente novas técnicas para a tutela efetiva de interesses cujas dimensões extravasam do quadro bem definido das relações interindividuais" (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados interesses difusos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 7, n. 28, out./dez. 1982, p. 7).

possível a agregação das pretensões de todos os correntistas afetados. O dano, a partir de uma concepção puramente individualizada, poderia ser irrisório, a ponto de sequer justificar o ajuizamento de uma ação autônoma por parte do consumidor prejudicado.

Ao viabilizar a agregação das pretensões de todos os prejudicados em uma única via processual coletiva, as *class actions* propiciam o tratamento molecularizado dos litígios. Danos de bagatela que, outrora poderiam permanecer impunes, podem ser devidamente ressarcidos com o ajuizamento de uma *consumer class action*, por parte de um dos consumidores afetados em prol de toda a classe.

Os danos atomizados, individualmente suportados por cada um dos integrantes do grupo, não raramente são de somenos importância pecuniária. Entretanto, ao serem agregados em uma ação representativa, alcançam facilmente cifras volumosas que conferem a devida atratividade econômica ao litígio coletivo, inclusive por parte daqueles responsáveis pela representação processual dos interesses da classe, na figura dos escritórios de advocacia.

Nos capítulos iniciais da tese, é realizado um breve esboço acerca da evolução história do instituto, com ênfase no desenvolvimento das *class actions* em solo americano. Além disso, são esmiuçadas as principais vantagens das ações coletivas. Ao viabilizar a agregação das pretensões em uma única via processual, as *class actions* alcançam uma série de benefícios, outrora inimagináveis a partir de uma ótica puramente individual do litígio.

Além de concretizar o acesso à justiça em danos de bagatela[4], em especial levando em consideração os altos custos inerentes à judicialização nos Estados Unidos, o tratamento molecularizado do litígio assegura um tratamento isonômico aos membros da classe, à luz da segurança jurídica.

Simultaneamente, a possibilidade de agregação das reivindicações em uma única via coletiva também exerce, além da função reparatória, uma finalidade dissuasória, de natureza eminentemente preventiva, ao invés de puramente sancionatória. Ao veicular demandas não apenas atinentes a um único indivíduo isoladamente considerado, mas sim em prol de toda a classe, eventual sucumbência na seara coletiva terá como consequência

[4] "Não se pode deixar de reconhecer que a *class action* permite a tutela jurisdicional em situações nas quais o custo do processo individual, consideravelmente mais elevado nos Estados Unidos, seria superior ao benefício econômico pretendido e se tornaria, por isso, proibitivo" (ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. *Ações coletivas*: a tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 29).

a condenação do réu em patamares vultuosos, que podem inclusive acarretar a própria falência empresarial.

Ao serem defrontadas com a possibilidade de ajuizamento de uma ação coletiva, as empresas usualmente repensam suas estratégias produtivas, dissuadidas da perpetração dos ilícitos, levando em consideração os riscos inevitavelmente envolvidos com a propositura de uma *class action* em seu desfavor. Em tal sentido, as ações coletivas exercem uma importante função regulatória[5], ao estimular, ainda que mediatamente, a conformação dos comportamentos dos sujeitos processuais aos padrões de juridicidade previamente estabelecidos.

Entretanto, assim como qualquer instituto jurídico, as *class actions* não estão imunes a críticas. Por se tratar de uma ação representativa, há uma imanente perda do grau de participação dos indivíduos na condução do litígio coletivo[6]. Os membros ausentes (*absent members*), ainda que sejam devidamente notificados acerca da tramitação da ação coletiva, permanecem alijados do centro decisório, que permanece sob controle do representante da classe e do escritório de advocacia responsável pela condução do processo coletivo.

Ao invés de figurarem como protagonistas na resolução do conflito, com possibilidade de participação efetiva e concreta na definição dos rumos do litígio, aos membros da classe é relegado um papel de meros espectadores, em que pese a qualidade de titulares dos direitos litigiosos.

Em virtude do inerente déficit democrático existente no seio do litígio coletivo, bem como levando em consideração a possibilidade de atingimento da esfera jurídica dos

---

[5] "Ao contrário da concepção estatista europeia, que privilegia a atividade pública regulamentadora do Estado, nos Estados Unidos o processo civil em geral e as ações coletivas em particular são considerados instrumentos centrais do processo regulatório da sociedade (*regulatory process*), tanto através das ações injuntivas como das ações indenizatórias. Essa é uma função educativa exercida pelas ações coletivas. Assim, ainda que em determinada *class action* não haja benefício financeiro efetivo para os membros do grupo, isso não significa que o prosseguimento da ação seja inútil. O que importa é punir aquele que praticou a conduta ilícita, sem deixá-lo locupletar-se com os lucros obtidos com a conduta praticada (enriquecimento ilícito), fazendo-o responder em juízo pelo prejuízo coletivo que causou e desmotivando a prática ilícita no futuro" (GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos*: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 35-36).

[6] "Nesses termos, o que se pretende é a realização de uma pesquisa que defina qual é o centro gravitacional do processo coletivo. Ele é um mecanismo de produção de resultados para um grupo alheio aos acontecimentos processuais, ou é um método para fazer presentes essas pessoas? Dito de outro modo, pretende-se discutir quais as condições de possibilidade de existência de um processo coletivo que dissocia o autor do resultado de sua própria conduta, impondo esse resultado ao grupo, que não participa da produção da decisão. A partir dessa análise, será possível responder o que é o devido processo legal coletivo e o que ele exige na definição da relação entre os titulares do direito litigiosos e o legitimado coletivo" (VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo*: dos direitos aos litígios coletivos. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 17-18).

membros ausentes pelo resultado do processo coletivo, a Regra 23 estabelece, à luz do devido processo legal coletivo em sua vertente substancial, uma série de garantias processuais que devem ser asseguradas aos integrantes do grupo, dentre elas, a título exemplificativo, a possibilidade do exercício do direito de auto-exclusão (*right to opt out*), bem como a exigência da representatividade adequada em relação ao autor ideológico da ação coletiva, que deve representar adequada e vigorosamente os interesses da classe.

A opção dos Estados Unidos, na seara coletiva, pelo modelo de coisa julgada *pro et contra*, em que os membros da classe são vinculados pelo resultado do litígio coletivo, independentemente se favorável ou não aos interesses da coletividade, deve ser precedida do estabelecimento de um *framework* que respeite a esfera jurídica dos integrantes do grupo[7].

Além do requisito da representatividade adequada e do exercício do direito de auto-exclusão, a Regra 23 prevê a notificação da classe acerca da certificação da ação coletiva, quando do juízo positivo de sua admissibilidade. Adicionalmente, é estabelecida a necessidade de prévia aprovação judicial do acordo coletivo eventualmente celebrado, após a realização de uma audiência pública (*fairness hearing*) em que é oportunizada aos membros da classe, após serem devidamente notificados, a possibilidade de oposição de objeções à chancela judicial da proposta de acordo coletivo. As balizas procedimentais fixadas pela Regra 23 – ventiladas apenas preambularmente neste capítulo introdutório – serão objeto de percuciente análise ao longo da tese de doutoramento.

A partir do final da década de 1990, houve uma série de decisões por parte da Suprema Corte que limitaram o âmbito de alcance das *class actions*. Conjuntamente com reformas legislativas conduzidas pelo Congresso Nacional, após forte *lobby* realizado pelas grandes corporações americanas que figuravam rotineiramente como réus nos processos coletivos, as *class actions* tiveram sua esfera de aplicabilidade severamente mitigada.

---

[7] "In theory, the client in non-class litigation can protect her own interests by stating her objectives, monitoring her lawyer's conduct, and above all, making her own decisions about whether and on what terms to settle. In a class action, absent class members lack the same ability to protect their own interests. Thus, class actions provide a number of procedural safeguards, including judicial supervision of settlement and fees, as well as a requirement of adequate representation: a court certifies the class only if the court is satisfied that the class representatives and class counsel will adequately represent the class as a whole" (ERICHSON, Howard M. Beyond the class action: lawyer loyalty and client autonomy in non-class collective representation. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, 2003, p. 523-524).

Simultaneamente ao declínio das ações coletivas, a virada do século foi marcada profundamente pela utilização cada vez mais frequente do instrumento jurídico do *multidistrict litigation* enquanto técnica de coletivização pela via incidental.

Diversamente da sistemática das ações de classe, no bojo das quais a coletivização, desde o início da relação processual, ocorre pela via principal, o *multidistrict litigation* (MDL) é uma ferramenta processual de coletivização pela via incidental, mediante a qual é propiciada a consolidação de processos individuais em trâmite perante o sistema judicial federal americano que possuam uma questão fática comum a ser resolvida agregativamente junto ao juízo multidistrital, previamente selecionado para a coordenação dos esforços necessários para a resolução da litigância massificada (*mass tort cases*).

Levando em consideração o controle cada vez mais rigoroso quanto à admissibilidade das ações coletivas, os escritórios de advocacia migraram, ainda que parcialmente, a estratégia para a obtenção da coletivização do litígio. Ao invés de ajuizar uma única ação coletiva, em que figuraria como autor ideológico o representante da classe, é adotado um modelo distinto.

Os integrantes do grupo ajuízam autonomamente ações individuais junto às cortes distritais federais ao longo do território nacional. Em uma segunda etapa, é formulado incidentalmente um requerimento de consolidação dos processos individuais em trâmite perante um juízo federal previamente selecionado, responsável pela coordenação dos esforços para a resolução da questão comum. Trata-se do juízo multidistrital.

Como a coletivização ocorre apenas incidentalmente, a autonomia dos membros da classe é preservada, uma vez que a consolidação pressupõe a prévia manifestação volitiva favorável à judicialização do conflito. A técnica do MDL supera questionamentos quanto ao déficit democrático existente no seio das ações de classe.

Como será visto em maiores detalhes em capítulo autônomo, o litígio multidistrital ganha ainda mais relevo, quando se constata empiricamente que sua utilização não se circunscreve única e exclusivamente à mera coletivização da prova. Superada a fase instrutória comum aos processos consolidados, em regra, é judicialmente estimulado o diálogo entre as partes para a obtenção de um acordo global a fim de resolver agregativamente o litígio.

De posse de métricas mais precisas quanto às probabilidades de vitória ou derrota, à luz do conjunto probatório coletivamente produzido, e ancorado na realização de júris

pontuais para aferir a temperatura da provas coligidas, há uma convergência das partes para a celebração de acordos coletivos, ainda na seara do litígio multidistrital.

Uma análise quantitativa acerca dos *settlements* celebrados no bojo dos MDL demonstra a relevância do instituto. No âmbito do litígio multidistrital nº 2885, instaurado perante a corte federal do distrito norte da Flórida para a apuração da responsabilidade civil da empresa 3M pela comercialização ao Exército de aparelhos de proteção auricular supostamente defeituosos, foi celebrado um acordo coletivo que alcançou a cifra de 6 bilhões de dólares.

As duas técnicas agregativas de litígio – tanto pela via principal quanto pela via incidental – são complementares, inseridas dentro do microssistema de tutela coletiva, merecendo ambas uma análise mais detalhada a fim de propiciar uma compreensão mais sistêmica acerca de seu funcionamento.

Após o desenvolvimento, de maneira detalhada e aprofundada, da sistemática atualmente em vigor no âmbito dos Estados Unidos a título de técnicas agregativas do litígio, a tese, de maneira conclusiva, oferece sugestões de caráter propositivo para o aprimoramento do atual estado da arte da tutela coletiva na seara nacional, levando em consideração as virtudes e vícios constatados ao longo dos capítulos do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ABEL-SMITH, Brian; ZANDER, Michael; ROSS, Rosalind Brooke. *Legal problems and the citizen*: a study in three London boroughs. Londres: Heinemann, 1973.

ABELHA, Marcelo. *Ação civil pública e meio ambiente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004

ABESMEIER, Mike. The professional objector and revised Rule 23: protecting voice rights while limiting objector abuse. *Review Litigation*, v. 24, n. 3, p. 609-636, 2005.

ACKERMAN, Robert M. Tort law and communitarianism: where rights meet responsibilities. *Wake Forest Law Review*, v. 30, n. 4, p. 649-692, 1995.

_____. Introduction ADR: an appropriate alternative. *Willamette Law Review*, v. 33, n. 3, p. 497-500, 1997.

_____. Disputing together: conflict resolution and the search for community. *Ohio State Journal on Dispute Resolution*, v. 18, n. 1, p. 27-92, 2002.

ACKERMAN, Wystan M. Precluding defendants from relitigating sentencing findings in subsequent civil suits. *Columbia Law Review*, v. 101, n. 1, p. 128-154, jan. 2001.

AGUIAR, Leandro Katscharowski. *Tutela coletiva de direitos individuais homogêneos e sua execução*. São Paulo: Dialética, 2002.

AHMADOV, Farid Turab. *The right of actio popularis before international courts and tribunals.* Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Oxford. Oxford, 2017.

AIKEN, Alexander W. Class action notice in the digital age. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 4, p. 967-1018, mar. 2017.

AKERLOF, George Arthur. The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ALDERMAN, Richard M. Pre-dispute mandatory arbitration in consumer contracts: a call for reform. *Houston Law Review*, v. 38, n. 4, p. 1237-1268, 2001.

_____. What's really wrong with forced consumer arbitration? *Business Law Today*, v. 2010, n. 1, p. 1-2, nov. 2010.

ALESSANDRA, Anita M. When doctrines collide: disparate treatment, disparate impact and *Watson v. Fort Worth Bank & Trust*. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 137, n. 5, p. 1755-1790, maio 1989.

ALEXANDER, Janet Cooper. Do the merits matter: a study in securities class actions. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 3, p. 497-598, fev. 1991.

_____. The value of bad news in securities class actions. *UCLA Law Review*, v. 41, n. 6, p. 1421-1470, ago. 1994.

_____. Rethinking damages in securities class actions. *Stanford Law Review*, v. 48, n. 6, p. 1487-1538, jul. 1996.

_____. Contingent fees and class actions. *DePaul Law Review*, v. 47, n. 2, p. 347-362, 1998.

ALEXANDER, Larry. The relationship between procedural due process and substantive constitutional rights. *Florida Law Review*, v. 39, n. 2, p. 323-344, 1987.

ALEXANDER, Lawrence. The relationship between procedural due process and substantive constitutional rights. *University of Florida Law Review*, v. 39, n. 2, p. 323-343, mar. 1987.

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica*: a teoria do discurso como teoria da justificação jurídica. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. 6ª ed. São Paulo: Editora Forense, 2021.

ALLEN, William T. Finality of judgement in class actions: a comment on Epstein v. MCA, Inc. *New York University Law Review*, v. 73, n. 4, p. 1149-1166, out. 1998.

ALLOR, Elizabeth P. Keating v. Superior Court: oppressive arbitration clauses in adhesion contracts. *California Law Review*, v. 71, n. 4, p. 1239-1257, jul. 1983.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo brasileiro*: um novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*: análise crítica das propostas existentes e diretrizes para uma nova proposta de codificação. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. *Manual das ações constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. *Direito material coletivo*: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma nova summa divisio constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

_____. O sistema jurídico nos Estados Unidos: *common law* e carreiras jurídicas (*judges, prosecutors* e *lawyers*): o que poderia ser útil para a reforma do sistema processual brasileiro? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 251, p. 523-560, jan. 2016.

ALMEIDA, Gustavo Milaré de. Críticas e propostas à execução de interesses individuais homogêneos. In: *Execução civil e temas afins*: estudos em homenagem ao Professor Araken de Assis. Arruda Alvim *et all* (orgs.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 473/487.

ALMEIDA, João Batista de. *A proteção jurídica do consumidor*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALPA, Guido; BESSONE, Mario; GAMBARO, Antonio. Aspetti privatistici della tutela dello ambiente: l'esperanza americana e francese. In: GAMBARO, Antonio (coord). *La tutela degli interessi diffusi nel diritto comparato*: con particolare riguardo alla protezione dell'ambiente e dei consumatori. Milano: Giuffrè, 1976.

ALVES, Gustavo Silva. Ações coletivas e casos repetitivos: a vinculação das decisões no processo coletivo. Salvador: Juspodivm, 2018.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ALVIM NETTO, José Manoel de Arruda. *Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3, 1976.

_____. *Manual de direito processual civil*. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 2003.

_____; ALVIM, Thereza; ARRUDA ALVIM, Eduardo; SOUZA, James Marins. *Código de Defesa do Consumidor comentado*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ALVIM, Artur da Fonseca. Coisa julgada nos Estados Unidos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 132, p. 75-81, fev. 2006.

AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um "incidente de resolução de demandas repetitivas". *Revista de Processo*, São Paulo, v. 196, p. 237- 274, 2011.

AMARO, Rafael; AZAR-BAUD, Maria José; CORNELOUP, Sabine; FAUVARQUE-COSSON, Bénédicte; JAULT-SESEKE, Fabienne. *Collective redress in the Member States of the European Union*. European Economic and Social Committee: Belgium, 2018.

AMERICAN LAW INSTITUTE. Principles of the Law: aggregate litigation. Saint Paul: American Law Institute Publishers, 2010.

ANDERSON, Brian; TRASK, Andrew. *The class action playbook*. New York: Oxford University Press, 2010.

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. *Interesses difusos e coletivos esquematizado*. São Paulo: Método, 2011.

ANDREWS, Neil. Multi-party proceedings in England: representative and group actions. *Duke Journal of Comparative and International Law*, v. 11, n. 2, p. 249-268, 2001.

_____. *O moderno processo civil*: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra. Tradução de Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Multi-party actions and complex litigation in England. *European Business Law Review*, v. 23, n. 1, p. 1-24, 2012.

_____. Mediation agreements: time for a more creative approach by the English Courts. *Uniform Law Review*, v. 18, n. 1, p. 6-16, 2013.

_____. Fundamentals of multi-party or collective litigation: reflections from the perspective of England. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 231, p. 239-252, maio 2014.

ANDROSKI, Lindsay R. A contested merger: the intersection of class actions and mandatory arbitration clauses. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 631-660, 2003.

ANDRUS, Vance R. Settlements of mass tort claims. *UMKC Law Review*, v. 89, n. 4, p. 957-962, jun. 2021.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2010.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Observações sobre os limites subjetivos da coisa julgada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 76, n. 625, p. 7-26, nov. 1987.

ARAÚJO, Rodrigo de. *A representação adequada nas ações coletivas*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. *Ações coletivas*: a tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*: direito processual. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. El Anteproyecto de Código de Proceso Civil Colectivo Modelo para Iberoamérica y los intereses o derechos individuales homogéneos. In: GIDI, Antonio; FERRER, Eduardo Mac-Gregor Poisot (coords.). *La tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales homogéneos*: hacia un código modelo para Iberoamérica. 2ª ed. México, DF: Editora Porrúa, 2004.

_____. *A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais sociais e as políticas públicas*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Perfis da tutela inibitória coletiva*. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. A tutela de direitos individuais homogêneos e as demandas ressarcitórias em pecúnia. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo. *Direito Processual Coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 10, n. 59, p. 67-85, mar./abr. 2014.

_____. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. *Revista de Processo Comparado*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 211-228, jul./dez. 2015.

_____. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (orgs.). *Processos estruturais*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

_____; OSNA, Gustavo. *Curso de direito processual coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

_____; _____. A execução de decisões coletivas pelo Ministério Público: uma questão de interesse social. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 23, n. 3, p. 435-451, set./dez. 2022.

ARLINDGER, Bruce K. Contingent fees. *Ottawa Law Review*, v. 6, n. 2, p. 374-396, 1974.

ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

ARRUDA ALVIM, Jose Manuel. Código de processo civil comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

ASSIS, Araken de. *Manual de execução*. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ATIRAM, Barak. Socially driven class actions: the legacy of Briggs. *Texas Journal on Civil Liberties & Civil Rights*, v. 23, n. 1, p. 1-28, 2017.

AUFIERO, Mario Vitor M. A extensão da coisa julgada a causas de pedir não propostas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 257, p. 39-49, jul. 2016.

VILA, Humberto Bergmann. *Segurança Jurídica*: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. O que é devido processo legal? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 163, p. 50-59, set. 2008.

AVERY, John W. Securities litigation reform: the long and winding road to the Private Securities Litigation Reform Act of 1995. *Business Lawyer*, v. 51, n. 2, p. 335-378, 1995.

AYRES, Ana Carolina Lima. *A participação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*: escolha de líderes e contraditório colaborativo. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

AZEVEDO, Júlio Camargo. O microssistema de processo coletivo brasileiro: uma análise feita à luz das tendências codificadoras. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, v. 2, p. 113-130, 2012.

BACKHAUS, Jürgen G.; CASSONE, Alberto; RAMELLO, Giovanni. *The Law and Economics of Class Actions in Europe*: lessons from America. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011.

BAKER, Jonathan Scott. The use of sentencing findings as a collateral estoppel weapon in subsequent civil litigation. *Notre Dame Law Review*, v. 85, n. 2, p. 713-744, fev. 2010.

BAKER, Lynn A. Availability of mass tort claims. *DePaul Law Review*, v. 63, n. 2, p. 265-304, 2014.

_____. Aggregate settlements and attorney liability: the evolving landscape. *Hofstra Law Review*, v. 44, n. 2, p. 291-324, 2015.

_____. Mass torts and the pursuit of ethical finality. *Fordham Law Review*, v. 85, n. 5, p. 1943-1968, abr. 2017.

_____. Mass tort remedies and the puzzle of the disappearing defendant. *Texas Law Review*, v. 98, n. 7, p. 1165-1186, jun. 2020.

_____; AVRAHAM, Ronen; SEBOK, Anthony J. The MDL revolution and consumer legal funding. *Review of Litigation*, v. 40, n. 2, p. 143-192, 2021.

_____; HERMAN, Stephen J. Layers of lawyers: parsing the complexities of claimant representation in mass tort MDLs. *Lewis & Clark Law Review*, v. 24, n. 2, p. 469-496, 2020.

_____; PERINO, Michael A.; SILVER, Charles. Setting attorney's fees in securities class actions: an empirical assessment. *Vanderbilt Law Review*, v. 66, n. 6, p. 1677-1718, nov. 2013.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil brasileiro*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. Litisconsórcio unitário. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

_____. A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados "interesses difusos". In: *Temas de direito processual civil*: primeira série. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. O processo norte-americano e a sua influência, Parte Geral, Especial e a influência do processo penal norte-americano. In: *Temas de Direito Processual*: oitava série. São Paulo, Saraiva, 2004.

_____. A legitimação para a defesa dos interesses difusos no direito brasileiro. *Revista Ajuris*, v. 11, n. 32, 1984.

_____. Ações coletivas na Constituição de 1988. *Revista de Processo*, v. 16, n. 61, jan./mar. 1991.

_____.. Notas sobre alguns aspectos do processo (civil e penal) nos países anglo-saxônicos. In: *Temas de direito processual*: sétima série. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 155-178.

_____. Tutela jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos. In: *Temas de direito processual:* terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. O processo civil brasileiro entre dois mundos. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 16, p. 11-22, 2001.

_____. La Iniciativa en la Defensa Judicial de los Intereses Difusos y Colectivos: un Aspecto de la Experiencia Brasileña. In: *Temas de Direito Processual*. 5a série. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. Efetividade do processo e técnica processual. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual*: sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. O futuro da justiça: alguns mitos. In: *Temas de direito processual*: oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Por um processo socialmente efetivo. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual*: oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. A emenda constitucional n° 45 e o processo. *Revista do Ministério Público*. v. 21. Rio de Janeiro, jan./jun. 2006.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais*: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARNARD, Jayne W. Corporate therapeutics at the Securities and Exchange Commission. *Columbia Business Law Review*, v. 2008, n. 3, p. 793-840, 2008.

BARNES, Jeb. *Dust-up*: asbestos litigation and the failure of commonsense policy reform. Washington: Georgetown University Press, 2011.

BARNETT, Randy E.; BERNICK, Evan D. The original meaning of the Fourteenth Amendment: Its Letter and Spirit. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2021.

BARRIGER, Megan E. Due process limitations on Rule 23(b)(2) monetary remedies: examining the source of the limitation in Wal-Mart Stores, Inc. v. Dukes. *Journal of Constitutional Law*, v. 15, n. 2, p. 619-665, nov. 2012

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *O novo direito constitucional brasileiro*: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

_____. *A nova interpretação constitucional*: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. A proteção coletiva dos direitos no Brasil e alguns aspectos da class action norte americana. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 30, n. 130, p. 131-153, dez. 2005.

_____. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *Revista de Direito Administrativo*, v. 240, p. 1-42, abr./jun. 2005.

BARTHOLOMEW, Christiane P. Redefining prey and predator in class action. *Brooklyn Law Review*, v. 80, n. 3, p. 743-806, 2015.

_____. Saving charitable settlements. *Fordham Law Review*, v. 83, n. 6, p. 3241-3342, maio 2015.

_____. The failed superiority experiment. *Vanderbilt Law Review*, v. 69, n. 5, p. 1295-1348, out. 2016.

_____. E-notice. *Duke Law Journal*, v. 68, n. 2, p. 217-274, nov. 2018.

_____. The reality of class action appeals. *Jotwell: The Journal of Things We Like*, v. 2001, n. 1, p. 1-2, jan. 2021.

_____. Antitrust class actions in the wake of procedural reform. *Indiana Law Journal*, v. 97, n. 4, 1315-1374, 2022.

BARTON, R. Joseph. Utilizing statistics and bellwether trials in mass torts: what do the Constitution and the Federal Rules of Civil Procedure permit? *William and Mary Bill of Rights Journal*, v. 8, n. 1, p. 199-240, dez. 1999.

BASSET, Debra Lyn. Pre-certification communication ethics in class actions. *Georgia Law Review*, v. 36, n. 2, p. 353-410, 2002.

_____. US class action go global: transnational class actions and personal jurisdiction. *Fordham Law Review*, v. 72, n. 1, p. 41-91, 2003.

_____. Implied consent to personal jurisdiction in transnational class litigation. *Michigan State Law Review*, v. 2004, n. 3, p. 619-642, 2004.

_____. When reform is not enough: assuring more than merely adequate representation in class actions. *Georgia Law Review*, v. 38, n. 3, p. 927-990, 2004.

_____. The defendant's obligation to ensure adequate representation in class actions. *University of Missouri-Kansas City Law Review*, v. 74, n. 3, p. 511-542, 2006.

_____. Constructing class action reality. *Brigham Young University Law Review*, v. 2006, n. 6, p. 1415-1468, 2006.

_____. Just go away: representation, due process and preclusion in class actions. *Brigham Young University Law Review*, v. 2009, n. 5, p. 1079-1126, 2009.

_____. The future of international class actions. *Southwestern Journal of International Law*, v. 18, n. 1, p. 21-30, 2011.

_____. Class action silence. *Boston University Law Review*, v. 94, n. 6, p. 1781-1808, dez. 2014.

BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *O devido processo legal nas demandas repetitivas*. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 244, 2014.

BASTOS, Celso. A tutela dos interesses difusos no direito constitucional brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 6, n. 23, p. 36-44, jul./set. 1981.

BASTOS, Fabrício. *Curso de processo coletivo*. São Paulo: Editora Foco, 2018.

_____. Interface entre o CPC/15 e os Processos Coletivos. R*evista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, n. 70, p. 125-178, out./dez. 2018.

BAUMANN, Renato. A atração de investimentos externos. In: BAUMAN, Renato (org.). *Percurso incompleto*: a política econômica externa do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

BEBCHUK, Lucian Arye. The questionable case for using auctions to select lead counsel. *Washington University Law Quarterly*, v. 80, n. 3, p. 889-900, 2002.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. Legitimidade processual e legitimidade política. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público*: o processo como instrumento de defesa social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, nº 5, p. 101-111.

BEISNER, John H.; MILLER, Jessica Davidson. *Class action magnet courts*: the allure intensifies. Civil Justice Report, n. 5, July 2002.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. A citizen action norte-americana e a tutela ambiental. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 61-78, abr./jun. 1991.

_____. Legitimidade ativa e objeto material no mandado de segurança coletivo. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 99, n. 895, p. 9-58, maio 2010.

BERGMAN, Paul. Class action lawyers: fools for clients. *American Journal of Trial Advocacy*, v. 4, n. 2, p. 234-276, 1980.

BERMAN, David I. Class problem!: why the inconsistent application of Rule 23's class certification requirements during overbreadth analysis is a threat to litigant certainty. *Fordham Law Review*, v. 87, n. 1, p. 253-288, out. 2018.

BERMAN, Shai. Claimless claimants and the preclusion premium: troubling trends in class action settlements. *Columbia Law Review*, v. 120, n. 2, p. 389-430, mar. 2020.

BERNIER, Kevin R. The inadequacy of the broad collateral attack: Stephenson v. Dow Chemical Company and its effect on class action settlements. *Boston University Law Review*, v. 84, n. 4, p. 1023-1048, 2004.

BERNSTEIN, Roger. Judicial economy and class actions. *Journal of Legal Studies*, v. 7, n. 2, p. 349-370, jun. 1978.

_____. Recent developments in private antitrust class actions. *New York Law School Law Review*, v. 24, n. 4, p. 819-856, 1979.

BERTELLI, Anthony M.; FELDMAN, Sven E. Structural reform litigation: remedial bargaining and bureaucratic draft. *Journal of Theoretical Politics*, v. 18, n. 2, p. 159-183, 2006.

BETTI, Emilio. *Diritto processuale civile italiano*. 11ª ed. Roma: Società Editrice, 1936.

_____. *Trattato dei limiti soggettivi della cosa giudicata in diritto romano*. Roma: Edizioni Efesto, 2021.

BIANCHI, Leonardo. Da cláusula de estoppel e sua dinâmica na esfera dos negócios jurídicos privados. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 54-78, out./dez. 2005.

BICKEL, Alexander. *The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics*. New Haven: Yale University Press, 1986.

BIELSA, Rafael. A ação popular e o poder discricionário da administração. *Revista de Direito Administrativo*, v. 38, n. 1, p. 40-65, 1954.

BITTENCOURT, Alexandre Magno da Conceição. *A representação adequada no processo coletivo*: aspectos teóricos e elementos para a sua sistematização. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

BLACKMAN, Josh. Campbell-Edward Co. v. Gomez. *Harvard Law Review*, v. 130, n. 1, p. 427-436, nov. 2016.

BLANCHARD, Lindsey D. Goodyear and Hertz: reconciling two recent Supreme Court decisions. McGeorge Law Review, v. 44, n. 4, p. 865-901, 2013.

BLENNERHASSET, Joanne. *A comparative examination of multi-party actions*. Oxford e Portland: Hart Publishing, 2016.

BOIES, Wilber H.; KEITH, Latonia Haney. Class action settlements residue and cy pres awards: emerging problems and practical solutions. *Virginia Journal of Social Policy & the Law*, v. 21, n. 2, p. 267-294, 2014.

BONE, Robert G. Personal and impersonal litigative forms: reconceiving the history of adjudicative representation. *Boston University Law Review*, v. 70, p. 213-307, 1990.

_____. Rethinking the day in the court and non-party preclusion. *New York University Law Review*, v. 67, n. 2, p. 193-294, 1992.

_____. Statistical adjudication: rights, justice and utility in a world of process scarcity. *Vanderbilt Law Review*, v. 46, n. 3, p. 561-663, abr. 1993.

_____. Procedure, participation and rights. *Boston University Law Review*, v. 90, n. 2, p. 1011-1028, abr. 2010.

_____. The puzzling idea of adjudicative representation: lessons for aggregate litigation and class actions. *George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 577-627, maio 2011.

_____. Replacing class actions with private ADR: a comment on settlement, ADR and class action superiority. *Journal of Tort Law*, v. 5, n. 1, p. 127-136, 2012.

_____. Walking the class action maze: toward a more functional Rule 23. *University of Michigan Journal of Law Reform*, v. 46, n. 4, p. 1087-1125, 2013.

_____. The misguided search for class unity. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 651-717, maio 2014.

_____. Tyson Foods and the future of statistical adjudication. *North Carolina Law Review*, v. 95, n. 3, p. 607-672, mar. 2017.

_____. Justifying class action limits: parsing the debates over ascertainability and cy pres. *University of Kansas Law Review*, v. 65, n. 5, p. 913-964, ago. 2017.

_____. Settlement and the good judge. *Review of Litigation*, v. 38, n. 2, p. 211-238, 2019.

_____. In defense of cy-pres-only class action. *Lewis & Clark Law Review*, v. 24, n. 2, p. 571-594, 2020.

_____; EVANS, David S. Class certification and the substantive merits. *Duke Law Journal*, v. 51, n. 4, p. 1251-1332, fev. 2002.

BOOKMAN, Pamela K. The arbitration-litigation paradox. *Vanderbilt Law Review*, v. 72, n. 4, p. 1119-1196, maio 2019.

BOOM, Willem H. Van. *Litigation, Costs, Funding and Behavior*: Implications for the Law. Abingdon: Routledge, 2017.

BORDEN, Catherine R; LEE III, Emery G. Beyond transfer: coordination of complex litigation in state and federal Courts in the twenty-first century. *The Review of Litigation*, v. 31, n. 4, p. 997-1034, 2012.

_____; _____; WILLIAMS, Margaret S. Centripetal forces: multidistrict litigation and its parts. *Louisiana Law Review*, v. 75, n. 2, article 7, p. 425-454, 2014.

BOSHAMMER, Susanne. *Gruppen, Recht, Gerechtigkeit: Die moralische Begründung der Rechte von Minderheiten*. Berlin: Walter de Gruyter, 2003.

BOYLE, David F. Mass accidents class actions. *California Law Review*, v. 60, n. 6, p. 1615-1640, nov. 1972.

BRADT, Andrew D. The shortest distance: direct filing and choice of law in multidistrict litigation. *Notre Dame Law Review*, v. 88, n. 2, p. 759-824, dez. 2012.

_____. A radical proposal: The Multidistrict Litigation Act of 1968. *University Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 4, p. 831-916, 2017.

_____. Something less and something more: MDL's roots as a class action alternative. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1711-1742, jun. 2017.

_____. The long arm of multidistrict litigation. *William & Mary Law Review*, v. 59, n. 4, p. 1165-1238, 2018.

_____. The stickiness of the MDL statue. *The Review of Litigation*, v. 37, n. 2, p. 203-226, 2018.

_____. The looming battle for control of multidistrict litigation in historical perspective. *Fordham Law Review*, v. 87, n. 1, p. 87-106, 2018.

_____; BAKER, Lynn A. MDL myths. *Texas Law Review*, v. 101, n. 7, p. 1521-1568, jun. 2023.

_____; CLOPTON, Zachary D. Party preferences in multidistrict litigation. *California Law Review*, v. 107, n. 6, p. 1713-1752, 2019.

_____; RAVE, D. Theodore. The information-forcing role of the judge in multidistrict litigation. *California Law Review*, v. 105, n. 5, p. 1259-1308, out. 2017.

_____; _____. Aggregation on defendant's terms: Bristol-Myers Squibb and the federalization of mass tort litigations. *Boston College Law Review*, v. 59, n. 4, p. 1251-1320, abr. 2018.

_____; _____. It's good to have the haves on your side: a defense of repeat players in multidistrict litigation. *Georgetown Law Journal*, v. 108, n. 1, p. 73-124, out. 2019.

BRAGHITTONI, Rogério Ives. *O princípio do contraditório no processo*. São Paulo: Forense, 2002.

BRANDON, D. Rhett. Notice cost problems under Rule 23(b)(3) and (c)(2) after Oppenheimer Fund, Inc. v. Sanders. *Duke Law Journal*, v. 1979, n. 3, p. 882-910, jun. 1979.

BRANDT, Elizabeth Barker. Fairness to the absent members of a defendant class: a proposed revision of Rule 23. *Brigham Young University Law Review*, v. 1990, n. 3, p. 909-948, 1990.

BRAVA-PARTAIN, Robert M. Due process, Rule 23 and hybrid classes: a practical solution. *Hastings Law Journal*, v. 52, n. 6, p. 1359-1421, 2002.

BREYER, Stephen. *The authority of the Court and the peril of politics*. Massachusetts: Harvard University Press, 2021.

BRICKMAN, Lester. The asbestos litigation crisis: is there a need for an administrative alternative? *Cardozo Law Review*, v. 13. n. 6, p. 1819-1890, abr. 1992.

_____. The asbestos claims management act of 1991: a proposal to the United State Congress. *Cardozo Law Review*, v. 13, n. 6, p. 1891-1918, abr. 1992.

_____. ABA regulations of contingency fees: money talks, ethic walks. *Fordham Law Review*, v. 65, n. 1, p. 247-336, out. 1996.

_____. Lawyer's ethics and fiduciary obligation in the brave new world of aggregative litigation. *William and Mary Environmental Law and Policy Review*, v. 26, n. 2, p. 243-322, 2001.

_____. On the theory class's theories of asbestos litigation: the disconnect between scholarship and reality. *Pepperdine Law Review*, v. 31, n. 1, p. 33-170, 2003.

_____. Effective hourly rates of contingency-fee lawyers: competing data and non-competitive fees. *Washington University Law Quarterly*, v. 81, n. 3, p. 653-736, 2003.

_____. The market for contingent fee-financed tort litigation: is it price competitive? *Cardozo Law Review*, v. 25, n. 1, p. 65-128, nov. 2003.

_____. Ethical issues in asbestos litigation. *Hofstra Law Review*, v. 33, n. 3, p. 833-912, 2005.

_____. Anatomy of aggregate settlement: the triumph of temptation over ethics. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 700-716, maio 2011.

BRITO, Wladimir. *Teoria geral do processo*. Portugal: Almedina, 2019.

BRONSTEEN, John. Class action settlements: an opt-in proposal. *University of Illinois Law Review*, v. 2005, n. 1, p. 903-928, 2005.

BROODRYK, Theo. The South Africa class action mechanism: comparing the opt-in regime to the opt-out regime. *Potchefstroom Electronic Law Journal*, v. 22, n. 1, p. 1-17, 2019.

BROUSSEAU, Robert T. A reader's guide to the proposed changes in the preclusion provisions of the restatement of judgements. *Tulsa Law Review*, v. 11, n. 3, p. 305-329, 1976.

BROW, Loren H.; HOLLAN, Matthew A.; GHOSH, Arindam. Bellwether trial selection in multidistrict litigation: empirical evidence in favor of random selection. *Akron Law Review*, v. 47, n. 3, p. 663-692, 2014.

BROWN, Steven Todd. Plaintiff control and domination in multidistrict mass torts. *Cleveland State Law Review*, v. 61, n. 2, p. 391-442, 2013.

BRUHL, Aaron-Andrew P. The unconscionability game: strategic judging and the evolution of federal arbitration law. *New York University Law Review*, v. 83, n. 5, p. 1420-1490, nov. 2008.

BRUMMER, Chris. Sharpening the sword: class certification, appellate review and the role of the fiduciary judge in class action lawsuits. *Columbia Law Review*, v. 104, n. 4, p. 1042-1071, maio 2004.

BUENO, Cássio Scarpinella Bueno. *Novo código de processo civil anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *Cursos sistematizado de direito processual civil*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

_____. As class actions norte-americanas e as ações coletivas brasileiras: pontos para uma reflexão conjunta. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 21, n. 82, p. 92-151, abr./jun. 1996.

_____. *Projetos de novo Código de Processo Civil comparados e anotados*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BURBANK, Stephen B. The Class Action Fairness Act of 2005 in historical context: a preliminary view. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1439-1552, jun. 2008.

_____. Processo e pragmatismo. *Revista de Direito Comparado*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 275-291, jul./dez. 2016.

BURCH, Elizabeth Chamblee. Unsettling efficiency: when non-class aggregation of mass torts creates second-class settlements. *Louisiana Law Review*, v. 65, n. 1, p. 157-254, 2004.

_____. Between merit inquiry and rigorous analysis: using Daubert to navigate the gray areas of federal class action certification. *Florida State University Law Review*, v. 31, n. 4, p. 1041-1090, 2004.

_____. Reassessing damages in securities fraud class actions. *Maryland Law Review*, v. 66, n. 2, p. 348-397, 2007.

_____. Securities class actions as pragmatic ex post regulation. *Georgia Law Review*, v. 43, n. 1, p. 63-132, 2008.

_____. CAFA's impact on Litigation as a Public Good. *Cardozo Law Review*, v. 29, n. 6, p. 2517-2556, maio 2008.

_____. Procedural justices in nonclass aggregation. *Wake Forest Law Review*, v. 44, n. 1, p. 1-58, 2009.

_____. A new way forward: a response to Judge Weinstein. *Cardozo Law Review*, v. 2009, n. 1, p. 168-185, 2009.

_____. Litigating groups. *Alabama Law Review*, v. 61, n. 1, p. 1-60, 2009.

_____. Aggregation, community and the line between. *University of Kansas Law Review*, v. 58, n. 4, p. 889-916, maio 2010.

_____. Governing securities class actions. *University of Cincinnati Law Review*, v. 80, n. 2, p. 299-314, 2011.

_____. Litigating together: social, moral and legal obligations. *Boston University Law Review*, v. 91, n. 1, p. 87-158, jan. 2011.

_____. Group consensus, individual consent. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 506-541, fev. 2011.

_____. Optimal lead plaintiffs. *Vanderbilt Law Review*, v. 64, n. 4, p. 1109-1194, maio 2011.

_____. Financiers as monitors in aggregate litigation. *New York University Law Review*, v. 87, n. 5, p. 1273-1338, nov. 2012.

_____. Disaggregating. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 667-698, 2013.

_____. Adequately representing groups. *Fordham Law Review*, v. 81, n. 6, p. 3043-3084, maio 2013.

_____. Remanding multidistrict litigation. *Louisiana Law Review*, v. 75, n. 2, p. 399-424, 2014.

_____. Reforming the consumer class action. *New York University Journal of Law & Business*, v. 11, n. 4, p. 675-698, 2015.

_____. Judging multidistrict litigation. *New York University Law Review*, v. 90, n. 1, p. 71-142, abr. 2015.

_____. Constructing issue classes. *Virginia Law Review*, v. 101, n. 7, p. 1855-1928, nov. 2015.

_____. Financing issue classes: benefits and barriers to third-party funding. *New York University Journal of Law and Business*, v. 12, n. 3, p. 889-910, 2016.

_____. Calibrating participation: reflections on procedure versus procedural justice. *DePaul Law Review*, v. 65, n. 2, p. 323-356, 2016.

_____. Monopolies in Multidistrict Litigation. *Vanderbilt Law Review*, v. 70, n. 1, p. 67-166, jan. 2017.

_____. Publicly Funded Objectors. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 19, n. 1, p. 47-68, jan. 2018.

_____. *Mass tort deals*: backroom bargaining in multidistrict litigation. New York: Cambridge University Press, 2019.

_____. Nudges and norms in multidistrict litigation: a response to Engstrom. *Yale Law Journal Forum*, v. 129, n. 1, p. 64-92, 2020.

_____. Diversity in MDL leadership: a field guide. *UMKC Law Review*, v. 89, n. 4, p. 841-854, 2021.

_____. MDL for the people. *Iowa Law Review*, v. 108, n. 3, p. 1015-1088, mar. 2023.

_____; BOUGH, Stephen R. Collected wisdom on selecting leaders and managing MDLs. *Judicature*, v. 106, n. 1, p. 69-79, 2022.

_____; GLUCK, Abbe. MDL Revolution. *New York University Law Review*, v. 96, n. 1, p. 1-75, abr. 2021.

_____; _____.. Plaintiff's process: civil procedure, MDL and a day in court. *Review of Litigation*, v. 42, n. 3, p. 225-266, 2023.

_____; WILLIAMS, Margaret S. Repeat players in multidistrict Litigation: the social network. *Cornell Law Review*, v. 102, n. 6, p. 1445-1538, set. 2017.

_____; _____. Perceptions of justice in multidistrict litigation: voices from the crowd. *Cornell Law Review*, v. 107, n. 7, p. 1835-1926, nov. 2022.

_____; _____. Judicial adjuncts in multidistrict litigation. *Columbia Law Review*, v. 120, n. 8, p. 2129-2234, dez. 2020.

BURNS, Jean Wegman. Decorative figureheads: eliminating class representatives in class action. *Hastings Law Journal*, v. 42, n. 1, p. 165-202, nov. 1990.

_____. Standing and mootness in class action: a search for consistency. *U.C. Davis Law Review*, v. 22, n. 4, p. 1239-1288, 1989.

BURNS, Robert P. What will we lose if the trial vanishes? *Ohio Northern University Law Review*, v. 37, n. 3, p. 575-596, 2011.

_____. Advocacy in the era of the vanishing trial. *University of Kansas Law Review*, v. 61, n. 4, p. 893-904, abr. 2013.

BUZAID, Alfredo. *Considerações sobre o mandado de segurança coletivo*. São Paulo: Saraiva, 1992.

BYASSEE, William Sam. Collateral estoppel without mutuality: accepting the Bernhard Doctrine. *Vanderbilt Law Review*, v. 35, n. 6, p. 1423-1452, nov. 1982.

BYRNE, Thomas M.; MOHR, Stacey McGavin. Class actions. *Mercer Law Review*, v. 64, n. 4, p. 873-889, jul. 2013.

CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 147, p. 123-146, maio 2007.

_____. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 231, p. 201-223, maio 2014.

_____. Os efeitos processuais da audiência pública. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 4, n. 14, p. 107-123, jul./set. 2006.

_____. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 30, n. 126, p. 59-81, ago. 2005.

_____; ZANETI JR., Hermes. Entidades de Infraestrutura Específica para a resolução de conflitos coletivos: as *claim resolution facilities* e sua aplicabilidade no Brasil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 44, n. 287, p. 445-483, jan. 2019.

CABRASER, Elizabeth J. The Class Action Counterreformation. *Stanford Law Review*, v. 57, n. 5, p. 1475-1520, abr. 2005.

_____; VINCEN, Fabrice; DO AMARAL, Paulina. The Class Action Fairness Act of 2005: the federalization of U.S. class action litigation. *Canadian Business Law Journal*, v. 43, n. 3, p. 398-419, ago. 2006.

CADIET, Loït; LORIFERNE, Dominique. *L'autorité de la chose jugée*. Paris: Institut de recherche juridique de la Sorbonne Éditions, 2012.

CAFAGGI, Fabrizio; MICKLITZ, Hans-Wolfgang. *New frontiers of consumer protection*: the interplay between private and public enforcement. Mortsel: Intersentia, 2009.

CALAMANDREI, Piero. *Instrucciones del derecho procesal civil*. Tradução de Santiago Santis Melendo. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1962.

_____. *Opere giuridiche*: Istituzioni di diritto processuale civile. Napoli: Morano Editore, 1970.

_____. *Processo e democracia*. Tradução de Mauro Fonseca Andrade. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

CALDO, Diego Santiago y. Legitimidade e a representatividade adequada nas ações coletivas: um estudo comparado entre a legislação brasileira e a experiência norte-americana. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 205, p. 231-250, mar. 2012.

CALLEN, Craig R. Efficiency after all: a reply to Professor Flanagan's Theory of Offensive Collateral Estoppel. *Arizona State Law Journal*, v. 1983, n. 4, p. 799-834, 1983.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. Multidistrict litigation order norte-americano: inspiração para a centralização de processos por cooperação nacional no Brasil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 48, n. 343, p. 265-300, set. 2023.

CAMERON, Camille; KALAJDZIC, Jasminka; KLEMENT, Alon. Economic Enablers. In: HENSLER, Deborah R.; HODGES, Christopher; TZANKOVA, Ianika (coords.). *Class action in context*: how culture, economics and politics shape collective litigation. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016.

CAMPOS, Santiago Pereira. Los recaudos para aprobar un acuerdo, la cosa juzgada y la liquidación y ejecución de sentencias en los procesos colectivos/class actions en America. In: *I Conferencia Internacional*

y XXIII Jornadas Iberoamericanas de derecho procesal: procesos colectivos class actions. Buenos Aires: International Association of Procedural Law y Instituto Iberoamericano de derecho procesal, 2012, p. 203-254.

CAMPOS, Sergio J. Mass torts and due process. *Vanderbilt Law Review*, v. 65, n. 4, p. 1059-1124, maio 2012.

_____. Proof of classwide injury. *Brooklyn Journal of International Law*, v. 37, n. 3, p. 751-806, 2012.

_____. Striking out specious claims in mass tort global settlements. *Jotwell: The Journal of Things We Like*, v. 2012, n. 1, p. 1-2, 2012.

_____. Class action all the way down. *Columbia Law Review Sidebar*, v. 113, n. 1, p. 20-31, 2013.

_____. Class actions and justiciability. *Florida Law Review*, v. 66, n. 2, p. 553-622, abr. 2014.

_____. The class action as trust. *Washington Law Review*, v. 91, n. 4, p. 1461-1522, dez. 2016.

_____. The uncertain path of class action law. *Cardozo Law Review*, v. 40, n. 5, p. 2223-2300, jun. 2019.

_____. E-notice and comment on due process. *Jotwell: the journal of things we like*, v. 2019, n. 9, p. 1-3, set. 2019.

_____. The commonality of causation. *Ohio Northern University Law Review*, v. 46, n. 2, p. 229-266, 2020.

_____; PARIKH, Samir D. Due process alignment in mass restructuring. *Fordham Law Review*, v. 91, n. 2, p. 325-360, nov. 2022.

CÂNDIA, Eduardo. A representação adequada no direito processual civil coletivo brasileiro e o controle judicial em cada caso concreto: uma abordagem de *lege lata*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 36, n. 202, p. 419-453, dez. 2011.

CANELA JR.; Osvaldo. *A efetivação dos direitos fundamentais através do processo coletivo*: o âmbito de cognição das políticas públicas pelo Poder Judiciário. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, ideologias e sociedade*. Tradução de Élcio de Cresci Sobrinho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

_____. Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alla giustizia civile. *Rivista di Diritto Processuale*, v. 30, n. 3, p. 361-402, 1975.

_____. Governmental and private advocates for the public interest in civil litigation: a comparative study. *Michigan Law Review*, v. 73, n. 5, p. 793-884, abr. 1975.

_____.Vindicating the public interest through the Courts: a comparativist's contribution. *Buffalo Law Review*, v. 25, n. 3, p. 643-690, 1976.

_____. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 128-159, jan./mar. 1977.

_____. *Accès à la justice et état-providence*. Paris: Economica, 1984.

_____. Appunti sulla tutela giurisdizionale di interessi collettivi o diffusi. *Le azioni a tutela di interessi collettivi: atti del convegno di studio*. Padova: Cedam, 1986.

_____. Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 17, n. 65, p. 127-143, jan./mar. 1992.

_____. Alternative dispute resolution process within the framework of the world-wide access to justice movement. *Modern Law Review*, v. 56, n. 3, p. 282-296, maio 1993.

_____. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 19, n. 74, p. 82-97, abr./jun. 1994.

_____. O processo civil italiano no quadro da contraposição civil law e common law: apontamentos histórico-comparativos. *Revista da AJURIS*, Porto Alegre, v. 32, n. 100, p. 409-422, out./dez. 2005.

_____. O acesso à justiça como programa de reformas e método de pensamento. *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 16, n. 61, p. 161-172, jan./mar. 2008.

_____; GARTH, Bryant. Access to justice: the newest wave in the worldwide movement to make rights effective. *Buffalo Law Review*, v. 27, n. 2, p. 181-292, 1978.

_____; _____. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

CAPONI, Remo. Il nuovo volto della class action, *Foro Italiano*, V, p. 383 e ss. 2009.

_____. Modelo europeu de tutela coletiva no processo civil: comparação entre a experiência alemã e italiana. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 36, n. 200, p. 235-269, out. 2011.

_____. Tutela collettiva: interessi protetti e modelli processuale di tutela. In: BELLELLI, Alessandra (Org.). Dall'azione inibitoria all'azione risarcitoria collettiva. Padova: CEDAM, 2009, p. 129-142.

CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos. *A securities class action estadunidense*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2019.

CARDOSO, Juliana Provedel. O modelo brasileiro de processo coletivo: as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos. Salvador: Juspodivm, 2018.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à Justiça*: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. A coisa julgada nas ações coletivas. *Livro de Estudos Jurídicos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, 1991.

_____. A proteção dos direitos difusos através do compromisso de ajustamento de conduta previsto na lei que disciplina a ação civil pública (Lei nº 7.347/85). *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, v. 1, nº 1, p. 263-272, 1993.

_____. Breves Notas sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 485-488, , jul./dez. 2014.

_____. Comentários aos arts. 1º a 15. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al]. *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____; PINHO, Humberto Dalla Bernardino (coords.). *Novo Código de Processo Civil*: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – anotado e comparado. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CARNELUTTI, Francesco. *Instituições de Processo Civil*. Tradução de Adrián Sotero de Witt Batista. São Paulo: Classic Book, 2000, v. 1.

CARPI, Federico. Third-party effects of res judicata: recent developments in Italian law. *Israel Law Review*, v. 21, n. 2, p. 165-176, 1986.

CARRINGTON, Paul D. Protecting the rights of citizens to aggregate small claims against business. *University of Michigan Journal of Law Reform*, v. 46, n. 2, p. 537-548, 2013.

_____; APANOVITCH, Derek P. The constitutional limits of judicial rulemaking: the illegitimacy of mass-tort settlements negotiated under Federal Rule 23. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 2, p. 461-495, 1997.

CARROLL, Maureen. Aggregation for me, but not for thee: the rise of common claims in non-class litigation. *Cardozo Law Review*, v. 36, n. 6, p. 2017-2084, ago. 2015.

_____. Class action myopia. *Duke Law Journal*, v. 65, n. 5, p. 843-908, fev. 2016.

_____. Class actions, indivisibility and Rule 23(b)(2). *Boston University Law Review*, v. 99, n. 1, p. 59-106, 2019.

_____. Fee shifting statutes and compensation for risk. *Indiana Law Journal*, v. 95, n. 4, p. 1021-1074, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Ação civil pública – comentários por artigo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CASAD, Robert C. Intersystem issue preclusion and the restatement (second) of judgements. *Cornell Law Review*, v. 66, n. 3, p. 510-533, mar. 1981.

_____; CLERMONT, Kevin M. *Res judicata*: a handbook on its theory, doctrine and practice. Durham: Carolina Academic Press, 2001.

CASEIRO NETO, Francisco; SERRANO, Pablo Jiménez. *Direito romano*. São Paulo: Desafio Cultural, 2002.

CASEY, Linda L. Reforming securities class actions from the bench: judging fiduciaries and fiduciary judging. *Brigham Young University Law Review*, v. 2003, n. 1, p. 1239-1332, 2003.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. A falta de controle judicial da adequação da representatividade no incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). *Revista Pensamento Jurídico*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 30-47, jan./jul. 2015.

_____. O desenvolvimento das ações coletivas estrangeiras e a influência exercida no direito processual coletivo brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 130, n. 930, p. 89-152, fev. 2014.

_____. Mecanismos de resolução de demandas repetitivas no direito estrangeiro: um estudo sobre o procedimento-modelo alemão e as ordens de litígios em grupo inglesas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 238, p. 333-380, dez. 2014.

_____. O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas. Salvador: Juspodivm, 2015.

CAVANAGH, Edward D. Attorney's fees in antitrust litigation: making the system fairer. *Fordham Law Review*, v. 57, n. 1, p. 51-110, 1988.

_____. Issue preclusion in complex litigation. *Review of Litigation*, v. 29, n. 4, p. 859-894, 2010.

_____. Offensive non-mutual issue preclusion revisited. *Review of Litigation*, v. 38, n. 3, p. 281-332, 2019.

CELLINI, Dando B. An overview of antitrust class actions. *Antitrust Law Journal*, v. 49, n. 4, p. 1501-1511, ago. 1980.

CHAFEE, Zechariah. *Bills of Peace with multiple parties.* Vancouver: UBC Press, 2010.

CHASIN, Chris J. Modernizing class action cy pres through democratic inputs: a return to cy pres comme possible. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 163, n. 5, p. 1463-1495, abr. 2015.

CHENG, Carl. Important rights and the private attorney general doctrine. *California Law Review*, v. 73, n. 6, p. 1929-1955, dez. 1985.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Nuovi saggi di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1912.

_____. *Principios de derecho procesal civil*. Madrid: Reus, 1922.

_____. *Instituições de direito processual civil*. Tradução de José Guimarães Menegale. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1965.

CHOI, Stephen; PRITCHARD, Adam C. Lead plaintiffs and their Lawyers: mission accomplished, or more to be done? *Law & Economics Working Papers*, v. 130, n. 1, p. 1-19, 2017.

_____; _____. The Supreme Court's impact on securities class actions: an empirical assessment of Tellabs. *The Journal of Law, Economics and Organization*, v. 28, n. 04, p. 850-881, 2011.

_____; _____; ERICKSON, Jessica. The business of securities class action lawyering. *Law & Economics Working Papers*, v. 253, n. 1, p. 1-70, 2023.

_____; _____; FISCH, Jill E. Do institutions matter: the impact of the lead plaintiff provision of the private securities litigation reform act. *Washington University Law Quarterly*, v. 83, n. 4, p. 869-906, 2005.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CLERMONT, Kevin M. *Federal Rules of Civil Procedure and selected other procedural provisions*. New York: Foundation Press, 2022.

_____. Res judicata as requisite for justice. *Rutgers University Law Review*, v. 68, n. 3, p. 1067-1142, 2016.

_____. Coisa julgada: origens e importância sob a perspectiva do direito norte-americano. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 307, p. 361-397, set. 2020.

_____; CURRIVAN, John D. Improving on the contingent fee. *Cornell Law Review*, v. 63, n. 4, p. 529-639, abr. 1978.

_____; CASAD, Robert C. *Res judicata*: a handbook on its theory, doctrine and practice. Durham: Carolina Academic Press, 2001.

_____; EISENBERG, Theodore. CAFA judicata: a tale of waste and politic. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1553-1592, jun. 2008.

CLINTON, Robert N. The rights of indigenous people as collective group rights. 32 Arizona Law Review 739 (1990).

CLOPTION, Zachary D. Transnational class actions in the shadow of preclusion. *Indiana Law Journal*, v. 90, n. 4, p. 1387-1428, 2015.

_____; RAVE, D. Theodore. Texas MDL. *Lewis & Clark Law Review*, v. 24, n. 2, p. 367-394, 2020.

_____; _____. Opioid cases and state MDLs. *DePaul Law Review*, v. 70, n. 2, p. 245-274, 2020.

_____; _____. MDL in the states. *Northwestern University Law Review*, v. 115, n. 6, p. 1649-1736, 2021.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. *Garantias constitucionais e segurança jurídica*. Belo Horizonte: Forum, 2015.

COFFEE JR., John C. *Entrepreneurial litigation*: Its Rise, Fall and Future. Harvard University Press, 2015.

_____. The survival of the derivative suit: an evaluation and a proposal for legislative reform. *Columbia Law Review*, v. 81, n. 2, p. 261-336, 1981.

_____. Rescuing the private attorney general: why the model of the lawyer as bounty hunter is not working. *Maryland Law Review*, v. 42, n. 2, p. 215-288, 1983.

_____. The unfaithful champion: the plaintiff as monitor in shareholder litigation. *Law and Contemporary Problems*, v. 48, n. 3, p. 5-82, 1985.

_____. Understanding the plaintiff's attorney: the implications of economic theory for private enforcement of law through class and derivative actions. *Columbia Law Review*, v. 86, n. 3, p. 669-727, maio 1986.

_____. Rethinking the class action: a policy primer on reform. *Indiana Law Journal*, v. 62, n. 3, p. 625-664, 1987.

_____. The regulation of entrepreneurial litigation: balancing fairness and efficiency in the large class action. *University Chicago Law Review*, v. 54, n. 3, p. 877-937, 1987.

_____. Corruption of the class action: the new technology of collusion. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 851-857, 1994.

_____. The future of the Private Securities Litigation Reform Act: or why the fat lady has not yet sung. *Business Lawyer*, v. 51, n. 4, p. 975-1008, 1995.

_____. The corruption of the class action: the new technology of collusion. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 851-857, maio 1995.

_____. Class wars: the dilemma of the mass tort class action. *Columbia Law* Review, v. 95, n. 6, p. 1343-1465, out. 1995.

_____. Conflicts, consent and allocation after Amchem Products – or why attorneys still need consent to give away their client's money. *Virginia Law Review*, v. 84, n. 8, p. 1541-1560, nov. 1998.

_____. Class action accountability: reconciling exit, voice and loyalty in representative litigation. *Columbia Law Review*, v. 100, n. 2, p. 370-439, mar. 2000.

_____. When smoke gets in your eyes: myth and reality about the synthesis of private counsel and public client. *DePaul Law Review*, v. 51, n. 2, p. 241-252, 2002.

_____. Reforming the securities class action: an essay on deterrence and its implementation. *Columbia Law Review*, v. 106, n. 7, p. 1534-1586, nov. 2006.

_____. Accountability and competition in securities class actions: why exit works better than voice? *Cardozo Law Review*, v. 30, n. 2, p. 407-444, nov. 2008.

_____. *The new class action landscape*: a trail map to class certification and practice in the era after Wal-Mart and Concepcion. 15th Annual National Institute on Class Actions (American Bar Association, 2011).

_____. The globalization of entrepreneurial litigation: law, culture, and incentives. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1895-1926, jun. 2017.

_____. Global settlements: promise and peril. *University of Pennsylvania Journal of Business Law*, v. 22, n. 1, p. 1-29, 2019.

COHEN, George M. The fair is the enemy of the good: Ortiz v. Fibreboard and class action settlements. *Supreme Court Economic Review*, v. 8, n. 1, p. 23-101, 2000.

COLLINS, David. Public funding of class actions and the experience with English Group Proceedings. *Manitoba Law Journal*, v. 31, n. 2, p. 211-238, 2005.

_____. Recent tobacco class action litigation in the Ontario Supreme Court. *UBC Law Review*, v. 39, n. 2, p. 389-396, 2006.

_____. Settlement agreements, legal information and the mistake of law rule in contract. *Northern Ireland Legal Quarterly*, v. 61, n. 1, p. 1-16, 2010.

COMOGLIO, Luigi Paolo. La durata ragionevole del processo e le forme alternative di tutela. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 151, n. 32, p. 79-98, set. 2007.

_____. Aspetti processuali della tutela del consumatore. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 154, p. 103-113, dez. 2007.

_____. Garanzie costituzionali e giusto processo: modelli a confronto. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 95-150, abr./jun. 1998.

_____. Garanzie minime del giusto processo civile negli ordinamenti ispano-latinoamericani. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 28, n. 112, p. 159-176, out./dez. 2003.

CONEY, Amanda. Defining primary defendants in the Class Action Fairness Act of 2005. *Louisiana Law Review*, v. 67, n. 3, p. 903-933, 2007.

CONTE, Alba; NEWBERG, Herbert H. *Newberg on class actions*. 4. ed. St Paul: Thomson West, 2002, v. 1-11.

CONZATTI, Andrea. The recognition of U.S. opt-out class actions in China. *Georgetown Journal of International Law*, v. 44, n. 2, p. 641-674, 2013.

COOK, Gregory C.; LARKIN, Jocelyn D (coords). *Class action*: strategy and practice guide. American Bar Association, 2018.

_____; _____. (coords.). *The Class Action Fairness Act*: law and strategy. 2ª ed. American Bar Association, 2022.

COOPER, Edward H. Mass and repetitive litigation in the federal courts. *South Carolina Law Review*, v. 38, n. 3, p. 489-534, 1987.

_____.Rule 23: challenges to the rulemaking process. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 13-73, abr. 1996.

_____. The cloudy future of class actions. *Arizona Law Review*, v. 40, n. 3, p. 923-964, 1998.

_____. Aggregation and settlement of mass torts. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 148, n. 1, p. 1943-2000, 2000.

_____. Class action advice in the form of questions. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 11, n. 2, p. 215-248, 2001.

_____. Federal class action reform in the United States: past and future and where next. *Defense Counsel Journal*, v. 69, n. 4, p. 432-440, out. 2002.

_____. Revisiting Shutts for fun, not to profit. *UMKC Law Review*, v. 74, n. 3, p. 569-584, 2006.

_____. Aggregation and choice of law. *Roger Williams University Law Review*, v. 14, n. 1, p. 12-28, 2009.

CORTELL, Nina. Expanding the scope of the res judicata bar. *Texas Law Review*, v. 54, n. 3, p. 527-544, mar. 1976.

COSTA, Susana Henrique da. *O processo coletivo na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de. (coords.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*: homenagem ao professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COTTREAU, Steven T. O. The due process right to opt out of class actions. *New York University Law Review*, v. 73, n. 2, p. 480-528, maio 1998.

COUND, John J.; FREIEDENTHAL, Jack H.; MILLER, Arthur; SEXTON, John. *Civil procedure*. Saint Paul: West Academic Publishing, 2013.

COX, James D. Making securities fraud class actions virtuous. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 4, p. 497-524, jul. 1997.

_____; THOMAS, Randall S. An empirical analysis of lead plaintiffs in securities class actions. *Columbia Law Review*, v. 106, n. 7, p. 1587-1640, nov. 2006.

_____; _____. SEC Enforcement Heuristics: an empirical inquiry. *Duke Law Journal*, v. 53, n. 2, p. 737-779, nov. 2003.

_____; _____; BAI, Lynn. There are plaintiffs and ... there are plaintiffs: an empirical analysis of securities class action settlements. *Vanderbilt Law Review*, v. 61, n. 2, p. 355-386, mar. 2008.

CRAMTON, Roger C. Individualized justice mass torts and settlement class actions: an introduction. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 811-836, 1994.

_____. Lawyer ethics on the lunar landscape of asbestos litigation. *Pepperdine Law Review*, v. 31, n. 1, p. 175-202, 2003.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito romano*: o direito romano e o direito brasileiro. 23. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CROLEY, Steven P. The majoritarian difficulty: elective judiciaries and the rule of law. The University of Chicago Law Review, v. 62, n. 2, p. 689-794, 1995.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 266-279, mar. 2011.

_____. Coisa julgada e execução no processo coletivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 90, n. 784, p. 68-82, fev. 2001.

_____. O regime processual das causas repetitivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 35, n. 179, p. 139-174, jan. 2010.

_____. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 233, p. 65-84, jul. 2014.

_____. O princípio do contraditório e a cooperação no processo. *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 20, n. 79, p. 147-159, jul./set. 2012.

_____. As causas repetitivas e a necessidade de um regime próprio. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 25, n. 2, p. 235-268, jul./dez. 2009.

CURRIE, Brainerd. Mutuality of collateral estoppel: limits of the Bernhard doctrine. *Stanford Law Review*, v. 9, n. 2, p. 281-322, mar. 1957.

_____. Civil procedure: the tempest brews. *California Law Review*, v. 53, n. 1, p. 25-46, mar. 1965.

CURRIE, David P. Pendent parties. *University of Chicago Law Review*, v. 45, n. 4, p. 753-767, 1997.

CYBULSKI, Donald. Maintenance of class action after mooting of named representative's claim. *Case Western Reserve Law Review*, v. 26, n. 2, p. 527-554, 1976.

DAGAN, Hanoch; WHITE, James J. Governments, citizens and injurious industries. *New York University Law Review*, v. 75, n. 2, p. 354-428, maio 2000.

DAHL, Robert A. Decision-making in a democracy: the Supreme Court as a national policy-maker. *Journal of Public Law*, v. 6, n. 2, p. 279-295, 1957.

DAM, Kenneth W. Consumer protection: an overview. *Antitrust Law Journal*, v. 39, n. 4, p. 917-925, 1970.

_____. Class action notice: who needs it? *The Supreme Court Review*, v. 1974, n. 1, p. 97-126, 1974.

_____. Class actions: efficiency, compensation, deterrence and conflict of interest. *Journal of Legal Studies*, v. 4, n. 1, p. 47-74, jan. 1975.

DANTAS, Bruno. *Teoria dos recursos repetitivos*: tutela pluri-individual nos recursos dirigidos ao STF e ao STJ (art. 543-B e 543-C do CPC). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Princípios do direito*: processo agregado. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. Jurisdição coletiva, ideologia coletivizante e direitos fundamentais. *Revista de Processo*, v. 241, n. 251, p. 341-358, jan. 2016.

_____. (In)consistência jurisprudencial e segurança jurídica: o novo dever dos tribunais no Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 262, p. 323-344, dez. 2016.

_____; SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. Evolução da técnica processual do individualismo exacerbado ao coletivismo artificial: o IRDR como ferramenta de equilíbrio do sistema. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 143-169, set./dez. 2021.

_____; _____. Alcance global das *class actions*: decadência da tutela coletiva e ascensão da tutela pluri-individual. *Revista Digital da ESA OAB/R*J, Rio de Janeiro v. 3, ano 3, p. 198-223, 2021

_____; _____. Dos entusiastas aos estrangeiros da jurisdição coletiva nos EUA: como incentivos errados transformaram as class actions em mercadoria. *Interesse Público*, Belo Horizonte, v. 21, n. 114, mar./abr. 2019.

_____; _____. Impactos transnacionais da tutela coletiva norte-americana: como a crise das class actions levou o Brasil a optar pela tutela pluriindividual. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; PORTO, José Roberto Mello (Coords). *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

_____; _____. Bellwether trials à brasileira? Estatísticas, danos em massa, definição por amostragem de categorias indemnizatórias e o art. 69, §2º, VI, do CPC. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 39-64, maio/ago. 2023.

DANA, David A. Adequacy of representation after Stephenson: a rawlsian/behavioral economics approach to class action settlements. *Emory Law Journal*, v. 55, n. 2, p. 279-346, 2006.

DAS, Anand. A license to lie: the Private Securities Litigation Reform Act's safe harbor for forward-looking statement does not protect false or misleading statements when made with meaningful cautionary language. *Catholic University Law Review*, v. 60, n. 4, p. 1083-1108, 2011.

DAVIS, Joshua P. Classwide recoveries. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 890-950, maio 2014.

_____; CRAMER, Eric L.; May, Caitlin V. The puzzle of class actions with uninjured members. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 858-889, maio 2014.

DAVIS, Leonard A.; GARRET, Philip A. Case time and cost management for plaintiffs in multidistrict litigation. *Louisiana Law Review*, v. 74, n. 2, p. 483-505, 2014.

DE GROOT, Annefloor J. No concrete harm, no foul? Article III Standing in the context of consumer financial protection. *Georgia Law Review*, v. 56, n. 2, p. 819-864, 2022.

DEAHL, Michael A. Offensive collateral estoppel under the full and fair opportunity test. *Land & Water Law Review*, v. 15, n. 1, p. 247-274, 1980.

DEFFAINS, Bruno; DORIAT-DUBAN, Myriam; LANGLAIS, Éric. *Économie des actions collectives.* Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

DEL GAIZO, Flavia Viana. *Breves notas sobre o escorço histórico da tutela coletiva norte americana*. Grupo de Pesquisa Tutela Jurisdicional dos Direitos Coletivos: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

DEL RIEGO, Alissa. Driving diverse representation of diverse classes. *University of Michigan Journal of Law Reform*, v. 56, n. 1, p. 67-150, 2022.

DeVOUGAS, Daniel D. Without a leg to stand on: class representatives, federal courts and standing desiderata. *Cornell Law Review*, v. 97, n. 3, p. 627-658, mar. 2012.

DEWEES, Donald N.; PRICHARD, Robert S.; TREBILCOCK, Michael J. An economic analysis of cost and fee rules for class actions. *Journal of Legal Studies*, v. 10, n. 1, p. 155-186, jan. 1981.

DIAMOND, Shari Seidman; SALERNO, Jessica M. Reasons for disappearing jury trial: perspectives from attorneys and judges. *Louisiana Law Review*, v. 81, n. 1, p. 119-13, 2020.

DICKEY, Bret M.; RUBINFELD, Daniel L. Antitrust class certification: towards an economic framework, *New York University Annual Survey of American Law*, v. 66, n. 3, p. 459-486, 2011.

DIDIER JR., Fredie. *Pressupostos processuais e condições*: o juízo de admissibilidade do processo. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Curso de direito processual civil*: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. v. 1. 24 ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

_____. O controle jurisdicional da legitimação coletiva e as ações coletivas passivas: o art. 82 do CDC. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 70-80, maio/jun. 2005.

_____. Situações jurídicas coletivas passivas. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 57, n. 384, p. 41-52, out. 2009.

_____. Apontamentos para a concretização do princípio da eficiência do processo. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 9, n. 52, p. 36-41, jan./fev. 2013.

_____. Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de ordem negocial. *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, n. 56, p. 137-143, abr./jun. 2015.

_____; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência de tribunal. v. 3. 19 ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

_____; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil*: processo coletivo. v. 4. 14ª ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

_____; _____. Ações coletivas e o incidente de julgamento de casos repetitivos: espécies de processo coletivo no direito brasileiro, aproximações e distinções. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 256, p. 209-218, jun. 2016.

_____; _____. Conceito de processo jurisdicional coletivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 229, p. 273-282, mar. 2014.

_____; _____. Princípio da competência adequada, conflitos coletivos multipolares e competências materiais distintas. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 29, n. 128, p. 403-414, mar./abr. 2020.

_____;_____. Processo coletivo passivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 165, p. 29-43, nov. 2008.

_____;_____; OLIVEIRA, Raphael Alexandria. Notas sobre as decisões estruturais. *Civil Procedure Review*, v. 8, n. 1, p. 46-64, 2017.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. *A instrumentalidade do processo*. 16 ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

_____. Processo civil comparado. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 46-56, abr./jun. 1998.

_____; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES, Bruno Vasconcelos Carilho. *Teoria Geral do Processo*. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

DODGE, Jaime. Facilitative judging: organizational design in mass-multidistrict litigation. *Emory Law Journal*, v. 64, n. 2, p. 329-382, 2014.

_____. Disaggregative mechanisms: mass claims resolution without class actions. *Emory Law Journal*, v. 63, n. 6, p. 1253-1316, 2014.

_____. Privatizing mass settlement. *Notre Dame Law Review*, v. 90, n. 1, p. 335-396, nov. 2014.

DODSON, Scott. An opt-in Option for Class Action*s*. *Michigan Law Review*, v. 115, n. 2, p. 171-214, 2016.

_____. Civil Procedure: certifying an opt-in class under Rule 23. *The Judge's Book*, v. 1., n. 1, p. 21-24, 2017.

_____. A negative retrospective of Rule 23. *New York University Law Review*, v. 92, n. 4, p. 917-936, out. 2017.

_____. Personal jurisdiction and aggregation. *Northwestern University Law Review*, v. 113, n. 1, p. 1-46, set. 2018.

_____. Plaintiff personal jurisdiction and venue transfer. *Michigan Law Review*, v. 117, n. 7, p. 1463-1486, maio 2019.

_____.Why do in-state plaintiffs invoke diversity jurisdiction? *Law & Social Inquiry*, forthcoming, p. 1-44, 2023.

DOLE JR., Richard. Consumer class actions under recent consumer credit legislation. *New York University Law Review*, v. 44, n. 1, p. 80-114, mar. 1969.

_____. Private enforcement of consumer credit legislation. *Business Lawyer*, v. 26, n. 3, p. 915-924, jan. 1971.

_____. The settlement of class actions for damages. *Columbia Law Review*, v. 71, n. 6, p. 971-1006, jun. 1971.

DOMINGOS, Pedro. *The master algorithm*: how the quest for the ultimate machine learning will remake our world. Nova York: Basic Books, 2015.

DOMINO, Tyler J. Certifying statutory class actions in the shadow of due process. *New York University Law Review*, v. 92, n. 6, p. 1977-2011, dez. 2017.

DONELAN, Charles. Prerequisites to a class action under new rule 23. *Boston College Industrial and Commercial Law Review*, v. 10, n. 3, p. 527-538, 1969.

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. *Curso de Processo Coletivo*. São Paulo: Atlas, 2010.

DOOLEY, Laura Gaston. The cult of finality: rethinking collateral estoppel in the postmodern age. *Valparaiso University Law Review*, v. 31, n. 1, p. 43-64, 1996.

_____. National juries for national cases: preserving citizens participation in large-scale litigation. *New York University Law Review*, v. 83, n. 2, p. 411-449, maio 2008.

_____; FORDHAM, Brigham A.; WOODLEY, Ann E. When torts met civil procedure: a curricular coupling. *Journal of Legal Education*, v. 67, n. 1, p. 263-285, 2017.

DOWNS, Howard M. Federal class actions: due process of representation (identity of claims) and the impact of General Telephone v. Falcon. *Ohio State Law Journal*, v. 54, n. 3, p. 607-712, 1993.

_____. Federal class actions: diminished protection for the class and the case for reform. *Nebraska Law Review*, v. 73, n. 3, p. 646-711, 1994.

DUARTE, Matheus Prestes Tavares. *Ministério Público resolutivo e acesso à justiça*: fundamentos e instrumentos de tutela de interesses transindividuais. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

DURAN, ANNA L. An economic analysis of fluid class recovery mechanism. *Stanford Law Review*, v. 34, n. 1, p. 173-202, nov. 1981.

DUVAL JR., Benjamin S. The class action as an antitrust enforcement device: the Chicago experience. *American Bar Foundation Research Journal*, v. 1976, n. 3, p. 1021-1106, 1976.

_____. The class action as an antitrust enforcement device: the Chicago experience revisited. *American Bar Foundation Research Journal*, v. 1976, n. 4, p. 1273-1358, 1976.

_____. Antitrust class actions in the northern district of Illinois: the impact of the class suit on private antitrust enforcement. *Chicago Bar Record*, v. 59, n. 2, p. 90-104, set./out. 1977.

DUVAL JR., Stanwood R. Considerations in choosing counsel for multidistrict litigation cases and mass tort cases. *Louisiana Law Review*, v. 74, n. 2, p. 391-395, 2014.

DWERLKOTTE, Brent; ADAMS, Robert; STUEVE, Patrick; MCCLELLAN, Abby. Bellwether trials. *UMKC Law Review*, v. 89, n. 4, p. 937-950, 2021.

DYK, Abraham B. A better way to *cy pres*: a proposal to reform class action by *cy pres* distribution. *New York University Journal of Legislation and Public Policy*, v. 21, n. 3, p. 635-670, 2018.

EDLEY JR., Christopher F.; WEILER, Paul C. Asbestos: a multi-billion-dollar crisis. *Harvard Journal on Legislation*, v. 30, n. 2, p. 383-408, 1993.

EHRLICH, Philip P. A balancing equation for social media publication notice. *University of Chicago Law Review*, v. 83, n. 4, p. 2163-2212, 2016.

EISENBERG, Theodore. Congressional authority to restrict lower federal court jurisdiction. *Yale Law Journal*, v. 83, n. 3, p. 498-533, jan. 1974.

_____. Disproportionate impact and illicit motive: theories of constitutional adjudication. *New York University Law Review*, v. 52, n. 1, p. 36-172, abr. 1977.

_____; FISHER, Talia; ROSEN-ZVI, Issi. Attorney's fees in a loser-pays system. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 162, n. 7, p. 1619-1662, jun. 2014.

_____; LANVERS, Charlotte. What is the Settlement Rate and Why Should We Care? *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 6, n. 1, p. 111-146, mar. 2009.

_____; MILLER, Geoffrey P. Incentive awards to class action plaintiffs: an empirical study. *University of California Los Angeles Law Review*, v. 53, n. 6, p. 1303-1352, ago. 2006.

_____; _____. The role of opt-outs and objectors in class action litigation: theoretical and empirical issues. *Vanderbilt Law Review*, v. 57, n. 5, p. 1529-1568, out. 2004.

_____; _____. Attorney's Fees in Class Action Settlements: an empirical study. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 1, n. 1, p. 27-78, 2004.

_____; _____. The English versus the American Rule on attorney fees: an empirical study of public company contracts. *Cornell Law Review*, v. 98, n. 2, p. 327-382, jan. 2013.

_____; _____. Attorney Fees and Expenses in Class Action Settlements: 1993-2008. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 7, n. 2, p. 248-281, 2010.

_____; _____; GERMANO, Roy. Attorney's fees in class actions: 2009-2013. *New York University Law Review*, v. 92, n. 4, p. 937-970, out. 2017.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

ELIS, Janet Schmitt. Nonmutuality: taking the fairness out of collateral estoppel. *Indiana Law Review*, v. 13, n. 2, p. 563-596, fev. 1980.

ELIS, Nan S. The Class Action Fairness Act of 2005: the story behind the statue. *Journal of Legislation*, v. 35, n. 2, p. 76-112, 2009.

ELLIOT, E. Donald. Managerial judging and the evolution of procedure. *University of Chicago Law Review*, v. 53, n. 2, p. 306-336, 1986.

ENGEL, Christoph. Does class action have a deterrence effect? *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 172, n. 1, p. 104-107, mar. 2016.

ENGSTROM, David Freeman. Harnessing the private attorney general: evidence from qui tam litigation. *Columbia Law Review*, v. 112, n. 6, p. 1244-1325, out. 2012.

_____. Private enforcement's pathways: lessons from qui tam litigation. *Columbia Law Review*, v. 114, n. 8, p. 1913-2006, dez. 2014.

_____. Jacobins at justice: the failed class action revolution of 1978 and the puzzle of American procedural political economy. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1531-1563, jun. 2017.

ENGSTROM, Nora Freeman. The diminished trial. *Fordham Law Review*, v. 86, n. 5, p. 2131-2147, 2018.

_____. Letting some lights in: resolving a key question regarding communication and resolution programs. *Jotwell: the journal of things we like*, v. 2019, n. 5, p. 1-3, maio 2019.

_____. The lessons of Lone Pine. *Yale Law Journal*, v. 129, n. 1, p. 2-77, out. 2019.

_____; VENOOK, Todd. Toward the participatory MDL: a low-tech step to promote litigant autonomy. In: ENGSTROM, David Freeman (org.). *Legal tech and the future of civil justice*. New York: Cambridge University Press, 2023.

EPSTEIN, Richard A. Class actions: aggregation, amplification and distortion. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 475-518, 2003.

ERBSEN, Allan. From predominance to resolvability: a new approach to regulating class actions. *Vanderbilt Law Review*, v. 58, n. 4, p. 995-1092, maio. 2005.

ERICHSON, Howard M. Nationwide personal jurisdiction in all federal question cases: a new Rule 4. *New York University Law Review*, v. 64, n. 5, p. 1117-1164, nov. 1989.

_____. Mass tort litigation and inquisitorial justice. *Georgetown Law Journal*, v. 87, n. 6, p. 1983-2024, jun. 1999.

_____. Informal aggregation: procedural and ethical implications of coordination among counsel in related suits. *Duke Law Journal*, v. 50, n. 2, p. 381-472, nov. 2000.

_____. Coattail Class Actions: reflections on Microsoft, Tobacco and the mixing of public and private lawyering in mass litigation. *University of California Davis Law Review*, v. 34, n. 1, p. 1-48, 2000.

_____. Beyond the class action: lawyer loyalty and client autonomy in non-class collective representation. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, p. 519-580, 2003.

_____. Mississippi class actions and the inevitability of mass aggregate litigation. *Mississippi College Law Review*, v. 24, n. 2, p. 285-308, 2005.

_____. A typology of aggregate settlements. *Notre Dame Law Review*, v. 80, n. 5, p. 1769-1820, maio 2005.

_____. CAFA's Impact on Class Action Lawyers. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1593-1628, jun. 2008.

_____. Foreword: reflections on the adjudication-settlement divide. *Fordham Law Review*, v. 78, n. 3, p. 1117-1128, dez. 2009.

_____. The trouble with all-or-nothing settlements. *University of Kansas Law Review*, v. 58, n. 4, p. 979-1026, maio 2010.

_____. Uncertainty and the advantage of collective settlement. *DePaul Law Review*, v. 60, n. 2, p. 627-646, 2011.

_____. The role of judge in non-class settlements. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 1015-1026, 2013.

_____. The problem of settlement class actions. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 951-989, maio 2014.

_____. Aggregation as disempowerment: red flags in class action settlements. *Notre Dame Law Review*, v. 92, n. 2, p. 859-912, dez. 2016.

_____. What MDL and class actions have in common. *Vanderbilt Law Review*, v. 70, n. 1, p. 29-38, jan. 2017.

_____. Settlement in the absence of anticipated adjudication. *Fordham Law Review*, v. 85, n. 5, p. 2017-2032, abr. 2017.

_____. MDL and the allure of sidestepping litigation. *Georgia Law Review*, v. 53, n. 4, p. 1287-1304, 2019.

_____; CAMPOS, Sergio J. The future of mass torts. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 159, n. 1, p. 231-252, 2010.

_____; ZIPURSKY, Benjamin C. Consent versus closure. *Cornell Law Review*, v. 96, n. 2, p. 265-322, jan. 2011.

ESTLUND, Cynthia. The black hole of mandatory arbitration. *North Carolina Law Review*, v. 96, n. 3, p. 679-710, mar. 2018.

ESTREICHER, Samuel. Foreword: federal class actions after 30 years. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 1-12, abr. 1996.

_____; YOST, Kristina. Measuring the value of class and collective action employment settlements: a preliminary assessment. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 6, n. 4, p. 768-792, 2009.

EVANS, Mark L. Collateral estoppel the demise of mutuality. *Cornell Law Review*, v. 52, n. 5, p. 724-737, 1966.

FADDA, Carlo. *L'azione popolare*: studio di diritto romano ed attuale. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1984.

FALLON, Eldon E. Common benefit fees in multidistrict litigation. *Louisiana Law Review*, v. 74, n. 2, p. 371-390, 2014.

_____. Bellwether trials. *UMKC Law Review*, v. 89, n. 4, p. 951-956, 2021.

_____; GRABILL, Jeremy T.; WYNNE, Robert Pitard. Bellwether trials in Multidistrict Litigation. *Tulane Law Review*, v. 82, n. 6, p. 2323-2367, 2008.

FAVERO, Gustavo Henrique. *Contraditório participativo*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2019.

FEDERAL JUDICIAL CENTER. *Manual for Complex Litigation*. 4th edition, 2004.

FEDERAL TRADE COMISSION. *Consumer and Class Actions*: a retrospective and analysis of settlement campaigns, 2019.

FELDMAN, Brett M. Which comes first: class certification or jurisdictional analysis. *Temple Law Review*, v. 88, n. 2, p. 383-409, 2016.

FERNANDES, Débora Chaves Martines. Small claims class actions: a comparative analysis of the Brazilian and American systems from the perspective of positive externalities. *Publicum*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 140-180, 2016.

FERNANDES, João Renda Leal. *O mito EUA*: um país sem direitos trabalhistas? Salvador: Juspodivm, 2021.

FERRARESI, Eurico. *Ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo*: instrumentos processuais coletivos. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FERRARO, Marcella Pereira. *Do processo bipolar a um processo coletivo-estrutural*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

FERREIRA, Gabriela Macedo. *Ato concertado entre juízos cooperantes*: esboço de uma teoria para o direito brasileiro. Salvador: Juspodivm, 2023.

_____. O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o direito brasileiro. *Civil Procedure Review*, v. 10, n. 3, p. 11-48, set./dez. 2019.

FERRERA, Ralph C; PARKER, Riva Khoshaba. Tontine or takeback: reversion provisions in class action settlement agreements. *The Business Lawyer*, v. 62, n. 3, p. 971-982, maio 2007.

FISCH, Jill E. Class action reform: lessons from securities litigation. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 2, p. 533-560, 1997.

_____. Class action reform, qui tam and the role of the plaintiff. *Law and Contemporary Problems*, v. 60, n. 4, p. 167-202, 1997.

_____. Aggregation, auctions and other developments in the selection of lead counsel under the PSLRA. *Law and Contemporary Problems*, v. 64, n. 2, p. 53-96, 2001.

_____. Lawyers on the auction block: evaluating the selection of class counsel by auction. *Columbia Law Review*, v. 102, n. 3, p. 650-728, abr. 2002.

FISS, Owen M. *Um novo processo civil*: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. Against settlements. *Yale Law Journal*, v. 93, n. 6, p. 1073-1090, maio 1984.

_____. The political theory of the class action. *Washington and Lee Law Review*, v. 53, n. 1, p. 21-32, 1996.

_____. The allure of individualism. *Iowa Law Review*, v. 78, n. 5, p. 965-979, jul. 1993.

_____. Foreword: the forms of justice. *Harvard Law Review*, v. 93, n. 1, p. 1-58, nov. 1979.

_____. Two models of adjudication. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coords.). *Teoria do processo*: panorama doutrinário mundial. Salvador: Juspodivm, 2007.

_____. A teoria da ação de classe. In: SIMONS, Adrian; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; RAGONE, Alvaro Pérez; LUCON, Paulo Henrique dos Santos (Coord.). *Estudos em homenagem à Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Editora Tirant Lo Blanch, 2020.

_____; BRONSTEEN, John. The class action rule. *Notre Dame Law Review*, v. 78, n. 5, p. 1419-1545, ago. 2003.

FITZPATRICK, Brian T. *The conservative case for class actions*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

_____. What is a reasonable attorney fee – an empirical analysis of class action settlements. *Cornell Law Forum*, v. 31, n. 1, p. 2-8, 2003.

_____. The end of objector blackmail? *Vanderbilt Law Review*, v. 62, n. 6, p. 1623-1666, nov. 2009.

_____. An empirical study of class action settlements and their fee awards. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 7, n. 4, p. 811-846, 2010.

_____. Do class action lawyers make too little? *University of Pennsylvania Law Review*, v. 158, n. 7, p. 2043-2084, jun. 2010.

_____. The End of Class Action? *Arizona Law Review*, v. 57, n. 1, p. 161-200, 2015.

_____. Justice Scalia and class actions: a loving critique. *Notre Dame Law Review*, v. 92, n. 5, p. 1977-1996, maio 2017.

_____. The ironic history of Rule 23. *Vanderbilt Law Research Paper*, v. 17, n. 41, p. 1-23, ago. 2017.

_____. Do class actions deter wrongdoing? In: PICHÉ, Catherine. *The class action effect*. Montreal: Éditions Yvon Blais, 2018, p. 181-205.

_____. Can and should the new third-party litigation financing come to class action? *Theoretical Inquires in Law*, v. 19, n. 1, p. 109-123, 2018.

_____. Why class actions are something both liberals and conservatives can love. *Vanderbilt Law Review*, v. 73, n. 4, p. 1147-1160, maio 2020.

_____. Objector blackmail update: what have the 2018 amendment done? *Fordham Law Review*, v. 89, n. 2, p. 437-450, nov. 2020.

_____. How Many Class Actions Are Meritless? In: Fitzpatrick, Brian T; THOMAS, R. (Eds.). *The Cambridge Handbook of Class Actions:* an international survey. New York: Cambridge University Press, 2021, p. 59-70.

_____. Many minds, many MDL judges. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 107-120, 2021.

_____. A fiduciary judge's guide to awarding fees in class actions. *Fordham Law Review*, v. 89, n. 4, p. 1151-1178, mar. 2021.

_____; GILBERT, Robert C. An empirical look at compensation in consumer class actions. *New York University Journal of Law & Business*, v. 11, n. 4, p. 767-792, 2015.

_____; THOMAS, Randall S. The Indian securities fraud class action: is class arbitration the answer? *Northwestern Journal of International Law & Business*, v. 40, n. 2, p. 203-226, 2020.

FLANAGAN, James F. Offensive collateral estoppel: inefficiency and foolish consistency. *Arizona State Law Journal*, v. 1982, n. 1, p. 45-78, 1982.

FLINN, Meghan E. A continuing war with asbestos: the stalemate among state courts on liability for take-home asbestos exposure. *Washington and Lee Law Review*, v. 71, n. 1, p. 707-758, 2014.

FORD, Sara Anne; PATE, R. Ashby; DOSS, Jeffrey P. Class arbitration and the enforceability of class action waivers in arbitration agreements. *Class actions & derivative suits*, v. 31, n. 2, p. 3-4, 2021.

FORD, Tom. Federal Rule 23: a device for aiding the small claimant. *Boston College Industrial & Commercial Law Review*, v. 10, n. 3, p. 501-514, 1969.

FORNACIARI, Flávia Hellmeister Clito. *Representatividade adequada nos processos coletivos*. Tese (Doutorado em Direito), - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FRANK, Thomas M. *The empowered self*: law and society in the age of individualism. Oxford: Oxford Press, 1999.

FRANKEL, Richard. The disappearing opt-out rights in punitive damages class actions. *Wisconsin Law Review*, v. 2011, n. 3, p. 563-624, 2011.

FRANKLIN, Darren M. The mass tort defendants strike back: are settlement class actions a collusive threat or just a phantom menace? *Stanford Law Review*, v. 53, n. 1, p. 163-193, out. 2000.

FRASER, James M. Opt-in class actions under the FLSA, EPA and ADEA: what does it mean to be similarly situated. *Suffolk University Law Review*, v. 38, n. 1, p. 95-122, 2004.

FREER, Richard D. Interlocutory review of class action certification: a preliminary empirical study of federal and state experience. *Western State University Law Review*, v. 35, n. 1, 2007, p. 13

_____; PERDUE, Wendy Collins; EFFRON, Robin J. *Civil Procedure*: cases, materials and questions. 8 ed. Durham: Carolina Academic Press, 2020.

FRIEDENTHAL, Jack H.; MILLER, Arthur R.; SEXTON, John E.; HERSHKOFF, Helen. *Civil procedure*: cases and materials. 12 ed. St Paul: West Academic Publishing, 2018.

FRIEDMAN, Mark W. Constrained individualism in group litigation: requiring class members to make a good cause showing before opting out of a federal class action. *Yale Law Journal*, v. 100, n. 3, p. 745-763, dez. 1990.

FRIEDMAN, Joel Wm.; COLLINS, Michael G. *The Law of Civil Procedure*: cases and materials. 5 ed. St Paul: West Academic Publishing, 2017.

FULLER, Lon. The forms and limits of adjudication. *Harvard Law Review*, v. 92, n. 2, p. 353-409, dez. 1978.

FURMAN, Roger. Offensive assertion of collateral estoppel by persons opting out of a class action. *Hastings Law Journal*, v. 31, n. 5, p. 1189-1214, maio 1980.

FUX, Luiz. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. *Teoria geral do processo civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. *Tutela de segurança e tutela de evidência*: fundamentos da tutela antecipada. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. (coord.). *O novo Processo Civil Brasileiro*: Direito em expectativa (Reflexões acerca do Projeto do novo Código de Processo Civil). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. Law and developments: the role of the judiciary in Brazil. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, v. 20, n. 77, p. 15-21, jul./set. 2017.

_____; FREIRE, Alexandre (orgs.). *Repercussão geral da questão constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____; BODART, Bruno. *Processo civil e análise econômica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

_____; _____. Notas sobre o princípio da motivação e a uniformização da jurisprudência no novo Código de Processo Civil à luz da análise econômica do direito. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 42, n. 269, p. 421-432, jul. 2017.

GAIO JR., Antonio Pereira. Consumidor e a solução de conflitos no âmbito da União Europeia. Curitiba: Juruá, 2020.

GAJARDONI, Fernando. *Flexibilização procedimental*: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as recentes reformas do CPC. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. A flexibilização do procedimento processual no âmbito da common law. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 163, p. 161-178, set. 2008.

_____. Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no CPC/2015. *Revista de Informação legislativa*, Brasília, v. 48, n. 190, p. 163-177, abr./jul. 2011.

_____. O processo coletivo refém do individualismo. In: ZANETI JR, Hermes. *Processo coletivo.* Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016.

GALANTER, Marc S. The vanishing trial: an examination of trials and related matters in federal and state courts. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 1, n. 3, p. 459-570, 2004.

GALDINO, Matheus Souza. *Elementos para uma compreensão tipológica dos processos estruturais*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

GALENKAMP, Marlies. Collective Rights: much ado about nothing. *Netherlands Quarterly for Human Rights*, v. 9, n. 3, p. 291-307, 1991.

_____. Collectieve rechten: een review essay. *Rechtsfilosofie en Rechtstheorie*, v. 20, n. 1, p. 60-72, 1991.

GAMBARO, Antonio. *La tutela degli interessi diffusi nel diritto comparato*: con particolare riguardo alla protezione dell'ambiente e dei consumatori. Milano: Giuffrè, 1976.

GARCIA, Emerson. Tutela coletiva e legitimidade concorrente: a necessidade de promover a ideologia participativa. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, nº 84, p. 261-262, abr./jun. 2022.

_____; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade administrativa*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GARTH, Bryant. Conflict and dissent in class actions: a suggested perspective. *Northwestern University Law Review*, v. 77, n. 4, p. 492-535, 1982.

_____. Introduction: towards a sociology of the class action. *Indiana Law Journal*, v. 57, n. 3, p. 371-384, 1982.

_____. ADR and civil procedure: a chapter or an organizing theme. *Journal of Legal Education*, v. 37, n. 1, p. 34-36, 1987.

_____. Power and legal artifice: the federal class action. *Law & Society Review*, v. 26, n. 2, p. 237-272, 1992.

_____; NAGEL, Ilene; PLAGER, Jay. The institution of the private attorney general: perspectives from an empirical study of class action litigation. *Southern California Law Review*, v. 61, n. 2, p. 353-398, jan. 1988.

GAVROSNKI, Alexandre Amaral. *Técnicas extraprocessuais de tutela coletiva*: a efetividade da tutela coletiva fora do processo judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GELB, Joseph W.; GRIVER, Yoav M.; BERMAN, Seth C. Class action settlements in the aftermath of Amchem Products and Ortiz. *The Business Lawyer*, v. 55, n. 3, p. 1439-1451, maio 2000.

GEORGE, Lawrence C. Sweet uses of adversity: Parklane Hosiery and the Collateral Class Action. *Stanford Law Review*, v. 32, n. 4, p. 655-686, abr. 1980.

GIBBONS, Susan M. C. Group litigation, class actions and Lord Woolf's three objectives: a critical analysis. *Civil Justice Quarterly*, v. 27, n. 1, p. 108-154, 2008.

_____. Group litigations, class actions and collective redress: an anniversary reappraisal of Lord Woolf's three objectives. In: DWYER, Deirdre. (Ed.) *The Civil Procedure Rules*: ten years on. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos*: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Rumo a um Código de Processo Civil coletivo*: a codificação das ações coletivas do Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 27, n. 108, p. 61-70, out./dez. 2002.

_____. Class actions in Brazil: a model for civil law countries. *The American Journal of Comparative Law*, v. 51, n. 2, p. 311-408, 2003.

_____. Código de Processo Civil coletivo: um modelo para países de direito escrito. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 28, n. 111, p. 192-208, jul./set. 2003.

_____. *Las acciones colectivas y la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales en Brasil*: un modelo para países de derecho civil. México: UNAM, 2004.

_____. The class action code: a model for civil law countries. *Arizona Journal of International and Comparative Law*, v. 23, n. 1, p. 37-54, 2005.

_____. *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo*. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2008.

_____. The recognition of U.S. class action abroad: the case of Latin America. *Brooklyn Journal of International Law*, v. 37, n. 3, p. 893-966, 2012.

_____. Issue Preclusion Effect of Class Action Orders. *Hastings Law Journal*, v. 63, n. 4, p. 1023-1070, 2012.

_____. Loneliness in the crowd: why nobody wants opt-out class members to assert offensive issue preclusion against class defendants. *SMU Law Review*, v. 66, n. 1, p. 1-58, 2013.

_____; PRATES, Marília Zanella; TESHEINER, José Maria. Limites objetivos da coisa julgada no projeto de Código de Processo Civil: reflexões inspiradas na experiência norte-americana. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 36, n. 194, p. 101-138, abr. 2011.

GILLES, Myriam. Reinventing structural reform litigation: deputizing private citizens in the enforcement of civil rights. *Columbia Law Review*, v. 100, n. 6, p. 1384-1453, out. 2000.

_____. Opting out of liability: the forthcoming, near-total demise of the modern class action. *Michigan Law Review*, v. 104, n. 3, p. 373-430, dez. 2005.

_____. Class dismissed: contemporary judicial hostility to small-claims consumer class actions. *DePaul Law Review*, v. 59, n. 2, p. 305-332, 2010.

_____. Procedure in eclipse: group-based adjudication in a post-Concepcion era. *Saint Louis University Law Journal*, v. 56, n. 4, p. 1203-1230, 2012.

_____. Tribal rituals of the MDL: a comment on Williams, Lee, and Borden, repeat players in the multidistrict litigation. *Journal of Tort Law*, v. 5, n. 1, p. 173-180, 2012.

_____. Killing them with kindness: examining consumer-friendly arbitration clauses after AT&T Mobility v. Concepcion. *Notre Dame Law Review*, v. 88, n. 2, p. 825-870, dez. 2012.

_____. Class warfare: the disappearance of low-income litigants from the civil docket. *Emory Law Journal*, v. 65, n. 6, p. 1531-1568, 2016.

_____. The politics of access: examining concerted state/private enforcement solutions to class action bans. *Fordham Law Review*, v. 86, n. 5, p. 2223-2240, abr. 2018.

_____. The private attorney general in a time of hyper-polarized politics. *Arizona Law Review*, v. 65, n. 2, p. 337-384, 2023.

_____; SEBOK, Anthony. Crowd-classing individual arbitrations in a post-class action era. *DePaul Law Review*, v. 63, n. 2, p. 447-484, 2014.

_____; FRIEDMAN, Gary B. Exploding the class action agency costs myth: the social utility of entrepreneurial lawyers. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 155, n. 1, p. 103-164, nov. 2006.

_____; _____. After class: aggregate litigation in the wake of AT&T Mobility v. Concepcion. *University of Chicago Law Review*, v. 79, n. 2, p. 623-675, 2012.

_____; _____. The radical majoritarianism of Rule 23(b)(2). *University of Kansas Law Review*, v. 65, n. 5, p. 989-1024, ago. 2017.

_____; _____. Rediscovering the issue class in mass tort MDLs. *Georgia Law Review*, v. 53, n. 4, p. 1305-1334, 2019.

_____; _____. Unwaivable: Public Enforcement Claims and Mandatory Arbitration. *Fordham Law Review*, v. 89, n. 2, p. 451-474, nov. 2020.

_____; _____. The issue class revolution. *Boston University Law Review*, v. 101, n. 1, p. 133-190, jan. 2021.

_____; _____. MDL Drano: Rule 23-based solutions to Mass Tort Buildup. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 121-142, 2021.

GINSBERG, Jordan B. Class action notice: the internet's time has come. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 739-772, 2003.

GIUSSANI, Andrea. *Studio sulle class action*. Padova: CEDAM, 1996.

_____. Azioni collettive, danni punitivi e deterrenza dell'illecito. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 62, n. 1, p. 239-250, 1947.

_____. Class actions e finanziamento delle liti. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, V. 76, n. 2, p. 303-320, 2022.

GLOVER, Maria J. Beyond unconscionability: class action waivers and mandatory arbitration agreements. *Vanderbilt Law Review*, v. 59, n. 5, p. 1735-1770, out. 2006.

_____. Mass litigation governance in the post-class action era: the problems and promise of non-removable state actions in multidistrict litigation. *Journal of Tort Law*, v. 5, n. 1, p. 3-46, 2012.

_____. The structural role of private enforcement mechanisms in public law. *William & Mary Law Review*, v. 53, n. 4, p. 1137-1217, 2012.

_____. The Federal Rules of civil settlement. *New York University Law Review*, v. 87, n. 6, p. 1713-1778, dez. 2012.

_____. Disappearing claims and the erosion of substantive law. *The Yale Law Journal*, v. 124, n. 8, p. 3052-3092, jun. 2015.

_____. The Supreme Court's non-transsubstantive class action. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1625-1668, jun. 2017.

_____. Mass arbitration. *Stanford Law Review*, v. 74, n. 6, p. 1283-1392, jun. 2022.

_____. Recent developments in mandatory arbitration warfare: winners and losers (so far) in mass arbitration. *Washington University Law Review*, v. 100, n. 6, p. 1617-1652, 2023.

GLOW, Lisa L. Offensive collateral estoppel in Arizona: fair litigation vs. judicial economy. *Arizona Law Review*, v. 30, n. 3, p. 535-550, 1988.

GLUCK, Abbe. Unorthodox civil procedure: modern multidistrict litigation's place in the textbook understandings of procedure. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1669-1710, jun. 2017.

_____. MDL nationalism, federalism and the opioid epidemic. *DePaul Law Review*, v. 70, n. 2, p. 321-344, 2018.

GOLD, Russell M. Compensation's role in deterrence. *Notre Dame Law Review*, v. 91, n. 5, p. 1997-2048, maio 2016.

GOMES, Luiz Flávio; MARQUES, Ivan Luís; BIANCHINI, Alice; MACHADO, Diego Pereira. Direito da União Europeia. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES JR., Luis Manoel. *Curso de Direito Processual Civil Coletivo*. 2ª ed. São Paulo: SRS, 2008.

GOMETS, Gianmarco. *La certezza giuridica come prevedibilità*. Torino: Giappichelli, 2005.

GOTTWALD, Peter. Comparative civil procedure. *Ritsumeikan Law Review*, n. 22, v. 1, p. 23-35, mar. 2005.

GRABILL, Jeremy T. Southland Securities Corp. v. Inspire Insurance Solutions: the Fifth Circuit brusquely rejects the group pleading doctrine in light of the Private Securities Litigation Reform Act. *Tulane Law Review*, v. 79, n. 4, p. 1101-1112, mar. 2005.

_____. Multistate class actions properly frustrated by choice-of-law complexities: the role of parallel litigation in the courts. *Tulane Law Review*, v. 80, n. 1, p. 299-324, nov. 2005.

_____. Judicial review of private mass tort settlements. *Seton Hall Law Review*, v. 42, n. 1, p. 123-184, 2012.

_____. The pesky persistence of class action tolling in mass tort multidistrict litigation. *Louisiana Law Review*, v. 74, n. 2, p. 433-482, 2014.

_____. The strange state of appeals in multidistrict litigation. *Federal Lawyer*, v. 67, n. 4, p. 37-42, jul./ago. 2020.

GRANT, Maximilian. The right not to sue: a First Amendment rationale for opting out of mandatory class actions. *University of Chicago Law Review*, v. 63, n. 1, p. 239-274, 1996.

GRANT, Michael. Cy pres: not the first option, but as near as possible. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 32, n. 4, p. 637-658, 2019.

GRECO, Leonardo. *Instituições de processo civil*: introdução ao direito processual civil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. O princípio do contraditório. *Revista Dialética de Direito Processual*, n. 24, p. 71-79, mar. 2005.

_____. Publicismo e Privatismo no Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 164, p. 29-56, out. 2008.

_____. A execução e a efetividade do processo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 94, p. 34-66, abr./jun. 1999.

GREEN, Bruce A. The ten most common ethical violations. *Litigation*, v. 24, n. 4, p. 48-63, 1998.

_____; KENT, Andrew. May class counsel also represent lead plaintiffs? *Florida Law Review*, v. 72, n. 5, p. 1083-1134, set. 2020.

GREEN, Eric D. What we will do when adjudication ends – we'll settle in bunches: bringing Rule 23 into twenty-first century. *UCLA Law Review*, v. 44, n. 6, p. 1173-1802, ago. 1997.

_____; MARKS, Jonathan B.; OLSON, Ronald L. Settling large case litigation: an alternative approach. *Loyola of Los Angeles Law Review*, v. 11, n. 3, p. 493-512, jun. 1998.

GREENBERG, Bruce D. Keeping the flies out of the ointment: restricting objectors to class action settlements. *Saint John's Law Review*, v. 84, n. 3, p. 949-994, 2010.

GREENE, Stephanie; O'BRIEN, Christine Neylon. Epic backslide: the Supreme Court endorses mandatory individual arbitration agreements. *Stanford Journal of Civil Rights & Civil Liberties*, v. 15, n. 1, p. 43-86, fev. 2019.

GREER, Marcy Hogan; NASSIHI, Amir. *A Practitioner's Guide to Class Action*. 3ª ed. Chicago: American Bar Association, 2021.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas tendências do direito processual*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

_____. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 25-44, abr./set. 1979.

_____. (Coord.). *A tutela dos interesses difusos*: doutrina, jurisprudência e trabalhos forenses. São Paulo: Max Limonad, 1984.

_____. Mandado de segurança coletivo: legitimação, objeto e coisa julgada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 80, n. 664, p. 75-84, fev. 1991.

_____. A ação civil pública refém do autoritarismo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 96, p. 28-36, out./dez. 1999.

_____. Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade. In: MILARÉ, Edis. (Coord.). *Ação civil pública*: Lei nº 7.347/85 – 15 anos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre legitimação e a coisa julgada. *Revista Forense*, São Paulo, v. 361, p. 3-12, mai./jun. 2002.

_____. Coisa julgada *erga omnes*, *secundum eventum litis* e *secundum probationem*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 30, n. 126, p. 9-21, ago. 2005.

_____ *et al*. *Código brasileiro de defesa do consumidor*: comentado pelos autores do anteprojeto. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. Cultural dimensions of group litigation (Brazilian national report). *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 214, p. 361-366, dez. 2012.

_____. O Projeto do novo CPC e sua influência no minissistema de processos coletivos: a coletivização dos processos individuais. In: BENJAMIN, Antônio Herman V.; GRINOVER, Ada

Pellegrini; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vicenzo. *Processo coletivo do surgimento à atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Miti e realtà sul giudicato: una riflessione italo-brasiliana. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, v. 70, n. 1, p. 147-158, 2016.

_____. Réquiem para a reforma dos processos coletivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 42, n. 264, p. 213-218, mar. 2017.

_____; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. *Os processos coletivos nos países de civil law e common law*: uma análise de direito comparado. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____; _____; NERY JR, Nelson. *Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*: processo coletivo (art. 81 a 104 e 109 a 119). 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GROSS, Samuel R.; SYVERUD, Kent D. Getting to no: a study of settlement negotiations and the selection of cases for trial. *Michigan Law Review*, v. 90, n. 2, p. 319-393, nov. 1991.

GUGGENHEIMER, Joan. Cost of notice in class actions after Oppenheimer Fund, Inc. v. Sanders. *Columbia Law Review*, v. 78, n. 7, p. 1517-1535, nov. 1978.

HANDLER, Milton. The shift from substantive to procedural innovations in antitrust suits – the twenty-third annual antitrust review. *Columbia Law Review*, v. 71, n. 1, p. 1-36, jan. 1971.

_____. Antitrust and consumer interests: the fallacy of parens patriae and a suggested new approach. *Yale Law Review*, v. 85, n. 5, p. 626-677, abr. 1976.

HANTLER, Steven B.; NORTON, Robert E. Coupon settlements: the emperor's clothes of class actions. *The Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 18, n. 4, p. 1343-1358, 2005.

HAY, Bruce L. Some settlement effects of preclusion. *University of Illinois Law Review*, v. 1993, n. 1, p. 21-52, 1993.

_____. Fee awards and optimal deterrence. *Chicago-Kent Law Review*, v. 71, n. 2, p. 505-518, 1995.

_____. Contingent fees and agency costs. *Journal of Legal Studies*, v. 25, n. 2, p. 503-534, jun. 1996.

_____. Contingent fees, principal-agent problems and the settlement of litigation. *William Mitchell Law Review*, v. 23, n. 1, p. 43-80, 1997.

_____. Optimal contingent fees in a world of settlement. *Journal of Legal Studies*, v. 26, n. 1, p. 259-278, jan. 1997.

_____. Asymmetric Rewards: why class actions (may) settle for too little. *Hasting Law Journal*, v. 48, n. 3, p. 479-510, mar. 1997.

_____. The theory of fee regulation in class action settlements. *American University Law Review*, v. 46, n. 5, p. 1429-1482, jun. 1997.

_____; ROSENBERG, David. Sweetheart and blackmail settlements in class actions: reality and remedy. *Notre Dame Law Review*, v. 75, n. 4, p. 1377-1408, maio 2000.

HAYS, Jeremy. The quasi-class action model for limiting attorney's fees in multidistrict litigation. *New York University Annual Survey of American Law*, v. 67, n. 3, p. 589-642, 2012.

HAREL, Alon; STEIN, Alex. Auctioning for loyalty: selection and monitoring of class counsel. *Yale Law & Policy Review*, v. 22, n. 1, p. 69-124, 2004.

HARKINS JR., John G. Federal Rule 23: the early years. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 2, p. 705-710, 1997.

HART, Melissa. Will employment discrimination class action survive? *Akron Law Review*, v. 37, n. 4, p. 813-846, 2004.

_____. Learning from Wal-Mart. *Employee Rights and Employment Policy Journal*, v. 10, n. 2, p. 355-394, 2006.

_____. Disparate impact discrimination: the limits of litigation, the possibilities for internal compliance. *Journal of College and University Law*, v. 33, n. 3, p. 547-558, 2007.

_____. A matter of context: social framework evidence in employment discrimination class actions. *Fordham Law Review*, v. 78, n. 1, p. 37-70, out. 2009.

HARTNEY, Michael. Some confusions concerning collective rights. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*, v. 4, n. 2, p. 293-314, jul. 1991.

HAZARD JR., Geoffrey C. Indispensable party: the historical origin of a procedural phantom. *Columbia Law Review*, v. 61, n. 7, p. 1254-1289, nov. 1961.

_____. Revisiting the Second Restatement of Judgements: issue preclusion and related problems. *Cornell Law Review*, v. 66, n. 3, p. 534-592, 1981.

_____. Preclusion as to issues of law: the legal system's interest. *Iowa Law Review*, v. 70, n. 1, p. 81-94, out. 1984.

_____. Reflections on Judge Weinstein's ethical dilemmas in mass tort litigation. *Northwestern University Law Review*, v. 88, n. 2, p. 569-578, 1993.

_____. The settlement black box. *Boston University Law Review*, v. 75, n. 5, p. 1257-1272, nov. 1995.

_____. The futures problem. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 148, n. 1, p. 1901-1918, 2000.

_____. Challenges in law making in mass societies. *Louisiana Law Review*, v. 67, n. 4, p. 1103-1112, 2007.

_____. Has the *Eerie* doctrine been repealed by Congress? *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1629-1648, jun. 2008.

_____. Determination in Rule 23 class actions. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 990-993, maio 2014.

_____; TARUFFO, Michele. *American civil procedure*: an introduction. New Haven: Yale University Press, 1993.

_____; GEDID, John L.; SOWLE, Stephen. An historical analysis of the binding effect of class suits. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 146, n. 6, p. 1849-1948, ago. 1998.

HEISE, Michael. Assessing assessment of Israel's 2006 Class Action Law. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 172, n. 1, p. 108-112, mar. 2016.

HELVESTON, Max. Promoting justice through public interest advocacy in class actions. *Buffalo Law Review*, v. 60, n. 3, p. 749-805, maio 2012.

_____. Consumer protection in the age of big data. *Washington University Law Review*, v. 93, n. 4, . 859-918, 2016.

HENDERSON, William D. Reconciling the juridical links doctrine with the Federal Rules of Civil Procedure and Article III. *University of Chicago Law Review*, v. 67, n. 4, p. 1347-1378, 2000.

HENSLER, Deborah R. Class conflicts in class actions. *Stanford Law Review*, v. 34, n. 6, p. 1183-1262, jul. 1982.

_____. Resolving mass toxic torts: myths and realities. *University of Illinois Law Review*, v. 1, n. 1, p. 89-105, 1989.

_____. Fashioning a national resolution of asbestos personal injury litigation: a reply to Professor Brickman. *Cardozo Law Review*, v. 13, n. 6, p. 1967-1990, abr. 1992.

_____. A glass half full, a glass half empty: the use of alternative dispute resolution in mass personal injury litigation. *Texas Law Review*, v. 73, p. 1587-1626, jun. 1995.

_____. The role of multi-districting in mass tort litigation: an empirical investigation. *Seton Hall Law Review*, v. 31, n. 4, p. 883-906, 2001.

_____. Revisiting the monster: new myths and realities of class action and other large scale litigation. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 11, p. 179-214, 2001.

_____. As time goes by: asbestos litigation after Amchem and Ortiz. *Texas Law Review*, v. 80, p. 1899-1924, jun. 2002.

_____. Our courts, ourselves: how ADR is transforming the U.S. Court system. *Penn State Law Review*, v. 108, n. 1, p. 165-197, 2003.

_____. Access to justice: connecting principles to practice. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 17, n. 3, p. 369-422, 2004.

_____. Frivolous litigation and civil justice reform: miscasting the problem, recasting the solution. *Duke Law Journal*, v. 54, n. 2, p. 447-484, nov. 2004.

_____. Asbestos litigation in the United States: triumph and failure of the civil justice system. *Connecticut Insurance Law Journal*, v. 12, n. 2, p. 255-280, 2005.

_____. Whatever happened to access to justice. *Loyola of Los Angeles Law Review*, v. 42, n. 4, p. 869-912, 2009.

_____. The globalization of class actions: an overview. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 622, n. 1, p. 7-29, mar. 2009.

_____. Rethinking the public in lawyer's public service: pro bono, strategic philanthropy and the bottom line. *Fordham Law Review*, v. 77, n. 4, p. 1435-1452, mar. 2009.

_____. Public interest litigation: insights from theory and practice. *Fordham Urban Law Journal*, v. 36, n. 4, p. 603-652, jun. 2009.

_____. Financing civil litigation: the US perspective. In: TULL, Mark; VISSCHER, Louis (eds.). *New trends in financing civil litigation in Europe*: a legal, empirical and economic analysis. Northampton: Edward Elgar, 2010.

_____. The future of mass litigation: global class actions and third-party litigation funding. *George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 306-323, maio 2011.

_____. Can private class actions enforce regulations? Do they? Should they? In: BIGNAMI, Francesca; ZARING, David (orgs.). *Comparative law and regulation*: understanding the global regulatory process. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016.

_____. Happy 50th anniversary Rule 23! Shouldn't we know you better after all this time? *University Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1599-1623, jun. 2017.

_____. From sea to shining sea: how and why class actions are spreading globally. *University of Kansas Law Review*, v. 65, n. 5, p. 965-988, ago. 2017.

_____; GELBACH, Jonah B. What we don't know about class actions but hope to know soon. *Fordham Law Review*, v. 87, n. 1, p. 65-71, 2018.

_____; PACE, Nicholas M.; DOMBEY-MOORE, Bonnie; GIDDENS, Beth; GROSS, Jennifer; MOLLER, Erik. *Class Action Dilemmas*: pursuing public goals for private gain. Santa Monica: Rand, 2000.

_____; PETERSON, Mark A. Understanding mass personal injury litigation: a socio-legal analysis. *Brooklyn Law Review*, v. 59, n. 3, p. 961-1064, 1993.

HERR, David E. *Multidistrict litigation manual*: practice before the Judicial Panel on Multidistrict Litigation. St Paul: West, 2013.

HERRMANN, Mark; RITTS, Geoffrey J.; LARSON, Katherine. *Statewide coordinated proceedings*: state court analogues to the federal MDL process. 2ª ed. Saint Paul: Thomson West, 2004.

HESS, Burkhard. Collective redress and the jurisdictional model of Brussels I Regulation. In: NUYTS, Arnaud; HATZIMIHAIL, Nikitas E. *Cross-border class action*: the European way. Munich: Sellier European Law Publishers, 2014.

HEYBURN III, John G. A view from the Panel: part of the solution. *Tulane Law Review*, v. 82, n. 6, p. 2225-2224, 2008.

HIGGINS, Andrew. Driving with the handbrake on: competition class actions under the Consumer Rights Act 2015. *The Modern Law Review*, v. 79, n. 3, p. 442-467, maio 2016.

HINES, Laura J. The dangerous allure of the issue class action. *Indiana Law Journal*, v. 79, n. 3, p. 567-610, 2004.

_____. Mirroring or Muscling: an examination of state class action appellate rulemaking. *Kansas Law Review*, v. 58, n. 5, p. 1027-1095, 2010.

_____. Challenging the issue class action end-run. *Emory Law Journal*, v. 52, n. 1, p. 709-770, 2003.

_____. The unruly class action. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 718-766, maio 2014.

_____. Obstacles to determining punitive damages in class actions. *Wake Forest Law Review*, v. 36, p. 889-942, 2001.

_____. Codifying the issue class action. *Nevada Law Journal*, v. 16, n. 2, p. 625-658, 2016.

HODGES, Christopher. *Multi-party actions*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Product liability in Europe: the reality. *International Business Lawyers*, v. 26, n. 2, p. 55-45, fev. 1998.

_____. Multi-party actions: a European Approach. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 11, n. 2, p. 321-354, 2001.

_____. From class action to collective redress: a revolution in approach to compensation. *Civil Justice Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 41-66, 2009.

_____. Collective redress in Europe: the new model. *Civil Justice Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 370-395, 2010.

_____. European collective action: towards coherence. *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, v. 19, n. 4, p. 477-504, 2012.

_____. Collective redress: a breakthrough or a damp squib? *Journal of Consumer Policy*, v. 37, n. 1, p. 67-90, mar. 2014.

_____. Cross-border class actions: the European way. *Common Market Law Review*, v. 52, n. 1, p. 306-308, fev. 2015.

_____. Mass collective redress: consumer ADR and regulatory techniques. *European Review of Private Law*, v. 23, n. 5, p. 829-874, out. 2015.

HOFFMAN, Lonny S. Removal jurisdiction and the All-Writs Act. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 148, n. 2, p. 401-472, dez. 1999.

_____. In retrospect: a first-year review of the Class Action Fairness Act. *Loyola of Los Angeles Law Review*, v. 39, n. 3, p. 1135-1156, out. 2006.

_____. Intersections of state and federal power: state judges, federal law and the reliable principle. *Tulane Law Review*, v. 81, n. 2, p. 283-330, dez. 2006.

_____. Burdens of jurisdictional proof. *Alabama Law Review*, v. 59, n. 2, p. 409-452, 2008.

HOMBURGER, Adolf. State class actions and the Federal Rule. *Columbia Law Review*, v. 71, n. 4, p. 609-659, abr. 1971.

_____. Private suits in the public interest in the United State of America. *Buffalo Law Review*, v. 23, n. 2, p. 343-410, 1974.

HOOPER, Laurel L.; LEARY, Mary. *Auctioning the role of class counsel in class action cases*: a descriptive study. Federal Judicial Center, 2001.

HOPKINSON, Daniel C. The new Federal Rules of Procedure as compared with the former Federal Equity Rules and the Wisconsin Code. *Marquette Law Review*, v. 23, n. 4, p. 159-191, jun. 1939.

HORTON, David. Mass arbitration and democratic legitimacy. *University of Colorado Law Review*, v. 85, n. 2, p. 459-504, 2014.

HUANG, Kuo-Chang. How legal representation affects case outcomes: an empirical perspective from Taiwan. *Journal Empirical Legal Studies*, v. 5, n. 2, p. 197-238, 2008.

HUANG, Peter H. A new options theory for risk multipliers of attorney's fees in federal civil rights litigation. *New York University Law Review*, v. 73, n. 6, p. 1943-1977, dez. 1998.

_____. Lawsuit abandonment options in possibly frivolous litigation games. *Review of Litigation*, v. 23, n. 1, p. 47-114, 2004.

_____. The unexpected value of litigation: a real options perspective. *Stanford Law Review*, v. 58, n. 5, p. 1267-1336, mar. 2006.

HUSBAND, John M.; WILLIAMS, Bradford J. Wal-Mart v. Dukes Redux: The future of the sprawling class action. *Colorado Lawyer*, v. 40, n. 9, p. 53-60, set. 2011.

HUTCHINSON, Diane Wood. Class actions: joinder or representational device? *The Supreme Court Review*, v. 1983, n. 1, p. 459-507, 1983.

HYLTON, Keith N. Asymmetric information and the selection of disputes for litigation. *Journal of Legal Studies*, v. 22, n. 1, p. 187-210, jan. 1993.

_____. Fee shifting and incentives to comply with the law. *Vanderbilt Law Review*, v. 46, n. 5, p. 1069-1128, out. 1993.

_____. Agreements to waive or to arbitrate legal claims: an economic analysis. *Supreme Court Economic Review*, v. 8, n. 1, p. 209-264, 2000.

_____. Deterrence and aggregate litigation. *Boston University School of Law*, v. 45, n. 1, p. 1-28, dez. 2018.

IKEDA, Katherine. Silencing the objectors. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 15, n. 1, p. 177-204, 2001.

ISSACHAROFF, Samuel. *Civil Procedure*. 4ª ed. New York: Foundation Press, 2017.

_____. Administering damage awards in mass tort litigation. *Review of Litigation*, v. 10, n. 2, p. 463-494, 1991.

_____. Class action conflicts. *University of California Davis Law Review*, v. 30, n. 3, p. 805-834, 1997.

_____. Group litigation of consumer claims: lessons from the U.S. experience. *Texas International Law Review*, v. 34, n. 1, p. 135-150, 1999.

_____. Governance and legitimacy in the law of class actions. *The Supreme Court Review*, v. 1999, p. 337-392, 1999.

_____. Vexing problem of reliance in consumer class actions. *Tulane Law Review*, v. 74, n. 5, p. 1633-1654, jun. 2000.

_____. Preclusion, due process and the right to opt out of class actions. *Notre Dame Law Review*, v. 77, n. 4, p. 1057-1082, 2002.

_____. Shocked: mass torts and aggregate asbestos litigation after Amchem and Ortiz. *Texas Law Review*, v. 80, n. 7, p. 1925-1942, jun. 2002.

_____. Private claims, aggregate rights. *The Supreme Court Review*, v. 2008, p. 183-222, 2008.

_____. Class actions and state authority. *Loyola University Chicago Law Journal*, v. 44, n. 2, p. 369-390, 2012.

_____. Fairness in aggregation. *US-China Law Review*, v. 9, n. 6, p. 477-508, dez. 2012.

_____. Assembling class actions. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 699-728, 2013.

_____. The governance problem in aggregate litigation. *Fordham Law Review*, v. 81, n. 6, p. 3165-3192, maio 2013.

_____. Litigation funding and the problem of agency cost in representative actions. *DePaul Law Review*, v. 63, n. 2, p. 561-586, 2014.

_____. Australian alternative: a view from abroad of recent developments in securities class actions. *University of New South Wales Law Journal*, v. 38, n. 1, p. 179-205, abr. 2015.

_____.. Rule 23 and the triumph of experience. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 161-182, 2021.

_____; CABRASER, Elizabeth J. The participatory class action. *New York University Law Review*, v. 92, n. 4, p. 846-877, out. 2017.

_____; GILLES, Myriam; PINCUS, Andrew J.; RAVE, D. Theodore. The current state of the consumer class action. *New York University Journal of Law & Business*, v. 11, n. 4, p. 647-674, 2015.

_____; MILLER, Geoffrey P. Will aggregate litigation come to Europe? *Vanderbilt Law Review*, v. 62, n. 1, p. 177-210, jan. 2009.

_____; NAGAREDA, Richard. Class settlements under attack. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1649-1722, jun. 2008.

_____; RAVE, D. Theodore. The BP oil spill settlement and the paradox of public litigation. *Louisiana Law Review*, v. 74, n. 2, p. 397-432, 2014.

_____; SHARKEY, Catherine M. Backdoor Federalization. *University of California Law Review*, v. 53, n. 6, p. 1353-1434, ago. 2006.

_____; WITT, John Fabian. The inevitability of aggregate settlement: an institutional account of American tort law. *Vanderbilt Law Review*, v. 57, n. 5, p. 1569-1570, out. 2004.

JAMES JR., Fleming; HAZARD JR., Geoffrey C.; LEUBSDORF, John. *Civil Procedure*. 5 ed. New York: Foundation Press, 2001.

JARVIS, Jason. A new approach to plaintiff incentive fees in class action suits. *Northwestern University Law Review*, v. 115, n. 3, p. 919-952, 2020.

JEFFREY, Michael L. Collateral estoppel – the doctrine of mutuality: a dead letter. *Nebraska Law Review*, v. 47, n. 3, p. 640-656, 1968.

JOBIM, Marco Felix. *Medidas estruturantes*: da Suprema Corte estadunidense ao Supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

_____. Reflexões sobre a necessidade de uma teoria de litígios estruturais: bases de uma possível construção. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (orgs.). *Processos estruturais*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

_____; ROCHA, Marcelo Hugo da. Medidas estruturantes: origem em *Brown v. Board of Education*. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (orgs.). *Processos estruturais*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

JOHNSON, Jeffrey R.; GOMEZ, Tami Becker. Federal multidistrict litigation: background, basis, global settlements and bellwether trials. *Defense Counsel Journal*, v. 79, n. 1, p. 21-31, jan. 2012.

JOHNSON, Sandra R. Duration residency requirement for divorce held not to violate fourteenth amendment. *University of Richmond Law Review*, v. 10, n. 2, p. 418-426, 1976.

JONES, Craig. *Theory of class actions*. Toronto: Irwin Law, 2003.

JOVANOVIC, Miodrag A. *Collective Rights*: a Legal Theory. New York: Cambridge University Press, 2012.

JUN, Jung Won. The language of arbitration agreements and availability of class arbitration: focusing on the U.S. Supreme Court's *Lamps Plus, Inc. v. Varela* decision. *Journal of Arbitration Studies*, v. 31, n. 3, p. 25-42, set. 2021.

KACZYNSKI, Elizabeth R. The inclusion of future members in Rule 23(b)(2) class actions. *Columbia Law Review*, v. 85, n. 2, p. 397-418, mar. 1985.

KAHAN, Marcel; SILBERMAN, Linda. Matushita and Beyond: the role of state courts in class actions involving exclusive federal claims. *Supreme Court Review*, v. 1996, n. 1, p. 219-284, 1996.

_____; _____. The inadequate search for adequacy in class actions: a critique of Epstein v. MCA. *New York University Law Review*, v. 73, n. 3, p. 765-792, jun. 1998.

_____; _____. The proper role for collateral attack in class actions: a reply to Allen, Miller and Morrison. *New York University Law Review*, v. 73, n. 4, p. 1193-1204, out. 1998.

KALAJDZIC, Jasminka. *Class action in Canada*: the promise and reality of access to justice. Vancouver: UBC Press, 2019.

KALVEN JR., Harry; ROSENFIELD, Maurice. The contemporary function of the class suit. *The University of Chicago Law Review*, v. 8, n. 4, p. 684-721, jun. 1941.

KAMINSKY, Martin I. The Judicial Panel on Multidistrict Litigation: emerging problems and current trends of decision. *Syracuse Law Review*, v. 23, n. 3, p. 817-844, 1972.

KAMP, Allen R. The shrinking forum, the Supreme Court's limitation of jurisdiction – an argument for a federal forum in multi-party, multi-state litigation. *Willian and Mary Law Review*, v. 21, n. 1, p. 161-190, 1979.

_____. Adjudicating the rights of plaintiff class: current procedural problems. *Saint Louis University Law Journal*, v. 26, n. 2, p. 364-399, jan. 1982.

_____. Civil procedure in the class action mode. *Wake Forest Law Review*, v. 19, n. 3, p. 401-416, jun. 1983.

_____. The multistate consumer class action: local solutions, national problems. *West Virginia Law Review*, v. 87, n. 2, p. 271-294, 1984.

_____. The history behind Hansberry v. Lee. *University of California Davis Law Review*, v. 20, n. 3, p. 481-500, 1987.

KANE, Mary Kay. *Civil procedure*. 6ª ed. Minneapolis: Thomson West, 2007.

_____. Standing, mootness and Federal Rule 23: balancing perspectives. *Buffalo Law Review*, v. 26, n. 1, p. 83-116, 1976.

_____. Of carrots and sticks: evaluating the role of class action lawyer. *Texas Law Review*, v. 66, n. 2, p. 385-409, dez. 1987.

_____. Drafting choice of law rules for complex litigation: some preliminary thoughts. *Review of Litigation*, v. 10, n. 2, p. 309-324, 1991.

_____. The Supreme Court's recent class action jurisprudence: gazing into a crystal ball. *Lewis & Clark Law Review*, v. 16, n. 3, p. 1015-1048, 2012.

_____; FRIEDENTHAL, Jack H.; MILLER, Arthur. *Civil Procedure*. 3.ed. St. Paul: West, 1999.

KANNER, Allan; CASEY, M. Ryan. Consumer class action after CAFA. *Law Review Drake*, v. 56, n. 2, p. 303-340, 2008.

KAPLAN, Benjamin. Continuing work of the Civil Committee: 1966 Amendments of the Federal Rules of Civil Procedure. *Harvard Law Review*, v. 81, n. 3, p. 591-623, jan. 1968.

KARLSGODT, Paul G. *World class actions*: a guide to group and representative actions around the world. New York: Oxford University Press, 2012.

KAUFMAN, Michael J. The Bromberg balance: proper portfolio-monitoring agreements in securities class actions. *SMU Law Review*, v. 68, n. 3, p. 771-782, 2015.

KEEFFE, Arthur John; LEVY, Stanley M.; DONOVAN, Richard P. Lee defeats Ben Hur. *Cornell Law Review*, v. 33, n. 3, p. 327-350, mar. 1948.

KELLER, Elisabeth. Introductory comment: a historical introduction to the Securities Act of 1933 and the Securities Exchange Act of 1934. *Ohio State Law Journal*, v. 49, n. 2, p. 329-352, 1988.

KELLY, Kevin F. Attorney's fees in individual and class action antitrust litigation. *California Law Review*, v. 60, n. 6, p. 1656-1682, nov. 1972.

KELLY, William E.; KLENK, Timothy C. Class actions. *Chicago-Kent Law Review*, v. 51, n. 2, p. 427-464, out. 1974.

KENNEDY, John E. Securities class and derivative actions in the United States District Court for the Northern District of Texas: an empirical study. *Houston Law Review*, v. 14, n. 4, p. 769-834, maio 1977.

_____. Federal class actions: a need for legislative reform. *Southwestern Law Journal*, v. 32, n. 5, p. 1209-1254, 1979.

_____. Class actions: the right to opt out. *Arizona Law Review*, v. 25, n. 1, p. 3-84, 1983.

_____. The Supreme Court meets the bride of Frankenstein: Phillips Petroleum Co. v. Shutts and the state multistate class action. *University of Kansas Law Review*, v. 34, n. 2, p. 255-308, 1985.

KERSHELL, Holly. An approach to certification issues in multi-state diversity class actions in Federal Court after the Class Action Fairness Act of 2005. *University of San Francisco Law Review*, v. 40, n. 3, p. 769-794, 2006.

KIM, Susanna M. Conflicting ideologies of group litigation: who may challenge settlements in class actions and derivative suits. *Tennessee Law Review*, v. 66, n. 1, p. 81-136, 1998.

KLEMENT, Alon. Who should guard the guardians? A new approach for monitoring class action lawyers. *The Review of Litigation*, v. 21, n. 1, p. 25-82, 2002.

_____; HANNES, Sharon. Loss causation and damages in securities fraud class actions. *Tel Aviv University Law Review*, v. 35, n. 3, p. 639-702, 2012.

_____; NEEMAN, Zvika. Incentive structures for class action lawyers. *Journal of Law, Economics and Organization*, v. 20, n. 1, p. 102-124, abr. 2004.

KLOCK, Mark. Do class action filings after stock prices? The stock market reaction to securities class actions post PSLRA. *Journal of Business & Securities Law*, v. 15, n. 2, p. 109-156, 2015.

KLONOFF, Robert H. *Class Actions and Other Multi-Party Litigation in a nutshell*. 6ª ed. St Paul: West Academic Publishing, 2021.

_____. *Federal multidistrict litigation in a nutshell*. St Paul: West Academic Publishing, 2020.

_____. The decline of class action. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 729-838, 2013.

_____. The Judiciary's flawed application of Rule 23's adequacy of representation requirement. *Michigan State Law Review*, v. 2014, n. 3, p. 671-702, 2004.

_____. Class actions for monetary relief under Rule 23(b)(1)(A) and (B): does due process require notice and opt-out rights? *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 798-833, maio 2014.

_____. Class Actions in the Year 2026: a prognosis. *Emory Law Journal*, v. 65, n. 6, p. 1569-1656, 2016.

_____. Class Action Part II: a respite from the decline. *New York University Law Review*, v. 92, n. 4, p. 971-997, out. 2017.

_____. The Judicial Panel on Multidistrict Litigation: the virtues of unfettered discretion. *UMKC Law Review*, v. 89, n. 4, p. 1003-1018, 2021.

_____; BILLICK, Edward K.; MALVEAUX, Suzette M. *Class action and other multi-party litigation*: cases and materials. American casebook series. 2. ed. Saint Paul: Thomson West, 2006.

_____; HERMANN, Mark. The Class Action Fairness Act: An ill-conceived approach to class settlements. *Tulane Law Review*, v. 80, n. 5, p. 1695-1722, jun. 2006.

_____; _____; HARRISON, Bradley W. Making class actions work: the untapped potential of the internet. *University of Pittsburgh Law Review*, v. 69, n. 4, p. 727-768, 2008.

_____; KLEMENT, Alon. Class action in the United States and Israel: a comparative approach. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 19, n. 1, p. 151-202, jan. 2018.

KOCH, Harald. *Kollektiver Rechtsschutz im Zivilprozess*: die class action des amerikanischen Rechts und deutsche Reformprobleme. Frankfurt: Alfred Metzner Verlag, 1976.

_____. Non-class group litigation under EU and German Law. *Duke Journal of Comparative & International La*w, v. 11, n. 2, p. 355-368, 2001.

KOCORAS, Charles. Contingent fees: a judge's perch. *DePaul Law Review*, v. 47, n. 2, p. 421-424, 1998.

KONIAK, Susan P. Feasting while the window weeps: Georgine v. Amchem Products, Inc. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 1045-1158, maio 1995.

_____. Class action against class counsel. *Journal of the Institute for the Study of Legal Ethics*, v. 1, n. 1, p. 249-262, 1996.

_____. How like a winner? The plight of absent class members denied adequate representation. *Notre Dame Law Review*, v. 79, n. 5, p. 1787-1862, jan. 2004.

_____; COHEN, George M. Under cloak of settlement. *Virginia Law Review*, v. 82, n. 7, p. 1051-1280, out. 1996.

KOSCHER, Eva. Collective rights and collective goods: enforcement as a collective interest. In: STEELE, Jenny; BOOM, Willem H. van (coords.). *Mass justice*: challenges of representation and distribution. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011.

KOSSEFF, Jeff. The elusive value: protecting privacy during class action discovery. *Georgetown Law Journal*, v. 97, n. 1, p. 289-322, nov. 2008.

KOSTOLANSKY, Kris J.; HAZEL, Diane R. Class action settlements: res judicata, release and the identical factual predicate doctrine. *Idaho Law Review*, v. 55, n. 3, p. 263-280, 2021.

KÖTZ, Hein. La protection en justice des intérêts collectifs tableau de droit comparé. In : CAPPELLETTI, Mauro (org.). *Accès à la justice et état-providence*. Paris: Economica, 1984.

KRAMER, Larry D. Choice of law in complex litigation. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 547-589, abr. 1996.

KRITZER, Herbet M. The wages of risks: the returns of contingency fee legal practice. *DePaul Law Review*, v. 47, n. 2, p. 267-320, 1998.

LACERDA, Galeno. Processo e cultura. *Revista de Direito Processual Civil*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 74-86, jan./jul. 1961.

LAHAV, Alexandra D. Fundamental principles for class action governance. *Indiana Law Review*, v. 37, n. 1, p. 65-140, 2003.

_____. The law and large numbers: preserving adjudication in complex litigation. *Florida Law Review*, v. 59, n. 2, p. 383-436, abr. 2007.

_____. Bellwether trials. *George Washington Law Review*, v. 76, n. 3, p. 576-638, abr. 2008.

_____. Recovering the social value of jurisdictional redundancy. *Tulane Law Review*, v. 82, n. 6, p. 2369-2422, jun. 2008.

_____. Are class actions unconstitutional? *Michigan Law Review*, v. 109, n. 6, p. 993-1010, 2011.

_____. Two views of class action. *Fordham Law Review*, v. 79, n. 5, p. 1939-1963, nov. 2011.

_____. Due Process and the future of class action. *Loyola University Chicago Law Journal*, v. 44, n. 2, p. 545-560, 2012.

_____. The political justification for group litigation. *Fordham Law Review*, v. 81, n. 6, p. 3193-3212, maio 2013.

_____. Symmetry and class action litigation. *UCLA Law Review*, v. 60, n. 6, p. 1494-1523, ago. 2013.

_____. Participation and procedure. *DePaul Law Review*, v. 64, n. 2, p. 513-536, 2015.

_____. The roles of litigation in American democracy. *Emory Law Review*, v. 65, n. 6, p. 1657-1704, 2016.

_____. Mass tort class actions – past, present and future. *New York University Law Review*, v. 92, n. 4, p. 998-1016, out. 2017.

_____. A primer on bellwether trials. *Review of Litigation*, v. 37, n. 2, p. 185-202, 2018.

_____. The continuing of aggregation. *Georgia Law Review*, v. 53, n. 4, p. 1393-1409, 2019.

_____. Multidistrict litigation and common law procedure. *Lewis & Clark Law Review*, v. 24, n. 2, p. 531-548, 2020.

_____; BURCH, Elizabeth Chamblee. Information for the common good in mass torts. *DePaul Law Review*, v. 70, n. 2, p. 345-394, 2020.

LAHUERTA, Sara Benedi. Enforcing EU equality through collective redress: lagging behind. *Common Market Law Review*, v. 55, n. 3, p. 783-818, jun. 2018.

LAMMON, Bryan. Finality, appealability and the scope of interlocutory review. *Washington Law Review*, v. 93, n. 4, p. 1809-1852, dez. 2018.

_____. An empirical study of class action appeals. *Journal of Appellate Practice and Process*, v. 22, n. 2, p. 283-338, 2022.

LAMPONE, Kevin. Class certification as a prerequisite for CAFA jurisdiction. *Minnesota Law Review*, v. 96, n. 3, p. 1151-1186, fev. 2012.

LANDERS, Jonathan M. Of legalized blackmail and legalized theft: consumer class actions and the substance-procedure dilemma. *Southern California Law Review*, v. 47, n. 3, p. 842-901, maio 1974.

LANES, Júlio César Goulart. A class action estadunidense e algumas ponderações sobre o sistema processual brasileira. *Revista da AJURIS*, Porto Alegre, v. 38, n. 122, p. 139-165, jun. 2011.

LAZOS, Sylvia R. Abuse in plaintiff class action settlements: the need for a guardian during pretrial settlement negotiations. *Michigan Law Review*, v. 84, n. 2, p. 308-332, nov. 1985.

LEAL, Márcio Flávio Mafra. *Ações coletivas*: história, teoria e prática. Porto Alegre: Fabris, 1998.

_____. *Ações coletivas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LECLERC, Mélanie. *Les class actions, du droit américain au droit européen*. Bruxelles : Larcier, 2012.

LEE III, Emery G.; WILLGING, Thomas E. The impact of the Class Action Fairness Act on the federal courts: an empirical analysis of filings and removals. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1723-1764, 2008.

_____; _____. From class actions to multidistrict consolidations: aggregate mass-tort litigation after Ortiz. *The University of Kansas Law Review*, v. 58, n. 4, p. 775-808, maio 2010.

_____; _____. Class certification and class settlement: findings from federal question cases, 2003-2007. *University of Cincinnati Law Review*, v. 80, n. 2, p. 315-347, 2012.

LEGG, Michael James. A comparison of regulatory enforcement, class actions and alternative dispute resolution in compensating financial consumers. *Sydney Law Review*, v. 38, n. 1, p. 311-338, 2016.

LEMOS, Margaret H. Aggregate litigation goes public: representative suits by state attorneys general. *Harvard Law Review*, v. 126, n. 2, p. 486-549, dez. 2012.

_____. For-profit public enforcement. *Harvard Law Review*, v. 127, n. 3, p. 853-913, jan. 2014.

_____. Privatizing public litigation. *Georgetown Law Journal*, v. 104, n. 3, p. 515-582, mar. 2016.

LENZA, Pedro. *Teoria geral da ação civil pública*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual de Processo Coletivo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. Novos desafios do Ministério Público na tutela coletiva. In: MILARÉ, Edis *et al* (orgs.). *A ação civil pública após 25 anos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LERMAN, Lisa G. The slippery slope from ambitious to greed to dishonesty: lawyers, money and professional integrity. *Hofstra Law Review*, v. 30, n. 3, p. 879-922, 2002.

LESAR, Hiram H. Class suits and the Federal Rules. *Minnesota Law Review*, v. 22, n. 1, p, 34-59, dez. 1937.

LESLIE, Christopher R. A market-based approach to coupon settlements in antitrust and consumer class action litigation. *University of California Law Review*, v. 49, n. 4, p. 991-1098, abr. 2002.

_____. The need to study coupon settlements in class action litigation. *The Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 18, n. 4, p. 1343-1358, 2005.

_____. De facto detrebling: the rush to settlement in antitrust class action litigation. *Arizona Law Review*, v. 50, n. 4, p. 1009-1052, 2008.

_____. The significance of silence: collective action problems and class action settlements. *Florida Law Review*, v. 59, n. 1, p. 71-134, jan. 2022.

LEUBSDORF, John. Completing the desegregation remedy. *Boston University Law Review*, v. 57, n. 1, p. 39-95, jan. 1977.

_____. The standard for preliminary injunction. *Harvard Law Review*, v. 91, n. 3, p. 525-566, jan. 1978.

_____. Communicating with another lawyer's client: the lawyer's veto and the client's interest. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 127, n. 3, p. 683-710, jan. 1979.

_____. The contingency factor in attorney fee awards. *Yale Law Journal*, v. 90, n. 3, p. 473-513, jan. 1981.

_____. Toward a history of the American Rule on attorney fee recovery. *Law and Contemporary Problems*, v. 47, n. 1, p. 9-36, 1984.

_____. Recovering attorney fees as damages. *Rutgers Law Review*, v. 38, n. 3, p. 439-478, 1986.

_____. Pluralizing the client-lawyer relationship. *Cornell Law Review*, v. 77, n. 4, p. 825-842, 1992.

_____. Co-opting the class action. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 1222-1227, 1994.

_____. Class actions as the cloverleaf. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 2, p. 453-460, 1997.

_____. Conflicts of interest: slicing the hot potato doctrine. *San Diego Law Review*, v. 48, n. 1, p. 251-284, fev./mar. 2011.

_____. Justice unrepresented. *Yale Journal of Law & the Humanities*, v. 24, n. 1, p. 247-258, 2012.

_____. Unmasking Mullane: due process, common trust funds and the class action war. *Hastings Law Journal*, v. 66, n. 6, p. 1693-1730, ago. 2015.

_____. Does the American Rule promote access to justice? Was that why it was adopted? *Duke Law Journal*, v. 67, n. 1, p. 257-270, 2019.

LEVENTHAL, Markham R. Class actions: fundamentals of certification analysis. *Florida Bar Journal*, v. 72, n. 5, p. 10-34, maio 1998.

LEVIN, A. Leo; SCHUCHMAN, Philip; YABLON, Charles M. *Civil procedure*: cases and materials. 2 ed. New York: Foundation, 2000.

LEVY, Stanley J. Complex multidistrict litigation and the federal courts. *Fordham Law Review*, v. 40, n. 1, p. 41-66, out. 1971.

LIBARDONI, Carolina Uzeda. Coisa julgada sob perspectiva comparatística: o que o sistema norte-americano pode nos ensinar sobre a extensão dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 258, p. 449-467, ago. 2016.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. *Manual de direito processual civil.* Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

LILLY, Graham C. The symmetry of preclusion. *Ohio State Law Journal*, v. 54, n. 2, p. 289-330, 1993.

_____. Making Sense of Nonsense: Reforming Supplemental Jurisdiction. *Indiana Law Journal*, v. 74, n. 1, p. 181-195, 1998.

_____. The decline of the American jury. *University of Colorado Law Review*, v. 72, n. 1, p. 53-92, 2001.

_____. Modeling class actions: the representative suit as an analytic tool. *Nebraska Law Review*, v. 81, n. 3, p. 1008-1055, 2003.

LIN, Albert C. The unifying role of harm in environmental law. *Wisconsin Law Review*, v. 3, p. 897-985, 2006.

LOPATKA, John E.; SMITH, David Brooks. Class action professional objectors: what to do about them? *Florida State University Law Review*, v. 39, n. 4, p. 865-930, 2012.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Justicia colectiva*. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2010.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos (Coord.). *Tutela coletiva* – 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2006.

LUNARDI, Thaís Amoroso Paschoal. C*oletivização da prova. Técnicas de produção coletiva da prova e seus reflexos na esfera individual*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

_____. Atos concertados entre juízes cooperantes como ferramenta adequada de gestão processual: uma possibilidade para a aplicação do multidistrict litigation no sistema brasileiro. In: ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coord.). *Processo Civil entre a técnica processual e a tutela dos direitos: uma homenagem a Luiz Guilherme Marinoni*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

LYNK, William. The courts and the plaintiff's bar: awarding the attorney's fee in class action litigation. *Journal of Legal Studies*, v. 23, n. 1, p. 185-210, jan. 1994.

MACÊDO, LUCAS BURIL. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

_____. Coisa julgada sobre fato? Análise comparativa com o *collateral estoppel* e sua possibilidade de lege lata ou de lege ferenda. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 260, p. 355-411, out. 2016.

_____. O controle judicial da representação adequada: notas ao tratamento legal e doutrinário e propostas de adequação constitucional de seus efeitos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 227, p. 209-227, jan. 2014.

MACEY, Jonathan R.; MILLER, Geoffrey P. A market approach to tort reform via Rule 23. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 909-917, maio 1995.

_____; _____. Judicial review of class action settlements. *Journal of Legal Analysis*, v. 1, n. 1, p. 167-206, 2009.

_____; _____. The plaintiff's attorney's role in class action and derivative litigation: economic analysis and recommendations for reform. *University of Chicago Law Review*, v. 58, n. 1, p. 1-118, 1991.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MAHLER, Elayne Maria Sampaio Rodrigues. *Processo coletivo*: representação de pessoas ou de interesses? Uma ponderação e os reflexos sobre a legitimidade e a representatividade adequada. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

MAHONEY, Jeffrey Paul. Navigating alternatives to securities fraud class actions: state law and opt-out litigation. *Loyola University Chicago Law Journal*, v. 46, n. 3, p. 459-466, 2015.

MAIA, Diogo Campos Medina. *Ação coletiva passiva*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

MALIN, Steven C. Collateral estoppel: the fairness exception. *Journal of Air Law and Commerce*, v. 53, n. 4, p. 959-998, 1988.

MALVEAUX, Suzette M. Fighting to keep employment discrimination class action alive: how Allison v. Citgo's predominance requirement threatens to undermine Title VII enforcement. *Berkeley Journal of Employment and Labor Law*, v. 2009, n. 1, p. 405-434, 2005.

_____. Saving the public interest class action by unpacking theory and doctrinal functionality. *Jotwell: The Journal of Things We Like*, v. 2016, n. 1, p. 1-3, 2016.

_____. The impact of Wal-Mart v. Dukes on employment discrimination class actions five years out: a forecast that suggests more a wave than a tsunami. *Jotwell: The Journal of Things We Like*, v. 2017, n. 3, p. 1-3, mar. 2017.

_____. Class actions at the crossroads: an answer to Wal-Mart v. Dukes. *Harvard Law & Policy Review*, v. 5, n. 2, p. 375-414, 2011.

_____. How Goliath won: the future implications of Duke v. Wal-Mart. *Northwestern University Law Review Colloquy*, v. 106, n. 1, p. 34-52, 2012.

_____. Class actions, civil rights and the national injunction. *Harvard Law Review Forum*, v. 131, n. 2, p. 56-64, dez. 2017.

_____. The modern class action rule: its civil rights roots and relevance today. *University of Kansas Law Review*, v. 66, n. 2, p. 325-298, dez. 2017.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos*: conceito e legitimação para agir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. *Jurisdição coletiva e coisa julgad*a: teoria geral das ações coletivas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Ação civil pública* – em defesa do meio-ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Ação popular*: proteção do erário, do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Da jurisdição coletiva à tutela judicial pluriindividual: evolução da experiência brasileira com as demandas seriais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 237, p. 307-336, nov. 2014.

_____. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*: a luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MARCIN, Raymond B. Searching for the origin of class action. *The Catholic University of America Law Scholarship Repository*, v. 23, n. 3, p. 515-524, 1974.

MARCUS, David. Erie, the Class Action Fairness Act and some federalism implications of diversity jurisdiction. *William & Mary Law Review*, v. 48, n. 4, p. 1247-1314, mar. 2007.

_____. Some realism about mass torts. *The University of Chicago Law Review*, v. 75, n. 4, p. 1949-1998, 2008.

_____. Making adequacy more adequate. *Texas Law Review*, v. 88, n. 1, p. 13-148, 2009.

_____. Flawed but noble: desegregation litigation and its implication for the modern class action. *Florida Law Review*, v. 63, n. 3, p. 657-718, 2011.

_____. The history of the modern class action, part I: Sturm and Drang, 1953-1980. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 587-652, 2013.

_____. The public interest class action. *Georgetown Law Journal*, v. 104, n. 4, p. 777-833, 2016.

_____. The short life and long afterlife of the mass tort class action. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1565-1598, jun. 2017.

_____. The persistence and uncertain future of the public interest class action. *Lewis & Clark Law Review*, v. 24, n. 2, p. 395-432, 2020.

MARCUS, Richard L. Reducing court costs and delay: the potential impact of the proposed amendments to the Federal Rules of Civil Procedure. *Judicature*, v. 66, n. 7, p. 363-370, mar. 1983.

_____. They can't do that can they? Tort reform via Rule 23. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 858-908, 1995.

_____. Confronting the consolidation conundrum. *Brigham Young University Law Review*, v. 1995, n. 3, p. 879-924, 1995.

_____. Confronting the future: coping with discovery of electronic material. *Law and Contemporary Problems*, v. 64, n. 2, p. 253-282, 2001.

_____. E-discovery beyond the Federal Rules. *University of Baltimore Law Review*, v. 37, n. 3, p. 321-348, 2008.

_____. Assessing CAFA's stated jurisdictional policy. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1765-1821, jun. 2008.

_____. Cure-all for an era of dispersed litigation: towards a maximalist use of multidistrict litigation Panel's transfer power. *Tulane Law Review*, v. 82, n. 6, p. 2245-2296, jun. 2008.

_____. Reviving judicial gatekeeping of aggregation: scrutinizing the merits on class certification. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 324-373, 2011.

_____. Once more upon the breach: further reforms considered for Rule 23. *Judicature*, v. 99, n. 1, p. 57-66, 2015.

_____. Bending in the breeze: American class actions in the twenty-first century. *DePaul Law Review*, v. 65, n. 2, p. 497-534, 2016.

_____. Revolution v. evolution in class action reform. *North Carolina Law Review*, v. 96, n. 3, p. 903-944, mar. 2018.

_____. A legend in his own time, and a fixer for mass tort litigation. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 183-206, 2021.

_____; SHERMAN, Edward F.; ERICHSON, Howard M; ANDREW, Bradt. *Complex litigation*: cases and materials on advanced civil procedure. 7ª ed. Saint Paul: Thomson West, 2021.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Teoria geral do processo*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Coisa julgada sobre questão*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

_____. *Tutela inibitória (individual e coletiva)*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *A Ética dos Precedentes*: justificativa do novo CPC. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas:* decisão de questão idêntica x precedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Precedentes obrigatórios*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. O problema do incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 40, n. 249, p. 399-419, nov. 2015.

_____. A dificuldade em ver que a coisa julgada pode ser invocada por terceiros. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 108, n. 1000, p. 425-449, fev. 2009.

_____. Coisa julgada sobre questão, inclusive em benefício de terceiros. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 259, p. 97-116, set. 2016.

_____. Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros e precedentes obrigatórios. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 501-522, set./dez. 2018.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARKS, Colin P. The irony of AT&T v. Concepcion. *Indiana Law Journal Supplement*, v. 87, n. 1, p. 31-52, 2012.

MARTINAZZO, Waleska Malvina Piovan. A tutela coletiva dos direitos para tutela dos direitos coletivos: do privatismo à diretiva 2020/1828 da União Europeia. *Revista International Consinter de Direito*, Paraná, v. 9, n. 17, p. 689-702, jul./dez. 2023.

MARQUES, José Frederico. *Manual de Direito Processual Civil*. Campinas: Bookseller, 1997.

_____. *Instituições de direito processual civil*. Campinas: Millennium, 1999.

MAURER, Sara. Down Chemical Co. v. Stephenson: class action catch 22. *South Carolina Law Review*, v. 55, n. 3, p. 467-487, 2004.

MAWER, Noel Dorman. Class action: reading labor, theory and value. *Labor Studies Journal*, v. 26, n. 3, p. 82-83, 2001.

MAZZEI, Rodrigo Reis. A ação popular e o microssistema da tutela coletiva. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 103, n. 394, p. 263-280, nov./dez. 2007.

_____; NOLASCO, Rita Dias. *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direitos humanos. 7ª ed. São Paulo: Método, 2020.

_____. Curso de direito internacional público. 15ª ed. São Paulo: Forense, 2023.

_____. Curso de direito internacional privado. 6ª ed. São Paulo: Forense, 2023.

_____; GOMES, Luiz Flávio. Direito supraconstitucional: do absolutismo ao Estado Constitucional e Humanista de Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

McCABE, Michael A. Class backwards: does the fairness, adequacy and reasonableness of a negotiated class action settlement really have any effect on approval? *Texas Tech Law Review*, v. 28, n. 1, p. 159-186, 1997.

McCOID, John C. A single package of multiparty disputes. *Stanford Law Review*, v. 28, n. 4, p. 707-728, abr. 1976.

McCONAUGHY, Bennet A. Back to the future: use of percentage fee arrangements in common fund litigation. *University of Puget Sound Law Review*, v. 12, n. 1, p. 43-74, 1998.

McDERMOTT, John T. The transferee judge: the unsung hero of multidistrict litigation. *Montana Law Review*, v. 35, n. 1, p. 15-37, 1974.

McGARITY, Thomas O. Multi-party forum shopping for appellate review of administrative action. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 129, n. 2, p. 302-376, dez. 1980

McGINNIS, Kathleen M. Revisiting claim and issue preclusion in Washington. *Washington Law Review*, v. 90, n. 1, p. 75-146, mar. 2015.

McGOVERN, Francis E. Towards a functional approach for managing complex litigation. *University of Chicago Law Review*, v. 53, n. 2, p. 440-493, 1986.

_____. Resolving mature mass tort litigation. *Boston University Law Review*, v. 69, n. 3, p. 659-694, maio 1989.

_____. Analysis of mass torts for judges. *Texas Law Review*, v. 73, n. 7, p. 1821-1846, jun. 1995.

_____. The defensive use of federal class actions in mass torts. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 2, p. 595-614, 1997.

_____. Rethinking cooperation among judges in mass tort litigation. *UCLA Law Review*, v. 44, n. 6, p. 1851-1870, ago. 1997.

_____. Toward a cooperative strategy for federal and state judges in mass tort litigation. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 148, n. 1, p. 1867-1896, 2000.

_____. Settlement of mass torts in a federal system. *Wake Forest Law Review*, v. 36, n. 4, p. 871-888, 2001.

_____. The tragedy of the asbestos commons. *Virginia Law Review*, v. 88, n. 8, p. 1721-1756, dez. 2002.

_____. The what and why of Claims Resolution Facilities. *Stanford Law Review*, v. 57, n. 5, p. 1361-1390, abr. 2005.

_____. Distribution of funds in class action – claims administration. *Journal of Corporation Law*, v. 35, n. 1, p. 123-134, 2009.

_____. Dispute system design: the United Nations Compensation Commission. *Harvard Negotiation Law Review*, v. 14, n. 1, p. 171-194, 2009.

_____. Punitive damages and class actions. *Louisiana Law Review*, v. 70, n. 2, p. 435-462, 2010.

_____. Evaluating and improving the MDL process. *Litigation*, v. 38, n. 4, p. 26-32, 2012.

_____; RAVE, D. Theodore. A hub and spoke model of Multidistrict Litigation. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 21-44, 2021.

McKEE, Steven Baicker; JANSSEN, William M; CORR, John B. *A student's guide to the Federal Rules of Civil Procedure*. 3ª ed. Saint Paul: West Group, 2000.

McKENZIE, Troy A. Toward a bankruptcy model for nonclass aggregate litigation. *New York University Law Review*, v. 87, n. 4, p. 960-1024, out. 2012.

_____. Bankruptcy and the future of aggregate litigation: the past as prologue. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 839-894, 2013.

_____. Helpless groups. *Fordham Law Review*, v. 81, n. 6, p. 3213-3232, 2013.

_____. Internal and external governance in complex litigation. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 207-230, 2021.

_____; BROWN, Orran; BURCH, Elizabeth Chamblee; CABRASER, Elizabeth J.; FITZPATRICK, Brian T.; GILBERT, Robert C. Reforming the consumer class action. *New York University Journal of Law & Business*, v. 11, n. 4, p. 675-698, 2015.

McLACHLAN, Donald J. Multidistrict Litigation Act: the demise of venue. *Chicago Bar Record*, v. 49, n. 9, p. 367-377, jun. 1968.

McLAUGHLIN, Chester B. Mystery of the representative suit. *Georgetown Law Journal*, v. 26, n. 4, p. 878-904, maio 1938.

McLELLAN, Annie. Bristol-Myers Squibb Co. v. Superior Court of California, San Francisco County, et al: a death knell for nationwide class actions? *University of Cincinnati Law Review*, v. 87, n. 3, p. 829-849, mar. 2019.

McNAMARA, Douglas; BOGHOSIAN, Blake; AMINPOUR, Leila. Reexamining the Seventh Amendment Argument Against Issue Certification. *Pace Law Review*, v. 34, n. 3, p. 1041-1063, jul. 2014.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Direito processual civil moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança*. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Teoria Geral do Processo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

_____. *Competência cível da Justiça Federal*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. O anteprojeto de Código-Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos e a legislação brasileira. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 29, n. 117, p. 109-128, set./out. 2004.

_____. O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coords.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____. Construindo o Código Brasileiro de Processos Coletivos: o anteprojeto elaborado no âmbito dos programas de pós-graduação da UERJ e UNESA. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos (coord.). *Tutela coletiva*. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. O juiz competente e a especialização judicial no Código-Modelo de Processos Coletivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 133, p. 267-277, mar. 2006.

_____. O anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos: visão geral e pontos sensíveis. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (coords.). *Direito processual coletiva e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Ações coletivas nos países ibero-americanos: situação atual, Código Modelo e perspectivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 153, p. 188-216, nov. 2007.

_____. O anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos e a legitimidade da Defensoria Pública para as ações coletivas. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *A Defensoria Pública e os processos coletivos*: comemorando a Lei Federal 11.448, de 15 de janeiro de 2007. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

_____. Do individual ao coletivo: os caminhos do direito processual brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 165, p. 231-254, nov. 2008.

_____. O direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. In: DIDIER JR., Fredie; MOUTA, José Henrique (Coords.). *Tutela jurisdicional coletiva*. Salvador: Juspodivm, 2009.

_____. A legitimação, a representatividade adequada e a certificação nos processos coletivos e ações coletivas passivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 209, p. 243-265. jul. 2012.

_____. Resolução coletiva de conflitos. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *O Processo em perspectiva*. Jornadas Brasileiras de Direito Processual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. A legitimação nos processos coletivos e as ações coletivas passivas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et. al. (coords.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Processos coletivos na Ibero-América. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos *et alii*. *Processo em Jornadas*: XI Jornadas Brasileiras de Direito Processual e XXV Jornadas Ibero-americanas de Direito Processual. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Desafios e perspectivas da justiça no mundo contemporâneo. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 20-32, set./dez. 2019.

_____. O Direito Processual Comparado no mundo contemporâneo. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2020.

_____; MENDES, Carolina Paes de Castro. As *class actions* e as últimas mudanças na Regra 23 do Estatuto Processual Federal Norte-Americano. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 781-824, jan./abr. 2021.

_____; _____. Direito processual comparado, teoria geral do processo e precedentes. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 49-77, maio/ago. 2022.

_____; _____. Acesso à justiça: em busca de um processo efetivo. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 24-41, jan./abr. 2023.

_____; _____. Direito processual romano. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1-14, set./dez. 2023.

_____; OSNA, Gustavo; ARENHART, Sérgio Cruz. Cumprimento de sentenças coletivas: da pulverização à molecularização. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 38, n. 222, p. 41-64, ago. 2013.

_____; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Mecanismos de solução coletiva de conflitos e tutela coletiva: a experiência norte-americana. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes*, v. 18, n. 18, p. 135-150, 2013.

_____; _____. A legitimidade ativa do indivíduo nas ações coletivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 38, n. 220, p. 33-48, jun. 2013.

_____; _____. Ações coletivas e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: algumas considerações sobre a solução coletiva de conflitos. In: ZANETI JR, Hermes. *Processo coletivo.* Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____; TEMER, Sofia. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 40, n. 243, p. 283-332, maio 2015.

MENDES, Paulo. *Segurança jurídica e processo*: da rigidez à flexibilidade processual. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

MENKEL-MEADOW, Carrie. For and against settlement: uses and abuses of the mandatory settlement conference. *UCLA Law Review*, v. 33, n. 2, p. 485-516, dez. 1985.

_____. Pursuing settlement in an adversary culture: a tale of innovation co-opted or the law of ADR. *Florida State University Law Review*, v. 19, n. 1, p. 1-46, 1991.

_____. Ethics and the settlement of mass torts: when the rules meet the road. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 1159-1221, 1994.

_____. Taking the mass out of mass torts: reflections of a Dalkon Shield Arbitrator on alternative dispute resolution, judging, neutrality, gender and process. *Loyola of Los Angeles Law Review*, v. 31, n. 2, p. 513-550, jan. 1998.

METZLOFF, Thomas B. The MDL vortex revisited. *Judicature*, v. 99, n. 2, p. 36-43, 2015.

MEYER, Richard. The social utility of class actions. *Brooklyn Law Review*, v. 42, n. 2, p. 189-207, 1975.

MIKUTA, John. The class action struggle: should *Bristol-Myers*'s limit on personal jurisdiction apply to class action? *Emory Law Journal*, v. 71, n. 2, p. 325-369, 2021.

MILARÉ, Édis. *A ação civil pública na nova ordem constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Ação civil pública – Lei 7.347/85*: reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. *A ação civil pública após 20 anos*: efetividade e desafios. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MILLER, Arthur R. An overview of federal class actions: past, present and future. *The Justice System Journal*, v. 4, n. 2, p. 197-222, 1978.

_____. Of Frankstein monsters and shining knights: myth, reality and the class action problem. *Harvard Law Review*, v. 92, n. 3, p. 664-694, jan. 1979.

_____. The pretrial rush to judgement: are the litigation explosion, the liability crisis and efficiency cliches eroding our day in court and jury trial commitments? *New York University Law Review*, v. 78, n. 3, p. 982-1134, jun. 2003.

_____. Reliving and reflecting on Shutts. *University of Missouri-Kansas City Law Review*, v. 74, n. 3, p. 505-510, 2006.

_____. The preservation and rejuvenation of aggregate litigation: a systemic imperative. *Emory Law Journal*, v. 64, n. 2, p. 293-327, 2014.

_____. What are courts for? Have we forsaken the procedural gold standard? *Louisiana Law Review*, v. 78, n. 3, p. 739-810, 2018.

_____; CRUMP, David. Jurisdiction and choice of law in multistate class actions after Phillips Petroleum Co. v. Shutts. *The Yale Law Journal*, v. 96, n. 1, p. 8-81, nov. 1986.

_____; ISSACHAROFF, Samuel; ZIMROTH, Peter. An oral history of Rule 23: an interview with Professor Arthur Miller by Professor Samuel Issacharoff with introduction by Peter Zimroth. *New York University Annual Survey of American Law*, v. 74, n. 1, p. 105-130, 2016.

MILLER, Geoffrey P. Full faith and credit to settlements in overlapping class actions: a reply to professors Kahan and Silberman. *New York University Law Review*, v. 73, n. 4, p. 1167-1178, out. 1998.

_____. Overlapping class actions. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 514-546, abr. 1996.

_____. Review of the merits in class action certification. *Hofstra Law Review*, v. 33, n. 1, p. 51-87, 2004

_____. Competing bids in class action settlements. *Hofstra Law Review*, v. 31, n. 3, p. 633-650, 2003.

_____. Conflicts of interest in class action litigation: an inquiry into the appropriate standard. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 581-630, 2003.

_____. Rethinking certification and notice on opt-out class actions. *University of Missouri-Kansas City Law Review*, v. 74, n. 3, p. 637-650, 2006.

_____; SILVER, Charles. The quasi-class action method of managing multi-district litigations: problems and a proposal. *Vanderbilt Law Review*, v. 63, n. 1, p. 107-177, 2010.

_____; SINGER, Lori S. Nonpecuniary class action settlements. *Law and Contemporary Problems*, v. 60, n. 4, p. 97-154, 1997.

MINNITI, Cindy Schmitt. *Recent trends in class action lawsuits*: leading lawyers on overcoming challenges in the certification process and analyzing the impact of Supreme Court decisions. Toronto: Thomson West, 2015.

MIRANDA, Andrea Pimentel. *Quem tem medo do processo coletivo? As disputas e as escolhas políticas no CPC/2015 para o tratamento da litigiosidade repetitiva no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2019.

MITIDIERO, Daniel Francisco. *Elementos para uma teoria contemporânea do processo civil brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. *Bases para a construção de um Processo Civil Cooperativo*: o direito processual civil no marco teórico do formalismo valorativo. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

_____. O processualismo e a formação do Código Buzaid. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 35, n. 183, p. 165-194, maio 2010.

_____. *Colaboração no processo civil*: pressupostos sociais, lógicos e éticos. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Processo Civil*. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

MITTAL, Urja. Litigation rulemaking. *The Yale Law Journal*, v. 127, n. 4, p. 788-1105, fev. 2018.

MOLLER, Mark. The rules of law problem: unconstitutional class actions and options for reform. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 28, n. 3, p. 855-908, 2005.

_____. Class action lawmaking: an administrative law model. *Texas Review of Law & Politics*, v. 11, n. 1, p. 39-112, 2006.

_____. The anti-constitutional culture of class action law. *Regulation*, v. 30, n. 2, p. 50-59, 2007.

_____. A New Look at the Original Meaning of the Diversity Clause. *William & Mary Law Review*, v. 51, n. 3, p. 1113-1196, dez. 2009.

_____. Class action defendant's new lochnerism. *Utah Law Review*, v. 2012, n. 1, p. 319-392, 2012.

_____. Common problems for the common answers test: class certification in Amgen and Comcast. *Cato Supreme Court Review*, v. 2012, n. 1, p. 301-330, 2012.

_____. The new class action federalism. *Akron Law Review*, v. 48, n. 4, p. 861-882, 2015.

_____. Separation of power and the class action. *Nebraska Law Review*, v. 95, n. 2, p. 366-431, 2016.

MONAGHAN, Henry Paul. Antisuit injunctions and preclusion against absent nonresident class members. *Columbia Law Review*, v. 98, n. 5, p. 1148-1202, jun. 1998.

MONOT, Jonathan T. Litigation finance: a market solution to a procedural problem. *George Law Journal*, v. 99, n. 1, p. 65-116, nov. 2010.

MOORE, James William. Federal Rules of Civil Procedure: some problems raised by the preliminary draft. *Georgetown Law Journal*, v. 25, n. 3, p. 551-576, mar. 1937.

_____. Res judicata and collateral estoppel in bankruptcy. *Yale Law Journal*, v. 68, n. 1, p. 1-53, nov. 1958.

_____; CLARK, Charles E. A new federal civil procedure II: pleadings and parties. *Yale Law Journal*, v. 44, n. 8, p. 1291-1323, jun. 1935.

_____; COHN, Marcus. Federal class actions jurisdiction and effect of judgement. *Illinois Law Review*, v. 32, n. 5, p. 555-567, 1938.

_____; _____. Federal class actions. *Illinois Law Review*, v. 32, n. 3, p. 307-325, 1938.

_____; CURRIER, Thomas S. Mutuality and conclusiveness of judgements. *Tulane Law Review*, v. 35, n. 2, p. 301-330, 1960.

_____; LEVI, Edward H. Federal intervention I: the right to intervene and reorganization. *Yale Law Journal*, v. 45, n. 4, p. 565-607, fev. 1936.

_____; ROGERS, Elizabeth B. Federal relief from civil judgements. *Yale Law Journal*, v. 55, n. 4, p. 623-693, jun. 1946.

MOORE, Nancy J. Conflicts of interests in the simultaneous representation of multiple clients: a proposed solution to the current confusion and controversy. *Texas Law Review*, v. 61, n. 2, p. 211-288, out. 1982.

_____. Expanding duties of attorneys to non-clients: reconceptualizing the attorney-client relationship and other inherently ambiguous situations. *South Carolina Law Review*, v. 45, n. 4, p. 659-706, 1994.

_____. The case against changing the aggregate settlement rule in mass tort lawsuits. *South Texas Law Review*, v. 41, n. 1, p. 149-182, 1999.

_____. Who should regulate class action lawyers? *University of Illinois Law Review*, v. 2003, n. 5, p. 1477-1504, 2003.

_____. The American Law Institute's Proposal to bypass the aggregate settlement rule: do mass tort clients need (or want) group decision making? *DePaul Law Review*, v. 57, n. 2, p. 395-424, 2008.

_____. The absence of legal ethics in the ALI's Principle of the Law of Aggregate Litigation: a missed opportunity and more. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 717-733, fev 2011.

_____. Who will regulate class action lawyers? *Loyola University Chicago Law Journal*, v. 44, n. 2, p. 577-590, 2012.

_____. Ethical issues in mass tort plaintiff's representation: beyond the Aggregate Settlement Rule. *Fordham Law Review*, v. 81, n. 6, p. 3233-3276, maio 2013.

_____. Ethical duties of class counsel also representing class representatives. *Florida Law Review Forum*, v. 72, n. 1, p. 160-170, 2023.

MORABITO, Vince. Class actions: the right to opt out under Part IV-A of the Federal Court of Australia Act 1976. *Melbourne University Law Review*, v. 19, n. 3, p. 615-648, jun. 1994.

_____. Federal class actions, contingency fees and the Rules governing litigation costs. *Monash University Law Review*, v. 21, n. 2, p. 231-271, 1995.

_____. Ideological plaintiffs and class actions: an Australian perspective. *University of British Columbia Law Review*, v. 34, n. 2, p. 459-514, 2001.

_____. Judicial supervision of individual settlements with class members in Australia, Canada and the United States. *Texas International Law Journal*, v. 38, n. 4, p. 663-728, 2003.

_____. Standing to sue and multiple defendants class actions in Australia, Canada and the United States. *Alberta Law Review*, v. 41, n. 2, p. 295-333, 2003.

_____. Defendant class actions and the right to opt out: lessons for Canada from the United States. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 14, n. 2, p. 197-248, 2004.

_____. Contingency fee agreements with represented persons in class actions: an undesirable Australian phenomenon. *Common Law World Review*, v. 34, n. 3, p. 201-228, 2005.

_____. An Australian perspective on class action settlement. *Modern Law Review*, v. 69, n. 3, p. 347-382, maio 2006.

_____.Class actions instituted only for the benefit of the clients of the class representative's solicitor. *Sydney Law Review*, v. 29, n. 1, p. 5-42, mar. 2007.

_____. Can class action regime operate satisfactorily without a certification device: empirical insights from the Federal Court of Australia. *American Journal of Comparative Law*, v. 61, n. 3, p. 579-616, 2013.

_____. Additional compensation to representative plaintiffs in Ontario: conceptual, empirical and comparative perspectives. *Queen's Law Journal*, v. 40, n. 1, p. 341-388, 2014.

_____. When pragmatism leads to unintended consequences: a critique of Australia's unique closed class regime. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 19, n. 1, p. 303-332, jan. 2018.

_____. Judicial review of the fairness and reasonableness, as between class members, of federal class action settlements. *Australian Law Journal*, v. 92, n. 12, p. 976-990, dez. 2018.

_____; DIMOPOULOS, Georgina. Cy-pres remedies in class actions. *Australian Law Journal*, v. 95, n. 9, p. 710-727, set. 2021.

MORAWETZ, Nancy. Bargaining, class representation and fairness. *Ohio State Law Journal*, v. 54, n. 1, p. 1-65, 1993.

_____. Underinclusive class actions. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 402-438, abr. 1996.

MORGAN, Thomas D. Client representation vs. Case administration: the ALI looks at legal ethics issues in aggregate settlements. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 734-753, maio 2011.

MORRIS, John K. Nonparties and preclusion by judgement: the privity rule reconsidered. *California Law Review*, v. 56, n. 4, p. 1098-1133, ago. 1968.

_____. Power and responsibility among lawyers and clients: comment on Ellmann's lawyers and clients. *UCLA Law Review*, v. 34, n. 3, p. 781-810, fev. 1987.

MORRISON, Alan B. Improving the class action settlement process: little things mean a lot. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 428-447, maio 2011.

_____; WOLFMAN, Brian. Representing the unrepresented in class actions seeking monetary relief. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 439-513, abr. 1996.

_____; _____. What the Shutts opt-out rights is and what is ought to be. *UMKC Law Review*, v. 74, n. 3, p. 729-764, 2006.

MUELLER, Christopher B. Taking a second look at MDL Product Liability settlements: somebody needs to do it. *University of Kansas Law Review*, v. 65, n. 3, p. 531-578, mar. 2017.

MULHERON, Rachel. *The class action in common law legal system*: a comparative perspective. Oxford-Portland: Hart Publishing, 2004.

_____. *The modern cy-près doctrine*: applications and implications. London: UCL Press, 2006

_____. *Class actions and Government*. New York: Cambridge University Press, 2020.

_____. From representative rule to class action: steps rather than leaps. *Civil Law Quarterly*, v. 24, n. 1, p. 424-448, 2005.

_____. Some difficulties with Group Litigation Order – and why a class action is superior. *Civil Law Quarterly*, v. 24, n. 1, p. 40-68, 2005.

_____. Justice enhanced: framing an opt-out class action for England. *The Modern Law Review*, v. 70, n. 4, p. 550-580, jul. 2007.

_____. The case for an opt-out class action for European Member States: a legal and empirical analysis. *Columbia Journal of European Law*, v. 15, n. 3, p. 409-453, 2009.

_____. Cy-pres damages distributions in England: a new era for consumer redress. *European Business Law Review*, v. 20, n. 2, p. 307-342, 2009.

_____. Opting in, opting out, and closing the class: some dilemmas for England's class action lawmakers. *Canadian Business Law Journal*, v. 50, n. 1, p. 376-408, 2011.

_____. Recent milestones in class actions: a critique and a proposal. *Law Quarterly Review*, v. 127, n. 2, p. 288-315, abr. 2011.

_____. The recognition and res judicata effect of a United State class actions judgement in England: a rebuttal of vivendi. *The Modern Law Review*, v. 75, n. 2, p. 180-211, mar. 2012.

_____. England's unique approach to the self-regulation of third party funding: a critical analysis of recent development. *Cambridge Law Journal*, v. 73, n. 3, p. 570-597, nov. 2014.

_____. Third Party Funding and Class Actions Reform. *Law Quarterly Review*, v. 131, n. 2, p. 291-320, abr. 2015.

_____. Channel Apart: why the United Kingdom has departed from the European Commission's Recommendation on Class Actions. *Cambridge Yearbook of European Legal Studies*, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2015.

_____. A spotlight on the settlement criteria under the United Kingdom's New Competition Class Action. *Civil Justice Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 14-28, jan. 2016.

_____. The United Kingdom's new opt-out class action. *Oxford Journal of Legal Studies*, v. 37, n. 4, p. 814-843, 2017.

_____. Revisiting the class action certification matrix in Merricks v. Mastercard Inc. *King's Law Journal*, v. 30, n. 3, p. 396-425, 2019.

_____.Asserting personal jurisdiction over non-resident class members: comparative insights for the United Kingdom. *Journal of Private International Law*, v. 15, n. 3, p. 445-489, 2019.

_____. Creating and distributing common funds under the English representative rule. *King's Law Journal*, v. 32, n. 3, p. 381-413, 2021.

_____. Third Party Funding, Class Actions and the Question of Regulation: a tropical analysis. *Mass Claims: an International Journal with a European Focus*, v. 2022, n. 1, p. 5-18, jun. 2022.

_____. Further impetus for a statutory class action, post-Lloyd v. Google. *Civil Justice Quarterly*, v. 42, n. 1, p. 10-31, 2023.

_____; EDLIN, Douglas E. The mere mirage of a class action? A challenge to Merricks v. Mastercard Inc. *Civil Justice Quarterly*, v. 37, n. 2, p. 216-256, 2018.

MULLENIX, Linda S. *Mass Tort Litigation*: cases and materials. 3 ed. St Paul: West Publishing, 2017.

_____. Class resolution of the mass-tort case: a proposed Federal Procedure Act. *Texas Law Review*, v. 64, n. 6, p. 1039-1099, mar. 1986.

_____. The constitutionality of the proposed Rule 23 class action amendments. *Arizona Law Review*, v. 39, n. 2, p. 615-639, 1997.

_____. Getting to Shutts. *University of Kansas Law Review*, v. 46, n. 4, p. 727-750, maio 1998.

_____. No exit: mandatory class actions in the new millennium and the blurring of categorical imperatives. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 177-246, 2003.

_____. Taking adequacy seriously: the inadequate assessment of adequacy in litigation and settlement cases. *Vanderbilt Law Review*, v. 57, n. 5, p. 1687-1744, out. 2004.

_____. Should Mississippi adopt a class-action rule? Balancing the equities: ten considerations that Mississippi rulemakers ought to take into account in evaluating whether to adopt a state class-action rule. *Mississippi College Law Review*, v. 24, n. 2, p. 217-259, 2005.

_____. The American Class Action Fairness Act and forum shopping American-style. *The Geneva Papers on Risk and Insurance*, v. 31, n. 2, p. 357-375, abr. 2006.

_____. New trends in standing and res judicata in collective suits. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; CALMON, Petrônio (Coords.). *Direito processual comparado* – XIII Congresso Mundial de Direito Processual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. Federal class actions: a near-death experience in Shady Grove. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 448-482, maio 2011.

_____. Dubious doctrines: the quasi-class action. *University of Cincinnati Law Review*, v. 80, n. 2, p. 389-429, ago. 2012.

_____. Aggregate litigation and the death of democratic dispute resolution. *Northwestern University Law Review*, v. 107, n. 2, p. 511-564, 2013.

_____. Ending class actions as we know them: rethinking the American class action. *Emory Law Journal*, v. 64, n. 2, p. 399-450, 2014.

_____. Putting proponents to their proofs: evidentiary rules at class certification. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 606-650, maio 2014.

_____. Competing values: preserving litigant autonomy in an age of collective redress. *DePaul University Law Review*, v. 64, n. 2, p. 601-640, 2015.

_____. Policing MDL non-class settlements: empowering judges through the All Writs Act. *Review of Litigation*, v. 37, n. 2, p. 129-184, 2018.

_____. O fim do processo coletivo tal como o conhecemos: repensando a class action norte-americana. Tradução de Bruno Dantas. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 43, n. 283, p. 503-562, set. 2018.

_____. The (surprisingly) prevalent role of States in an era of federalized class action. *Brigham Young University Law Review*, v. 2019, n. 6, p. 1551-1622, 2019.

_____. For the Defense: 28 Shades of EU Class Actions. In: UZELAC, Alan; VOET, Stefaan. *Class Actions in Europe*: Holy Grail or a Wrong Trail? New York: Springer, 2021.

MURPHY, Mollie. The intersystem class settlement: of comity, consent and collusion. *Kansas Law Review*, v. 47, n. 3, p. 413-493, 1999.

MURTAGH, Michael P. The Rule 23(b)(3) superiority requirement and transnational class actions: excluding foreign class members in favor of European remedies. *Hastings International and Comparative Law Review*, v. 34, n. 1, p. 1-48, 2011.

NAGAREDA, Richard A. *Mass torts in a world of settlement*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

_____. In the aftermath of the mass tort class actions. *Georgetown Law Journal*, v. 85, n. 2, p. 295-368, dez. 1996.

_____. Punitive damage class action and the baseline of tort. *Wake Forest Law Review*, v. 36, n. 3, p. 943-977, 2001.

_____. Autonomy, peace and put options in the mass tort class action. *Harvard Law Review*, v. 115, n. 3, p. 747-830, jan. 2002.

_____. Closure in damage class settlements: the godfather guide to opt-out rights. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 141-176, 2003.

_____. The preexistence principle and the structure of the class action. *Columbia Law Review*, v. 103, n. 2, p. 149-242, mar. 2003.

_____. Administering adequacy in class representation. *Texas Law Review*, v. 82, n. 2, p. 287-380, dez. 2003.

_____. Bootstrapping in choice of law after the Class Action Fairness Act. *UMKC Law Review*, v. 74, n. 3, . 661-686, 2006.

_____. Restitution, rent extraction and class representatives: implications of incentive awards. *UCLA Law Review*, v. 53, n. 6, p. 1483-1496, ago. 2006.

_____. Aggregation and its discontents: class settlement pressure, class-wide arbitration and CAFA. *Columbia Law Review*, v. 106, n. 7, p. 1872-1923, nov. 2006.

_____. Class actions in the administrative state: Kalven and Rosenfield revisited. *University of Chicago Law Review*, v. 75, n. 2, p. 603-648, 2008.

_____. Aggregate litigation across the Atlantic and the future of American exceptionalism. *Vanderbilt Law Review*, v. 62, n. 1, p. 1-52, jan. 2009.

_____. Class certification in the age of aggregate proof. *New York University Law Review*, v. 84, n. 1, p. 97-173, abr. 2009.

_____. Common answers for class certification. *Vanderbilt Law Review*, v. 63, n. 1, p. 149-170, 2010.

_____. Embedded aggregation in civil litigation. *Cornell Law Review*, v. 95, n. 6, p. 1105-1172, set. 2010.

_____. The litigation-arbitration dichotomy meets the class action. *Notre Dame Law Review*, v. 86, n. 3, p. 1069-1130, jul. 2011.

_____; BONE, Robert G.; BURCH, Elizabeth Chamblee; WOOLLEY, Patrick. *The Law of Class Action and other Aggregate Litigation*. Third Edition. University Casebook Series, 2020.

_____; EDELMAN, Paul H. The allocation problem in multiple-claimant representations. *Supreme Court Economic Review*, v. 14, n. 1, p. 95-112, 2006.

NAGY, Csongor István. The European collective redress debate after the European Commission's recommendation: one step forward, two steps back? *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, v. 22, n. 4, p. 530, 2015.

NARVESON, Jan. Collective Rights? *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*, v. 4, n. 2, p. 329-345, jul. 1991.

NEEDHAM, Carol A. The multijurisdictional practice of law and the corporate lawyer: new rules for a new generation of legal practice. *South Texas Law Review*, v. 36, n. 3, p. 1075-1100, nov. 1995.

_____. Advance consent to aggregate settlements: reflections on attorney's fiduciary obligations and professional responsibility duties. *Loyola University Chicago Law Journal*, v. 44, n. 2, p. 511-532, 2012.

NEMETH, Charlan Jeanne. *In defense of troublemakers*: the power of dissent in life and business. New York: Basic Books, 2018.

_____; GONCALO, Jack A. Rogues and heroes: finding value in dissent. In: JETTEN, Jolanda; HORNSEY, Matthew J. (Coords.). *Rebels in groups*: dissent, deviance, difference and defiance. New Jersey: Willey-Blackwell, 2012

NERY JR., Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. O processo civil no Código de Defesa do Consumidor. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 16, n. 61, p. 24-35, jan./mar. 1991.

_____. Ação civil pública no processo do trabalho. In: MILARÉ, Edis. (Coord.). *Ação civil pública*: Lei 7.347/85 – 15 anos. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2016.

NISSENSOHN, Andrew B. Mass arbitration 2.0. *Washington and Lee Law Review*, v. 79, n. 3, p. 1225-1281, 2022.

NIWOROWSKI, Joanna. Lamps Plus, Inc. v. Varela: dark times ahead for class arbitrations. *University of Miami Law Review*, v. 75, n. 1, 2020.

NOGUEIRA, Gustavo Santana. *Ações coletivas transnacionais*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

_____. A tutela coletiva brasileira em conflito com os direitos humanos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 350-388, jan./jun. 2010.

NOGUEIRA, Pedro Henrique. Primeiras reflexões sobre a legitimidade processual no Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 305, p. 63-82, jul. 2020.

_____. Acordos sobre a legitimidade das partes no direito brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 46, n. 319, p. 59-83, set. 2021.

_____. Legitimidade extraordinária e os limites subjetivos da coisa julgada. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 47, n. 325, p. 101-121, mar. 2022.

NOLL, David L. Rethinking anti-aggregation doctrine. *Notre Dame Law Review*, v. 88, n. 2, p. 649-696, dez. 2012.

_____. MDL as public administration. *Michigan Law Review*, v. 118, n. 3, p. 403-469, dez. 2019.

_____. What do MDL leaders do? Evidence from leadership appointment orders. *Lewis & Clark Law Review*, v. 24, n. 2, p. 433-468, 2020.

_____; ZIMMERMAN, Adam S. Diversity and complexity in MDL leadership: report from case management order. *Texas Law Review*, v. 101, n. 7, p. 1679-1744, jun. 2023.

NOTE, Federal class actions: a suggested revision of Rule 23. *Columbia Law Review*, v. 46, n. 5, p. 818-836, set. 1946.

OAKLEY, Danielle. Is multidistrict litigation a just and efficient consolidation technique – using Diet Drug Litigation as a model to answer this question. *Nevada Law Journal*, v. 6, n. 2, p. 494-515, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. *Segurança jurídica e processo*: da rigidez à flexibilização processual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz de. Tutela jurisdicional dos interesses coletivos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). *A tutela dos interesses difusos*: doutrina, jurisprudência e trabalhos forenses. São Paulo: Max Limonad, 1984.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action*: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

OLSON, Steig D. Chipping away: the misguided trend toward resolving merits dispute as part of the class certification calculus. *University of San Francisco Law Review*, v. 43, n. 4, p. 935-978, 2009.

OLSON, Susan M. Federal multidistrict litigation: its impact on litigants. *Justice System Journal*, v. 13, n. 3, p. 341-364, 1988.

OQUENDO, ngel R. *Through thin and thick*: from human-rights principles to politics across the Americas and beyond. New York: Cambridge University Press, 2022.

_____. Once and for all: when the government conciliates citizen's claims. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 01-54, jan./abr. 2019.

ORGEL, Marc. *Class arbitration*: von der Gruppenklage zum Gruppenschiedsverfahren und zurück? Eine Untersuchung zum U.S.-amerikanischen Schiedsverfahrenrecht. Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos*: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Do ceticismo moderado ao panprocessualismo*: atando as pontas por um processo real. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

_____. Multidistrict litigation e coletivização parcial: uma real opção ao modelo de ações de classe? *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 245-266, maio/ago. 2019.

OWENS, Jon. Comparative law and standing to sue: a petition for redress for the environment. *Environmental Lawyer*, v. 7, n. 1, p. 321-377, 2001.

PACOLD, Martha. Attorney's fees in class actions governed by fee-shifting statues. *University of Chicago Law Review*, v. 68, n. 3, p. 1007-1034, 2001.

PAE KIM, Richard; BARROS, Sérgio Resende de; KOSAKA, Fausto Kozo Matsumoto. *Direitos fundamentais coletivos e difusos*: questões sobre a fundamentalidade. São Paulo: Verbatim, 2012.

PARKER, Stevenson. Reopening the debate post judgment certification in Rule 23(b)(3) Class Action. *Cornell Law Review*, v. 66, n. 6, p. 1218-1253, 1981.

PARTLETT, David. Asbestos wars: in three parts. *Washington and Lee Law Review*, v. 71, n. 1, p. 759-788, 2014.

PASCHOAL, Maximilian Fierro. *A representatividade adequada na ação coletiva brasileira*: Lei da Ação Civil Pública e Código de Defesa do Consumidor. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PASSINHAS, Sandra. A tutela dos direitos do consumidor em Portugal. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 161, n. 11, p. 72-106, jan./ago. 2021.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. Democracia, participação e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coords.). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

PEARCE, Ted P. When is a waiver of the right to arbitrate a waiver? A look at caselaw. *Texas Bar Journal*, v. 86, n. 9, p. 697-699, out. 2023.

PEREIRA, Rafael Caselli; JOBIM, Marco Félix. O recurso especial representativo de controvérsia como solução para a falta de controle da representatividade adequada do advogado, constituído para atuar no incidente de resolução de demanda repetitiva (IRDR). *Revista de Processo*, São Paulo, v. 44, n. 287, p. 307-332, jan. 2019.

PERINO, Michael A. Justice Scalia: standing, environmental law and the Supreme Court. *Boston College Environmental Affairs Law Review*, v. 15, n. 1, p. 135-180, 1987.

_____. Class action chaos? The theory of the core and an analysis of opt-out rights in mass tort class actions. *Emory Law Journal*, v. 46, n. 1, p. 85-162, 1997.

_____. Institutional activism through litigation: an empirical assessment of public pension fund participation in securities class actions. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 9, n. 2, p. 368-392, jun. 2012.

_____. Did the Private Securities Litigation Reform Act work? *University of Illinois Law Review*, v. 2003, n. 4, p. 913-978, out. 2003.

PERRY, Mark A. Rule 23(b)(2) certification of employment class actions: a return to first principles. *New York University Annual Survey of American Law*, v. 65, n. 4, p. 681-704, 2010.

_____. Issue certification under Rule 23(c)(4): a reappraisal. *DePaul Law Review*, v. 62, n. 3, p. 733-744, 2013.

PERSKY, Samuel A. The Coronado Coal Case. *The Yale Law Journal*, v. 32, n. 1, p. 59-65, nov. 1922

PETER, Matthis. *Zivilprozessuale Gruppenvergleichsverfahren*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018.

PETERS, Christopher J. Adjudication as representation. *Columbia Law Review*, v. 97, n. 2, p. 312-436, mar. 1997.

_____. Participation, representation and principled adjudication. *Legal Theory*, v. 8, n. 2, p. 185-220, jun. 2002.

PFANDER, James E.; DOUGLAS, Peter C. Law, equity and supplemental jurisdiction. *Notre Dame Law Review*, v. 97, n. 5, p. 2115-2136, jun. 2022.

PHAIR, Ryan Patrick. Resolving the choice-of-law problem in Rule 23(b)(3) nationwide class actions. *The University of Chicago Law Review*, v. 67, n. 3, p. 835-863, 2000.

PICARDI, Nicola. *Jurisdição e processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PICHÉ, Catherine. *Fairness in class action settlements*. Toronto: Carswell, 2012.

_____. *Le règlement à l'amiable de l'action collective*. Montreal: Yvon Blais, 2014.

_____.*The class action effect*. Montreal: Yvon Blais, 2018.

_____. The power of class action. *Critical Issues in Justice and Politics*, v. 2, n. 1, p. 77-83, fev. 2009.

_____. Public Financeers as Overseers of Class Proceedings. *New York University Journal of Law and Business*, v. 12, n. 3, p. 779-812, 2016.

_____. L'emprise des cinq doigts de Frankenstein : réflexion en cinq temps sur l'action collective. *Revue International de droit comparé*, v. 68, n. 2, p. 291-317, 2016.

_____. Class action value. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 19, n. 1, p. 261-302, jan. 2018.

_____. Class action against multiple defendants in Quebec: the issues of legal interest and standing to sue. *The Canadian Class Action Review*, v. 3, n. 1, p. 261-276, 2006.

_____. Judging fairness in class action settlements. *Windsor Yearbook of Access to Justice*, v. 28, n. 1, p. 111-151, 2010.

_____. Le recouvrement et l'indemnisation des members dans l'action collective. *Canadian Bar Review*, v. 94, n. 1, p. 171-188, 2016.

_____. Le financement public et privé de l'action collective québécoise. *Concurrences Journal*, v. 3, n. 1, p. 13-27, set. 2014.

_____. The cultural analysis of class action law. *Journal of Civil Law Studies*, v. 2, n. 1, p. 101-145, 2009.

_____. A critical reappraisal of class action settlement procedures in a search of a new standard of fairness. *Ottawa Law Review*, v. 41, n. 1, p. 25-57, 2009.

_____. Class actions in Quebec: Highlights of a unique procedure. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 170-191, set./dez. 2021.

_____. The coming revolution in class action notices: reaching the universe of claimants through technologies. *Canadian Journal of Law and Technology*, v. 16, n. 2, p. 227-276, 2016.

_____; NOREAU, Pierre. *Civil Justice Reform in Quebec and Canada*. Consultation Report for the Justice Studies Center of the America, 2018.

PICHERT, Daniel; KATSIKOPOULOS, Konstantinos V. Green defaults: information presentation and pro-environmental behavior. *Journal of Environmental Psychology*, v. 28, n. 1, p. 63-73, 2008.

PIELEMEIER, James R. Due process limitations on the application of collateral estoppel against nonparties to prior litigation. *Boston University Law Review*, v. 63, n. 2, p. 383-442, mar. 1983.

PIETRINI, Silvia. The future of collective damages actions in Europe. *European Competition Law Annual*, v. 2011, n. 1, p. 257-270, 2011.

PINCUS, Andrew J. *Unstable foundation*: our broken class action system and how to fix it. U.S. Chamber Institute for Legal Reform, 2017.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *A natureza jurídica do direito individual homogêneo e sua tutela pelo Ministério Público como forma de acesso à justiça*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *Teoria geral do processo civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

_____. *Direito Processual Civil Contemporâneo*: teoria geral do processo. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Manual de Direito processual civil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

_____. As ações de classe. Direito comparado e aspectos processuais relevantes. *Revista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro*, v. 5, n. 18, p. 141-155, 2002.

_____. A Dimensão da Garantia do Acesso à Justiça na Jurisdição Coletiva. *Revista Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, v. 18, n. 1, p. 61-73, 2003.

_____. Mecanismos de solução alternativa de conflitos: algumas considerações introdutórias. *Revista dialética de direito processual*, São Paulo, n. 17, p. 9-14, ago. 2004.

_____. Direito individual homogêneo (uma leitura e releitura do tema). *Revista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro*, v. 7, n. 25, p. 123-136, 2004.

_____.The role of the Department of Public Prosecutions in protecting the environment under Brazilian law: the case of favelas in the city of Rio de Janeiro. *Georgia State University Law Review*, v. 24, n. 3, p. 735-778, 2008.

_____. The undertaking of adjustment of conduct in Brazilian collective procedural law. *Connecticut Journal of International Law*, v. 27, n. 2, p. 345-370, 2012.

_____. Judicial rulings with prospective effect. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 232, p. 275-305, jun. 2014.

_____. Acordo em litígios coletivos: limites e possibilidades do consenso em direitos transindividuais após o advento do CPC/15 e da Lei da Mediação. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 118-148, maio/ago. 2018.

_____. Settlements in Brazilian civil public actions: limits and possibilities of consensus after the 2015 Civil Procedure Code and the Mediation Act. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 199-229, set./dez. 2018.

_____. A releitura do princípio do acesso à justiça e o necessário redimensionamento da intervenção judicial na resolução dos conflitos na contemporaneidade. *Revista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro*, v. 21, n. 3, p. 241-271, set./dez. 2019.

_____; PORTO, José Roberto Mello. *Manual de tutela coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2021.

_____; VIDAL, Ludmilla Camacho Duarte. La nouvelle configuration des accords collectifs du droit brésilien. *International Journal of Procedural Law*, v. 8, n. 1, p. 121-132, 2018.

PINTO, Luis Filipe Porto Sá. Técnicas de tratamento macromolecular dos litígios: tendências de coletivização da tutela processual civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 35, n. 185, p. 117-144, jul. 2010.

PISANI, Andrea Proto. *I limiti soggettivi di efficacia della sentenza civile*: una parabola di studi. Milano: Giuffrè, 2015.

_____. Appunti preliminari per uno studio sulla tutela giurisdizionale degli interessi collettivi (o più esattamente superindividuali) innanzi al giudice civile ordinario. *Diritto e giurisprudenza*, Napoli, n. 6, v. 89, p. 804-816, 1974.

_____. *Tutela giurisdizionale differenziata del lavoro*. Milano: Giuffré, 1977.

_____. *Lezioni di diritto processuale civile*. 3ª ed. Nápoles: Jovene, 1999.

_____; CAPONI, Remo. *Lineamenti di diritto processuale civile*. Nápoles: Jovene, 2001.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1984.

PIZZOL, Patrícia Miranda. *Liquidação nas ações coletivas*. São Paulo: Lejus, 1998.

PLOTT, Charles R. Legal Fees: a Comparison of the American and English Rules. Jo*urnal of Law, Economics and Organizations*, v. 3, n. 2, p. 185-192, 1987.

POMERANTZ, Abraham. New developments in class actions – has their death knell been sounded? *The Business Lawyer*, v. 25, n. 3, p. 1259-1266, abr. 1970.

POLINSKY, Alan Mitchell. *An introduction to law and economics*. 5ª ed. New York: Aspen Publishing, 2018.

POZEN, David E. The irony of judicial elections. *Columbia Law Review*, v. 108, n. 2, p. 265-330, mar. 2008.

PRADE, Péricles. *Conceito de interesses difusos*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

_____. *Ação popular*. São Paulo: Saraiva, 1986.

PUGA, Mariela. La litis estructural em el caso Brown v. Board of Education. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (orgs.). *Processos estruturais*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

PUGLIESE, Giovanni. *Il processo civile romano*: il processo formulare. Milano: Giuffrè, 1963.

PUISZIS, Steven M. Developing trends with Class Action Fairness Act of 2005. *John Marshall Law Review*, v. 40, n. 1, p. 115-194, 2006.

PURCELL JR., Edward A. The Class Action Fairness Act in perspective: the old and the new in federal jurisdiction reform. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 1823-1927, jun. 2008.

PUSHAW, Robert J. Why the Supreme Court never gets any Dear John letters: advisory opinions in historical perspective. *Georgetown Law Journal*, v. 87, n. 2, p. 473-498, nov. 1998.

_____. The inherent power of federal courts and the structural constitution. *Iowa Law Review*, v. 86, n. 3, p. 735-868, mar. 2001.

RABIEJ, John K. The making of class action Rule 23 – what were we thinking. *Mississippi College Law Review*, v. 24, n. 2, p. 323-392, 2005.

RABINOVICH-EINY, Orna; SAGY, Yair. Courts as organizations: the drive for efficiency and the regulation of class action settlements. *Stanford Journal of Complex Litigation*, v. 4, n. 1, p. 1-46, 2016.

RAMÍREZ, José Maria Porras. Integração supranacional: dimensões de proteção multinível dos direitos e sistemas de governo da União Europeia. São Paulo: Saraiva, 2016.

RAMOS, Maria Elisabete. Private enforcement and opt-out system risks, rewards and legal safeguards. *Yearbook of Antitrust and Regulatory Studies*, v. 18, n. 1, p. 85-114, 2018.

RANGE, John Jay. Supreme Court decisions favor arbitration over class action. *Infrastructure*, v. 62, n. 1, p. 1-10, 2022.

RASKOLNIKOV, Alex. Is there a future for future claimants after Amchem Products, Inc. v. Windsor? *Yale Law Journal*, v. 107, n. 8, p. 2545-2582, jun. 1998.

RATLIFF, Jack. Offensive collateral estoppel and the option effect. *Texas Law Review*, v. 67, n. 1, p. 63-102, nov. 1988.

RATNER, Morris A. Factors impacting the selection and positioning of human rights class actions in United States Courts: a practical overview. *New York University Annual Survey of American Law*, v. 58, n. 4, p. 623-650, 2001.

_____. A new model of plaintiff's class action attorneys. *Review of Litigation*, v. 31, n. 4, p. 757-832, 2012.

_____. Achieving procedural goals though indirection: the use of ethics doctrine to justify contingency fee caps in MDL aggregate settlement. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 26, n. 1, p. 49-94, 2013.

_____. Class counsel as litigation funders. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 28, n. 2, p. 271-316, 2015.

_____. Civil procedure: class action fee and cost awards. *The Judge's Book*, v. 1, n. 1, p. 29-37, 2017.

_____. Class conflicts. *Washington Law Review*, v. 92, n. 2, p. 785-860, jun. 2017.

_____. MDL problems: a brief introduction and summary. *Review of Litigation*, v. 37, n. 2, p. 123-128, 2018.

_____; RUBENSTEIN, William B. Profit for costs. *DePaul Law Review*, v. 63, n. 2, p. 587-616, 2014.

RAVE, D. Theodore. Settlement, ADR and class action superiority. *Journal of Tort Law*, v. 5, n. 1, p. 91-126, 2012.

_____. Governing the anticommons in aggregate litigation. *Vanderbilt Law Review*, v. 66, n. 4, p. 1183-1258, maio 2013.

_____.When peace is not the goal of class action settlement. *Georgia Law Review*, v. 50, n. 2, p. 475-546, 2016.

_____. Closure provisions in MDL settlements. *Fordham Law Review*, v. 85, n. 5, p. 2175-2202, abr. 2017.

_____. Management and judging in multidistrict litigation. *Review of Litigation*, v. 42, n. 3, p. 291-316, 2023.

_____. Multidistrict litigation and the field of dreams. *Texas Law Review*, v. 101, n. 7, p. 1595-1622, jun. 2023.

REDISH, Martin H. *Wholesale Justice*: constitutional Democracy and the Problem of the Class Action Lawsui*t*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

_____. Procedural due process and aggregation devices in mass tort litigation. *Defense Council Journal,* v. 63, n. 1, p. 18-25, jan. 1996.

_____. The need for jurisdictional and structural class action reform. *Environmental Law Reporter*, v. 32, n. 8, p. 10984-10990, ago. 2002.

_____. Class actions and the democratic difficulty: rethinking the intersection of private litigation and public goals. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 71-139, 2003.

_____. Rethinking the theory of class action: the risks and rewards of capitalistic socialism in the litigation process. *Emory Law Journal*, v. 64, n. 2, p. 451-476, 2014.

_____; BERLOW, Clifford W. The class action as political theory. *Washington University Law Review*, v. 85, n. 4, p. 753-813, 2007.

_____; KARABA, Julie M. One size doesn't fit all: multidistrict litigation, due process, and the dangers of procedural collectivism. *Boston University Law Review*, v. 95, n. 1, p. 109-154, jan. 2015.

_____; KASTANEK, Andrianna D. Settlement class actions, the case-or-controversy requirement and the nature of the adjudicatory process. *The University of Chicago Law Review*, v. 73, n. 2, p. 545-615, 2006.

_____; KIERNAN, Megan B. Avoiding death by a thousand cuts: the relitigation of class certification and the realities of the modern class action. *Iowa Law Review*, v. 99, n. 4, p. 1659-1690, maio 2014.

_____; LARSEN, Nathan D. Class actions, litigant autonomy and the foundations of procedural due process. *California Law Review*, v. 95, n. 1, p. 1573-1618, 2007.

_____; MARSHALL, Lawrence C. Adjudicatory independence and the values of procedural due process. *Yale Law Journal*, v. 95, n. 3, p. 455-505, jan. 1986.

_____; ZYONTZ, Samantha; JULIAN, Peter. Cy pres relief and the pathologies of the modern class action: a normative and empirical analysis. *Florida Law Review*, v. 62, n. 3, p. 617-666, jul. 2010.

REED, John W. Compulsory joinder of parties in civil actions. *University of Michigan Law Review*, v. 55, n. 3, p. 327-374, 1957.

REINERT, Alexander A. Screening out innovation: the merits of meritless litigation. *Indiana Law Journal*, v. 89, n. 3, p. 1191-1237, 2014.

RESNIK, Judith. Managerial judges. *Harvard Law Review*, v. 96, n. 2, p. 374-448, dez. 1982.

_____. Aggregation, settlement and dismay. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 918-940, 1995.

_____. Money matters: judicial market interventions creating subsidies and awarding fees and costs in individual and aggregate litigation. *University Pennsylvania Law Review*, v. 148, p. 2119-2195, 2000.

_____. Courts: in and out of sight, site and cite. *Villanova Law Review*, v. 53, n. 5, p. 771-810, 2008.

_____. Compared to what? ALI Aggregation and the shifting contours of due process and of lawyers' powers. *George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 628-699, maio 2011.

_____. Diffusing disputes: the public in the private or arbitration, the private in Courts and the erasure of rights. *Yale Law Journal*, v. 124, n. 8, p. 2804-2939, jun. 2015.

_____; CURTIS, Dennis E. Contingency fees in mass torts: access, risk and the provision of legal services when layers of lawyers work for individuals and collectives of clients. *DePaul Law Review*, v. 47, n. 2, p. 425-456, 1998.

_____; _____; HENSLER, Deborah R. Individuals within the aggregate: relationships, representation and fees. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 296-401, abr. 1996.

REYNOLDS, Susan. *Kingdoms and communities in Western Europe 900-1300*. 2ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.

RHEINGOLD, Paul D. The development of litigation groups. *American Journal of Trial Advocacy*, v. 6, n. 1, p. 1-14, 1982.

RHODE, Deborah L. *Ethics in Practice:* lawyer's roles, responsibilities and regulation. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. Class conflicts in class actions. *Stanford Law Review*, v. 34, n. 6, p. 1183-1262, jul. 1982.

_____. *Access to justice*. New York: Oxford University Press, 2004.

_____. Whatever happened to access to justice. *Loyola of Los Angeles Law Review*, v. 42, n. 4, p. 869-912, 2009.

RHODES, Blake M. Judicial Panel on Multidistrict Litigation: time for rethinking. *University Pennsylvania Law Review*, v. 140, n. 2, p. 711-754, dez. 1991.

RICHARDS, Daniel A. An analysis of the judicial panel on multidistrict litigation's selection of transferee district and judge. *Fordham Law Review*, v. 78, n. 1, p. 311-348, out. 2009.

RICHARDS, David J. The public defender defendant: a model statutory approach to public defender malpractice liability. *Valparaiso University Law Review*, v. 29, n. 1, p. 511-556, 1994.

RICHTER, Bianca Mendes Pereira. Representatividade adequada: uma comparação entre o modelo norte-americano da class action e o modelo brasileiro. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, São Paulo, v. 1, p. 231-249, out. 2012.

ROBERTS, William Lewis. Labor unions and corporations: the Coronado case. *Illinois Law Quarterly*, v. 5, n. 4, p. 200-207, jun. 1923.

ROCHE, Christopher J. A litigation association model to aggregate mass tort claims for adjudication. *Virginia Law Review*, v. 91, n. 6, p. 1463-1514, out. 2005.

RODRIGUES, Geisa de Assis. *Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta*: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, Marcelo Abelha; KLIPPEL, Rodrigo. *Comentários à tutela coletiva*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. As ações-teste na Alemanha, Inglaterra e legislação brasileiro projetada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 905-939, jul./dez. 2011.

_____. *O novo perfil da tutela dos direitos individuais homogêneos*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Teses jurídicas prejudiciais*: a ampliação dos limites da coisa julgada enquanto fundamento e técnica otimizadora do julgamento por amostragem. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

ROLO, Rafael Felgueiras. *O processo coletivo e o papel da coletividade ausente*: a afirmação de um contraditório transcendente. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

ROMBERG, Jon. Half a Loaf is Predominant and Superior to None: Class Certification of Particular Issues Under Rule 23(c)(4)(A). *Utah Law Review*, v. 2002, n. 2, p. 249-334, 2002.

_____. The hybrid class action as judicial spork: managing individual rights in a stew of common wrong. *John Marshall Law Review*, v. 39, n. 2, p. 231-298, 2006.

ROQUE, Andre Vasconcelos. *Class Actions – ações coletivas nos Estados Unidos*: o que podemos aprender com eles? Salvador: Juspodivm, 2013.

_____. O que significa representatividade adequada? Um estudo de direito comparado. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 171-198, jul./dez. 2009.

_____. Origens históricas da tutela coletiva: da *actio popularis* romana às *class actions* norte-americanas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 35, n. 188, p. 101-146, out. 2010.

_____. A luta contra o tempo nos processos judiciais: um problema ainda à busca de uma solução. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 237-263, jan./jul.2011.

_____. Legislações estaduais sobre as *class actions* norte-americanas: um estudo panorâmico. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 38-80, jul./dez. 2011.

_____. As ações coletivas no direito brasileiro contemporâneo: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos? *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 12, p. 36-65, jul./dez. 2013.

_____. *Arbitragem de direitos coletivos no Brasil*: admissibilidade, finalidade e estrutura. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Ações coletivas e procedimentos para a resolução de casos repetitivos: qual o espaço destinado a cada um? Procedimentos de resolução de casos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da (coord.). *Grandes temas do novo CPC* – julgamento de casos repetitivos. Salvador: Juspodivm, 2017.

_____; SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. A representatividade adequada nos acordos coletivos: o que os casos Amchem e Ortiz podem nos ensinar? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 48, n. 345, p. 239-264, nov. 2023.

ROSE, Amanda M. Classaction.gov. *University Chicago Law Review*, v. 88, n. 2, p. 487-530, mar. 2021.

ROSENBERG, David. The casual connection in mass exposure cases: a public law vision of the tort system. *Harvard Law Review*, v. 97, n. 4, p. 849-929, fev. 1984.

_____. Class actions for mass torts: doing individual justice by collective means. *Indiana Law Journal*, v. 62, n. 3, p. 561-596, 1987.

_____. Of end games and openings in mass tort cases: lessons from a special master. *Boston University Law Review*, v. 69, n. 3, p. 695-730, maio 1989.

_____. Individual injustice and collectivizing risk-based claims in mass-exposure cases. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 210-257, abr. 1996.

_____. Mass tort class actions: what defendants have and plaintiffs don't. *Harvard Journal on Legislation*, v. 37, n. 2, p. 393-432, 2000.

_____. Avoiding duplicative litigation of similar claims: the superiority of class action vs. collateral estoppel vs. standard claims market. *Harvard Law School Public Law*, Research Paper n. 44, 2002.

_____. Mandatory litigation class action: the only option for mass tort cases. *Harvard Law Review*, v. 115, n. 3, p. 831-897, jan. 2002.

_____. Decoupling deterrence and compensation functions in mass tort class actions for future loss. *Vanderbilt Law Review*, v. 88, n. 8, p. 1871-1920, dez. 2002.

_____. Adding a second opt-out to Rule 23(b)(3) class Actions: cost without benefit. *University of Chicago Legal Forum*, v. 2003, n. 1, p. 19-69, 2003.

_____; KORN, David. Concepcion's pro-defendant biasing of the arbitration process: the class counsel solution. *University of Michigan Journal of Law Reform,* v. 46, n. 4, p. 1151-1202, 2013.

_____; _____. Cruises, class actions and the court. *University of Michigan Journal of Law Reform Online*, v. 46, n. 1, p. 96-99, 2013.

_____; KOZEL, Randy J. Solving the nuisance-value settlement problem: mandatory summary judgement. *Virginia Law Review*, v. 90, n. 7, p. 1849-1908, nov. 2004.

_____; McCLOUD, Luke. A solution to the choice of law problem of differing state laws in class actions: average law. *George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 374-409, fev. 2011.

_____; SCANLON, John. Class actions: to be or not to (b)(3). *Mississippi College Law Review*, v. 24, n. 2, p. 153-216, 2005.

_____; SHAVELL, Steve. A model in which suits are brought for their nuisance value. *International Review of Law and Economics*, v. 5, n. 1, p. 3-13, jun. 1985.

_____; SULLIVAN, James P. Coordinating private class action and public agency enforcement of antitrust law. *Journal of Competition Law and Economics*, v. 2, n. 2, p. 159-188, jun. 2006.

ROSENCRANTS, Peyton E. Head I win, tails you lose: the end of employer's exploitation of the federal arbitration waiver prejudice requirement. *Missouri Law Review*, v. 87, n. 4, p. 1309-1326, 2022.

ROTHSTEIN, Barbara J,; BORDEN, Catherine R. *Managing multidistrict litigation in products liability cases*: a pocket guide for transferee judges. Washington: Federal Judicial Center, 2011.

ROWE, Thomas D. Jurisdictional and transfer proposals for complex litigation. *Review of Litigation*, v. 10, n. 2, p. 325-400, 1991.

_____. Beyond the class action rule: an inventory of statutory possibilities to improve the federal class action. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 186-209, abr. 1996.

ROZEN, Amir; SCHAEFFER, Joshua B.; HARRIS, Christopher. *Opt-out cases in securities class action settlements*. São Francisco: Cornerstone Research, 2022.

RUBENSTEIN, William B. Divide we litigate: addressing disputes among group members and lawyers in civil rights campaigns. *Yale Law Journal*, v. 106, n. 6, p. 1623-1682, abr. 1997.

_____. The myth of superiority. *Constitutional Commentary,* v. 16, n. 3, p. 599-626, 1999.

_____. A transactional model of adjudication. *Georgetown Law Review*, v. 89, n. 2, p. 371-438, jan. 2001.

_____. On what a private attorney general is – and why it matters. *Vanderbilt Law Review*, v. 57, n. 6, p. 2129-2176, nov. 2004

_____. The fairness hearing: adversarial and regulatory approaches. *University of California Law Review*, v. 53, n. 6, p. 1435-1482, ago. 2006.

_____. Why enable litigation: a positive externalities theory of small claims class action. *UMKC Law Review*, v. 74, n. 3, p. 709-728, 2006.

_____. Finality in Class Action Litigation: Lessons from Habeas. *New York University Law Review*, v. 82, n. 3, p. 790-869, maio 2007.

_____. Procedure and society: an essay for Steve Yeazell. *University of California Law Review Discourse*, v. 61, n. 1, p. 136-149, 2013.

_____; PACE, Nicholas M. *How transparent are class actions outcomes? Empirical research on the availability of class action claims data*. RAND Institute for Civil Justice, Working Paper No. WR-599-ICJ, 2008.

_____; _____. Shedding light on outcomes in class actions. In: DOHERTY, Joseph W., REVILLE, Robert T., ZAKAROS, Laura. (Coords.). *Confidentiality, transparency and the U.S. civil justice system*. Oxford University Press, 2012.

_____.; McGOVERN, Francis E.; BURCH, Elizabeth Chamblee. The negotiation class: a cooperative approach to class actions involving large stakeholders. *Texas Law Review*, v. 99, n. 1, p. 73-136, nov. 2020.

RUBIN, Julie. Auctioning class actions: turning the table on plaintiff's lawyers abuse or stripping the plaintiff wizards of their curtain. *The Business Lawyer*, v. 52, n. 4, p. 1441-1463, ago. 1997,

RUDLIN, Alan D. *Toxic tort litigation*. Chicago: American Bar Association, 2007.

RUTHERGLEN, George. Better later than never: notice and opt out at the settlement stage of class action. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 258-295, abr.1996.

RYAN, Ellen M.; SIMMONS, Laura E. *Securities class action settlements*: 2012 review and analysis. Cornerstone Research, 2012.

SAAKS, Amy L. Global settlements in non-class mass torts. *Lewis & Clark Law Review*, v. 21, n. 3, p. 847-880, 2017.

SAHANI, Victoria Shannon. Recent developments in third-party funding. *Journal of International Arbitration*, v. 30, n. 4, p. 443-452, ago. 2013.

_____. Third-party litigation funding and the Dodd-Frank Act. *Transactions: The Tennessee Journal of Business Law*, v. 16, n. 1, p. 15-24, 2014.

_____. Harmonizing third-party litigation funding regulation. *Cardozo Law Review*, v. 36, n. 3, p. 861-912, fev. 2015.

_____. Panel 4: litigation funding and the Federal Rules of Civil Procedure. *New York University Journal of Law and Business*, v. 12, n. 3, p. 603-634, 2016.

_____. Judging third-party funding. *University of California Law Review*, v. 63, n. 2, p. 388-448, fev. 2016.

_____. Reshaping third-party funding. *Tulane Law Review*, v. 91, n. 3, p. 405-472, fev. 2017.

_____. Rethinking the impact of third-party funding on access to civil justice. *DePaul Law Review*, v. 69, n. 2, p. 611-632, 2020.

_____. Global laboratories of third-party funding regulation. *AJIL Unbound*, v. 115, n. 1, p. 34-39, 2021.

_____. Keep to the code: a global code of conduct for third-party funders. *Boston University Law Review*, v. 102, n. 7, p. 2331-2388, 2022.

SAKS, Michael J.; BLANCK, Peter David. Justice improved: the unrecognized benefits of aggregation and sampling in the trial of mass torts. *Stanford Law Review*, v. 44, n. 4, p. 815-852, abr. 1992.

SALLES, Carlos Alberto de. *As grandes transformações do processo civil brasileiro*: homenagem ao professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. Class Actions: algumas premissas para comparação. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 174, p. 215-243, ago. 2009.

_____. Políticas públicas e a legitimidade para defesa de interesses difusos e coletivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 30, n. 121, p. 38-50, mar. 2005.

SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. Bellwether trials: a experiência norte-americana com os julgamentos por amostragem. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 47, n. 328, p. 221-250, jun. 2022.

_____. *Tutela coletiva e regulação econômica*: o efeito regulatório das ações Coletivas. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, Ronaldo Lima. *Teoria das normas coletivas*. 2ª ed. São Paulo: Editora LTr, 2009.

SAVAGE, Zachary B. Scaling up: implementing issue preclusion in mass tort litigation through bellwether trials. *New York University Law Review*, v. 88, n. 1, p. 439-475, abr. 2013.

SAWYER, Charles F. Class actions and statutes of limitations. *University of Chicago Law Review*, v. 48, n. 1, p. 106-124, 1981.

SCARPARO, Eduardo Kochenborger. Controle da representatividade adequada em processos coletivos no Brasil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 208, p. 125-146, jun. 2012.

SCHAUER, Frederik. Constitutionalism and Coercion. *Boston College Law Review*, v. 54, n. 5, p. 1881-1908, 2013.

SCHOOR, Charles D. Class actions: the right to solicit. *Santa Clara Law Review*, v. 16, n. 2, p. 215-248, 1976.

SCHUCK, Peter H. *Agent Orange on Trial*: mass toxic disasters in the courts. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

_____. The role of judges in settling complex cases: the Agent Orange example. *The University of Chicago Law Review*, v. 53, n. 2, p. 337-365, 1986.

_____. The worst should go first: deferral registries in asbestos litigation. *Judicature*, v. 75, n. 6, p. 318-328, abr./maio 1992.

_____. Mass torts: an institutional evolutionist perspective. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 941-989, 1994.

_____. Rethinking informed consent. *Yale Law Journal*, v. 103, n. 4, p. 899-960, jan. 1994.

_____. Some reflections on the future of mass torts. *Connecticut Insurance Law Journal*, v. 12, n. 2, p. 505-516, 2005.

_____; COHEN, Marsha N. The consumer class action: an endangered species. *San Diego Law Review*, v. 12, n. 1, p. 39-75, dez. 1974.

_____; LYTTON, Timothy D.; RABIN, Robert L. Tort as litigation lottery: a misconceived metaphor. *Boston College Law Review*, v. 52, n. 1, p. 267-288, jan. 2011.

_____; SMITH, Rogers M. Membership and consent: actual or mythic? *Yale Law Journal of International Law*, v. 11, n. 2, p. 545-552, 1986.

SCHUWERK, Robert P. Future Class Action. *Baylor Law Review*, v. 39, n. 1, p. 63-240, 1987.

SCHWARTZ, David S. Claim-Suppressing arbitration: the new rules. *Indiana Law Journal*, v. 87, n. 1, p. 239-270, 2012.

SCHWARTZ, Victor E.; JOYCE, Sherman; SILVERMAN, Cary. West Virginia as a judicial hellhole: why business fear litigating in state courts. *West Virginia Law Review*, v. 111, n. 3, p. 757-790, 2009

SCHWARZER, William W. Judicial federalism in action: coordination of litigation in federal and state courts. *Vanderbilt Law Review*, v. 78, n. 8, p. 1689-1752, nov. 1992.

_____. Settlement of mass tort class actions: order out of chaos. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 837-844, maio 1995.

_____. Judicial federalism: a proposal to amend the Multidistrict Litigation Statute to permit discovery coordination of large-scale litigation pending in state and federal courts. *Texas Law Review*, v. 73, n. 7, p. 1529-1568, jun. 1995.

SCHWARZ, Kurt A. Due process and equitable relief in state multistate class action after *Phillips Petroleum Co. v. Shutts*. *Texas Law Review*, v. 68, n. 2, p. 415-450, dez. 1989.

SCOUT, Lynn A. Type I Error, Type II Error, and the Private Securities Litigation Reform Act. *Arizona Law Review*, v. 38, n. 2, p. 711-767, 1996.

SEYEDFARSHI, Amir. Binding bellwether trials in multidistrict litigation and the right to jury trials. *Western Michigan University Cooley Journal of Practical and Clinical Law*, v. 17, n. 3, p. 295-330, 2016.

SHANNON, Joseph J. Is Zahn gone? The effect of 28 U.S.C. §1367 on the no aggregation doctrine. *Touro Law Review*, v. 19, n. 2, p. 495-528, abr. 2015.

SHAPIRO, David L. *Civil procedure*: preclusion in civil actions. New York: Foundation Press, 2001.

_____. Class actions: the class as party and client. *Notre Dame Law Review*, v. 73, n. 4, p. 913-962, maio 1998.

SHARKEY, Catherine M. CAFA settlement notice provision: optimal regulatory policy. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 6, p. 1971-2000, jun. 2008.

_____. The future of classwide punitive damages. *University of Michigan Journal of Law Reform*, v. 46, n. 4, p. 1127-1150, 2013.

_____. The BP oil spill settlements, classwide punitive damages and societal deterrence. *DePaul Law Review*, v. 64, n. 2, p. 681-710, 2015.

_____. Products liability in the digital age: online platforms as cheapest cost avoiders. *Hastings Law Journal*, v. 73, n. 5, p. 1327-1352, jul. 2022.

SHAVELL, Steven. *Foundations of economic analysis of law*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

_____. The social versus the private incentive to bring suit in a costly legal system. *The Journal of Legal Studies*, v. 11, n. 2, p. 333-339, jun. 1982.

_____. The fundamental divergence between the private and the social motive to use the legal system. *The Journal of Legal Studies*, v. 26, n. 2, p. 575-612, jun. 1997.

SHELEY, Erin L.; FRANK, Theodore H. Prospective injunctive relief and class settlements. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 39, n. 3, p. 769-832, 2016.

SHEPHERD, Joanna. Products liability and economic activity: an empirical analysis of tort reform's impact on business, employment and production. *Vanderbilt Law Review*, v. 66, n. 1, p. 257-322, jan. 2013.

_____. An empirical survey of no-injury class actions. *Emory Legal Studies Research Paper*, v. 16, n. 1, p. 1-24, fev. 2016.

SHERMAN, Edward F. Class actions and duplicative litigation. *Indiana Law Journal*, v. 62, n. 3, p. 507-560, 1987.

_____. Aggregate disposition of related cases: the policy issue. *Review of Litigation*, v. 10, n. 2, p. 231-272, 1991.

_____. Group litigation under foreign legal systems: variations and alternatives to American actions. *DePaul Law Review*, v. 52, n. 2, p. 401-432, 2002.

_____. Consumer class actions: who are the real winners. *Maine Law Review*, v. 56, n. 2, p. 223-238, 2004.

_____. Complex litigation: plagued by concerns over federalism, jurisdiction and fairness. *Akron Law Review*, v. 37, n. 4, p. 589-604, 2004.

_____. Segmenting aggregate litigation: initiatives and impediments for reshaping the trial process. *Review of Litigation*, v. 25, n. 4, p. 691-718, 2006.

_____. Class actions after the Class Action Fairness Act of 2005. *Tulane Law Review*, v. 80, n. 5, p. 1593-1616, 2006.

_____. The MDL model for resolving complex litigation if a class action is not possible. *Tulane Law Review*, v. 82, n. 6, p. 1-29, jun. 2008.

_____. Abandoned claims in class actions: implications for preclusion and adequacy of counsel. *George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 483-505, fev. 2011.

_____. Abandoned claims in class actions: implications for preclusion and adequacy of counsel. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 483-505, maio 2011.

_____. Compensating victims of mass disasters through the court systems: procedural challenges and innovations. *Russian Law Journal*, v. 1, n. 1, p. 66-79, 2013.

_____. When remand is appropriate in multidistrict litigation. *Louisiana Law Review*, v. 75, n. 2, p. 455-474, 2014.

_____. No injury plaintiffs and standing. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 834-857, maio 2014.

_____. The evolution of asbestos litigation. *Tulane Law Review*, v. 88, n. 6, p. 1021-1038, jun. 2014.

SHERRY, Suzanna. Overruling Erie: nationwide class actions and national common law. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 2135-2142, jun. 2008.

SHIMURA, Sérgio. *Tutela coletiva e sua efetividade*. São Paulo: Método, 2006.

SHIN, Susan L.; PATEL, Pravin R.; COMPARATO, Nicole; MALDONADO, Katheryn. Beware of testing the waters: wading into litigation could cost the company its arbitration right. *University of Miami Law Review*, v. 77, n. 4, p. 893-919, 2023.

SHINAR, Ruth Plato. Class actions against banks under the new Israeli law on class actions. *Annual Review of Banking and Financial Law*, v. 26, n. 1, p. 256-283, 2007.

_____. Israel: the new law on class actions. *The Journal of Business Law*, v. 2007, n. 1, p. 527-540, ago. 2007.

SILBERMAN, Linda. The vicissitudes of the American class action, with a comparative eye. *Tulane Journal of International and Comparative Law*, v. 7, n. 1, p. 201-2018, 1999.

_____. The role of choice of law in national class action. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 2001-2034, jun. 2008.

_____. Choice of law in national class action: should CAFA make a difference? *Roger Williams University Law Review*, v. 14, n. 1, p. 54-72, 2009.

_____; CHOI, Stephen J. Transnational litigation and global securities class action lawsuits. *Wisconsin Law Review*, v. 2009, n. 2, p. 465-506, 2009.

SILICIANO, John A. Corporate behavior and the social efficiency of tort law. *Michigan Law Review*, v. 85, n. 8, p. 1820-1864, ago. 1987.

_____. Mass torts and rhetoric class. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 990-1013, 1994.

SILVA, José Afonso da. *Ação popular constitucional*: doutrina e processo. 2ª ed. São Paulo: Malheiros 2007.

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. *A legitimidade do indivíduo nas ações coletivas*. Rio de Janeiro: GZ, 2013.

_____. Opt in v. opt out: em defesa do opt out como modelo para as ações coletivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 238, p. 215-234, dez. 2014.

_____. Ações coletivas transnacionais: a experiência canadense e o aprimoramento do conceito de acesso à justiça. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 171-183, set./dez. 2022.

SILVA, Ricardo Alexandre da. *A nova dimensão da coisa julgada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SILVER, Charles. A restitutionary theory of attorneys' fees in class actions. *Cornell Law Review*, v. 76, n. 3, p. 656-721, 1991.

_____. Comparing class actions and consolidations. *Review of Litigation*, v. 10, n. 2, p. 495-520, 1991.

_____. Unloading the lodestar: toward a new fee award procedure. *Texas Law Review*, v. 70, n. 4, p. 865-970, mar. 1992.

_____. Due process and the Lodestar method: you can't get there from here. *Tulane Law Review*, v. 74, n. 5, p. 1809-1846, jun. 2000.

_____. We're scared to death: does class certification subject defendants to blackmail? *New York University Law Review*, v. 78, n. 4, p. 1357-1430, out. 2003.

_____. Dissent from recommendation to set fees ex post. *Review of Litigation*, v. 25, n. 3, p. 497-500, 2006.

_____. Incentivizing institutional investors to serve as lead plaintiffs in securities fraud class actions. *DePaul Law Review*, v. 57, n. 2, p. 471-508, 2008.

_____. Ethics and innovation. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 754-772, maio 2011.

_____. The responsibilities of lead lawyers and judges in multidistrict litigation. *Fordham Law Review*, v. 79, n. 5, p. 1985-2004, abr. 2011.

_____. Is the price right: an empirical study of fee-setting in securities class actions. *Columbia Law Review*, v. 115, n. 6, p. 1371-1452, out. 2015.

_____. The unconstitutional assertion of inherent powers in multidistrict litigation. *Brigham Young University Law Review*, v. 48, n. 6, p. 1869-1960, 2023.

_____. The suspect restitutionary basis for common benefit fee awards in multi-district litigations. *Texas Law Review*, v. 101, n. 7, p. 1653-1678, jun. 2023.

_____; BAKER, Lynn. Mass lawsuits and the aggregate settlement rule. *Wake Forest Law Review*, v. 32, n. 3, p. 733-780, 1997.

_____; _____. I cut, you choose: the role of plaintiff's counsel in allocating settlement proceeds. *Virginia Law Review*, v. 84, n. 8, p. 1465-1540, nov. 1998.

_____; _____. The aggregation settlement rule and ideals of client service. *South Texas Law Review*, v. 41, n. 1, p. 227-246, 1999.

_____; _____.Fiduciaries and fees: preliminary thoughts. *Fordham Law Review*, v. 79, n. 5, p. 1833-1868, abr. 2011.

_____; _____. In defense of private claims resolution facilities. *Law and Contemporary Problems*, v. 84, n. 2, p. 45-72, 2021.

_____; PUSHAW, Robert J. The unconstitutional assertion of inherent powers in multidistrict litigation. *Brigham Young University Law Review*, v. 48, n. 6, p. 1869-1960, 2023.

SILVESTRI, Elisabetta. Towards a common framework of collective redress in Europe? An update on the latest initiatives of the European Commission. *Russian Law Journal*, v. 1, n. 1, p. 46-56, fev. 2015.

SIMARD, Linda Sandstrom. Fees, incentive and deterrence. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 160, n. 1, p. 10-18, 2011.

_____. Foreign citizens in transnational class actions. *Cornell Law Review*, v. 97, n. 1, p. 87-130, nov. 2011.

_____. Transnational class actions and the risk of relitigation. *Southwestern Journal of International Law*, v. 18, n. 2, p. 501-508, 2012.

_____. A view from within the Fortune 500: an empirical study of negative value class actions and deterrence. *Indiana Law Review*, v. 47, n. 3, p. 739-786, 2014.

_____. Fair, reasonable and adequate according to who: cy pres distributions that result in cheap settlements and generous attorney fees, but no financial benefit to class members. *Southern California Law Review*, v. 88, n. 1, p. 55-61, 2015.

_____. Rule 23: what it reveals about how and when courts should ascertain the identities of individual class members. *University of Pittsburgh Law Review*, v. 84, n. 2, p. 437-456, 2022.

SIMEONE, Joseph J. Class suits under the codes. *Western Reserve Law Review*, v. 7, n. 1, p. 5-44, dez. 1955.

SISSON, Roger G. Relaxing the dead hand's grip: charitable efficiency and the doctrine of cy pres. *Virginia Law Review*, v. 74, n. 3, p. 635-654, abr. 1988.

SMITH, Jeffrey Q.; MACQUEEN, Grant R. Trials continue to decline in federal and state courts. Does it matter? *Judicature*, v. 101, n. 4, p. 26-39, 2017.

SMITH, Jenna C. Carving at the joints: using issue classes to reframe consumer class actions. *Washington Law Review*, v. 88, n. 3, p. 1187-1225, out. 2013.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Common law*: introdução ao direito dos EUA. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais 2000.

SOLDO, Linda J. Parklane Hosiery: offensive use of nonmutual collateral estoppel in federal courts. *Catholic University Law Review*, v. 29, n. 2, p. 509-528, 1980.

SOLOMON, Patricia Anne. Are mandatory class action unconstitutional? *Notre Dame Law Review*, v. 72, n. 5, p. 1627-1646, fev. 2014.

SOLOVY, Jerold S.; MARMER, Ronald L.; CHORVAT, Timothy J.; FEINBERG, David M. *Moore's Federal Practice Civil*. New York: LexisNexis, 2023.

SOLUM, Lawrence B. Procedural justice. *Georgetown Law Faculty Publications and Other Works*, v. 78, n. 1, p. 181-322, nov. 2004.

SORABJI, John. Reflections on the Commission Communication on Collective Redress. *Irish Journal of European Law*, v. 17, n. 1, p. 62-76, 2014.

SOUZA, Moutari Ciochetti de. *Ação civil pública e inquérito civil*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SPIER, Kathryn E. The use of most-favored-nation clauses in settlement of litigation. *The Rand Journal of Economics*, v. 34, n. 1, p. 78-95, 2003.

_____; ROSENBERG, David. Incentives to invest in litigation and the superiority of the class action. *Journal of Legal Analysis*, v. 6, n. 2, p. 305-366, 2014.

STADLER, Astrid. Funding of mass actions in Germany: caught between a rock and a hard place? In: BOOM, Willem H. Van. *Litigation, Costs, Funding and Behavior: Implications for the Law*. Routledge, 2017.

STEINMAN, Adam N. Sausage making, pig's ears and congressional expansions of federal jurisdiction: Exxon Mobil v. Allapattah and its lessons for the Class Action Fairness Act. *Washington Law Review*, v. 81, n. 2, p. 279-336, maio 2006.

STEINMAN, Joan. Law of the case: a judicial puzzle in consolidated and transferred cases and in multidistrict litigation. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 135, n. 3, p. 595-706, mar.1987.

STERNLIGHT, Jean R. Panacea or corporate tool: debunking the Supreme Court's preference for binding arbitration. *Washington University Law Quarterly*, v. 74, n. 3, p. 637-712, 1996.

_____. As mandatory binding arbitration meets the class action, will the class action survive? *William and Mary Law Review*, v. 42, n. 1, p. 1-126, out. 2000.

_____. Is the U.S. out on a limb – comparing the U.S. approach to mandatory consumer and employment arbitration to that of the rest of the world. *University of Miami Law Review*, v. 56, n. 4, p. 831-864, jul. 2002.

_____. The rise and spread of mandatory arbitration as a substitute for jury trial. *University of San Francisco Law Review*, v. 38, n. 1, p. 17-38, 2003.

_____. Creeping mandatory arbitration: is it just? *Stanford Law School*, v. 57, n. 5, p. 1631-1676, abr. 2005.

_____. Tsunami: AT&T Mobility LCC v. Concepcion impedes access to justice. *Oregon Law Review*, v. 90, n. 3, p. 703-728, 2012.

_____. Mandatory binding arbitration clauses prevent consumers from presenting procedurally difficult claims. *Southwestern Law Review*, v. 42, n. 1, p. 87-130, 2012.

_____. Disarming employees: how American employers are using mandatory arbitration to deprive workers of legal protection. *Brooklyn Law Review*, v. 80, n. 4, p. 1309-1356, 2015.

_____; JENSEN, Elizabeth J. Using arbitration to eliminate consumer class actions: efficient business practice or unconscionable abuse? *Law and Contemporary Problems*, v. 67, n. 1, p. 75-104, 2004.

STIER, Byron G. Resolving the class action crisis: mass tort litigations as network. *Utah Law Review*, v. 2005, n. 3, p. 863-938, 2005.

_____. Jackpot justice: verdict variability and mass tort class actions. *Temple Law Review*, v. 80, n. 4, p. 1013-1066, 2007.

_____. Crimtorts, class actions and the emerging mass tort method. *Wildener Law Journal*, v. 17, n. 3, p. 893-926, 2008.

_____. Now it's personal: punishment and mass tort litigation after Philip Morris v. Williams. *Charleston Law Review*, v. 2, n. 2, p. 433-458, 2008.

_____. The sale and settlement of mass tort claims: alternative litigation finance and a possible future of mass tort resolution. *Wildener Law Journal*, v. 23, n. 1, p. 193-228, 2013.

_____. New frontiers in tort law and the challenges of science, technology and innovation: an introduction. *Southwestern Law Review*, v. 49, n. 3, p. 349-361, 2021.

_____; CALNAN, Alan. Perspectives on asbestos litigation: overview and preview. *Southwestern University Law Review*, v. 37, n. 3, p. 459-478, 2008.

STRICKLER, George M. Protecting the class: the search for the adequate representative in class action litigation. *DePaul Law Review*, v. 34, n. 1, p. 73-162, 1984.

STUDER, Anne Marie. Alternative dispute resolution – arbitration: waiver of federal arbitration right no longer requires showing of prejudice. *North Dakota Law Review*, v. 98, n. 1, p. 159-173, 2023.

STUHAN, Richard G.; COSTELLO, Sean P. Robbing Peter to pay Paul: the conflict of interest problem in sibling class actions. *Georgetown Journal of Legal Ethics*, v. 21, n. 4, p. 1195-1228, 2008.

STUYCK, Jules. Class action in Europe? To opt-in or to opt-out, that is the question. *European Business Law Review*, v. 20, n. 4, p. 483-505, 2009.

SUBRIN, Stephen; DYKSTRA, Richard. Notice and the right to be heard: the significance of old friends. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, v. 9, n. 3, p. 449-481, maio 1974.

SUNSTEIN, Cass R.; HOLMES, Stephen. *The cost of rights*: why liberty depends on taxes. New York: W.W. Norton, 2000.

SWALM, Robert S. The offensive use of non-mutual collateral estoppel and the seventh amendment. *Stetson Law Review*, v. 9, n. 1, p. 182-199, 1979.

SYMEONIDES, Symeon C. The ALI's Complex Litigation Project: Commencing the National Debate. *Louisiana Law Review*, v. 54, n. 4, p. 843-896, mar. 1994.

SZALAI, Imre S. The Supreme Court's Lamp Plus arbitration decision: a fading light for class actions. *Harvard Negotiation Law Review*, v. 25, n. 1, p. 1-36, 2019.

TALAMINI, Eduardo. Coisa julgada e sua revisão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Direito Individuais Homogêneos e seu substrato coletivo: ação coletiva e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil de 2015. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 40, n. 241, p. 337-358, mar. 2015.

_____. A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil de 2015. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. (coords.). *Julgamento de casos repetitivos*. Salvador: Juspodivm, 2016.

TALATI, Ashish R. The Class Action Fairness Act of 2005: changing the class action landscape circuit by circuit. *Food & Drug Law Journal*, v. 61, n. 3, p. 561-568, 2006.

TARUFFO, Michele. *Processo Civil Comparado*: ensaios. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

_____. Abuso de direitos processuais: padrões comparativos de lealdade processual (Relatório Geral). *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 177, p. 153-183, nov. 2009.

_____. I limiti soggettivi del giudicato e le class actions. *Rivista de Diritto Processuale*, Padova, n. 24, 1969.

_____. Collateral estoppel e giudicato sulle questioni. *Rivista di diritto processuale*, Padova, v. 27, n. 1, p. 288-299, 1972.

_____. Modelli di tutela giurisdizionale degli interessi collettivi. In: LANFRANCHI, Lucio (org.). *La tutela giurisdizionale degli interessi diffusi e collettivi*. Torino: G. Giappichelli, 2003.

_____. Some remarks on group litigation in comparative perspective. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 11, n. 2, p. 405-422, 2001.

_____. Notes on the collective protection of rights. In: *I Conferencia Internacional y XXIII Jornadas Iberoamericanas de derecho procesal: procesos colectivos class actions*. Buenos Aires: International Association of Procedural Law y Instituto Iberoamericano de derecho procesal, 2012.

_____; HAZARD JR., Geoffrey C. *La giustizia civile negli Stati Uniti*. Bologna: Editore Il Mulino, 1993.

TAVARES, Fernando Horta. *Constituição, Direito e Processo*: princípios constitucionais do processo. Curitiba: Juruá, 2008.

TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. *A certificação coletiva*: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos. Salvador: Juspodivm, 2020.

TEMER, Sofia. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

_____. *Participação no processo civil*: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020.

TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. Normas constitucionais e direito civil: a recente experiência brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Porto*, Porto, v. 17-18, p. 403-425, 2022.

_____; VIÉGAS, Francisco de Assis Wagner. Arbitration and private autonomy: challenges to delimiting consent. *Macau Journal of Brazilian Studies*, v. 1, n. 2, p. 35-44, 2018.

TERRY, Nicolas. The opioid litigation unicorn. *South Carolina Law Review*, v. 70, n. 3, p. 637-667, 2019.

TESHEINER, José Maria. *Elementos para uma teoria geral do processo*. São Paulo: Saraiva, 1993.

_____. *Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. Do incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto de Código de Processo Civil (artigos 895 a 906). *Revista jurídica*, Porto Alegre, v 58, n. 393, p. 27-34, jul. 2010.

_____; PORTO, Guilherme Athayde. Ações de classe nos Estados Unidos da América do Norte: histórico, características, o CAFA (Class Action Fairness Act) e a ação ajuizada contra a Petrobras na Corte de New York. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 105, n. 971, p. 93-116, set. 2016.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge*: improving decisions about health, wealth and happiness. New Haven: Yale University Press, 2008.

THAMAY, Rennan Faria Kruger. O processo coletivo na teoria geral do processo civil: legitimidade e coisa julgada. *Revista de Direito*, v. 5, n. 2, p. 161-215, 2013.

THEIS, William H. Zahn v. International Paper Co.: the non-aggregation rule in jurisdictional amount cases. *Louisiana Law Review*, v. 35, n. 1, p. 89-109, 1974.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*. 48ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. Um novo Código de Processo Civil para o Brasil. *Revista Magister de Direito Civil e Processo Civil*, São Paulo, n. 37, p. 233-244, 2010.

THOMAS, Margaret S. Morphing case boundaries in multidistrict litigation settlements. *Emory Law Journal*, v. 63, n. 6, p. 1339-1381, 2014.

THOMAS, Randall S.; FITZPATRICK, Brian T. *The Cambridge Handbook of Class Actions* – an International survey. New York: Cambridge University Press, 2021.

THOMPSON, Barton H. The continuing innovation of citizen enforcement. *University of Illinois Law Review*, v. 2000, n. 1, p. 185-236, 2000.

THREADCRAFT, Joshua H. The class action settlement: when the good can become the bad and the ugly. *Journal of the Legal Profession*, v. 25, n. 1, p. 227-238, 2001.

TIDMARSH, Jay. Unattainable justice: the form of complex litigation and the limits of judicial power. *George Washington Law Review*, v. 60, n. 6, p. 1683-1817, ago. 1992.

_____. Rethinking the adequacy of representation. *Texas Law Review*, v. 87, n. 6, p. 1137-1204, maio 2009.

_____. Aggregate litigation reconsidered. *The George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 293-305, 2011.

_____. Living in CAFA's world. *Review of Litigation*, v. 32, n. 4, p. 691-720, 2013.

_____. Superiority as unity. *Northwestern University Law Review*, v. 107, n. 2, p. 565-592, 2013.

_____. Auctioning class settlements. *William & Mary Law Review*, v. 56, n. 1, p. 227-268, out. 2014.

_____. Cy pres and the optimal class action. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 767-797, maio 2014.

_____. Diagnosis and treatment of the superiority problem. *Vanderbilt Law Review*, v. 69, n. 1, p. 267-278, 2016.

_____. The future of multidistrict litigation. *Connecticut Law Review*, v. 51, n. 3, p. 769-799, jun. 2019.

_____. The negotiation class action. *Jotwell: the journal of things we like*, v. 2019, n. 11, p. 1-13, nov. 2019.

_____; BETSON, David. Optimal class size, opt-out rights and indivisible remedies. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 542-576, maio 2011.

_____; SIMARD, Linda Sandstrom. Foreign citizens in transnational class actions. *Cornell Law Review*, v. 97, n. 1, p. 87-130, nov. 2011.

_____; TRANGSRUD, Roger H. *Complex litigation and the adversary system*. New York: Foundation Press, 1998.

_____; _____. *Complex litigation*: problems in advanced civil procedure. New York: Foundation Press, 2002.

_____; _____. *Modern complex litigation*. 2ª ed. New York: Foundation Press, 2010.

_____; _____. *Complex litigation and its alternatives*. St. Paul: Foundation Press, 2018.

TIMMONS, Kyle Harris. The end of low-value consumer class action lawsuits: the federal circuit split on the ascertainability requirement for class certification. *Mercer Law Review*, v. 68, n. 4, p. 1107-1144, 2017.

TRANGSRUD, Roger H. Joinder alternatives in mass tort litigation. *Cornell Law Review*, v. 70, n. 5, p. 779-849, 1984.

_____. Mass trials in mass tort cases: a dissent. *University of Illinois Law Review*, v. 1989, n. 1, p. 69-88, 1989.

_____. Federalism and mass tort litigations. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 148, n. 1, p. 2263-2274, 1999.

_____. James F. Humphreys Complex Litigation Lecture: the adversary system and modern class action practice. *George Washington Law Review*, v. 76, n. 2, p. 181-196, fev. 2008.

_____. Aggregate litigation reconsidered. *Georgetown Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 293-305, maio 2011.

_____. Class actions and access to justice. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 3, p. 595-605, maio 2014.

TROCKER, Nicolò. *Processo e costituzione*. Milano: Giuffrè, 1974.

_____. Gli interessi diffusi nell'opera della giurisprudenza. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, Milano, ano XLI, n. 4, dez. 1987.

_____. Limiti soggettivi del giudicato tra tecniche di tutela sostanziale e garanzie di difesa processuale (profili dell'esperienza giuridica tedesca). *Rivista di Diritto Processuale*, v. 43, p. 35-95, 1988.

_____. Civil law e common law nella formazione del diritto processuale europeo. *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, Milano, v. 2, n. 1, p. 421-466, 2007.

_____. Class actions negli USA. E in Europa? *Rivista di diritto processuale*, Padova, v. 75, n. 2, p. 752-779, 2020.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Class action e mandado de segurança coletivo*. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Devido processo legal e tutela jurisdicional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil (arts. 318 a 368)*. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. 2ª ed. São Paulo: Marcial Pons, 2020.

_____. Garantias constitucionais do processo em relação a terceiros. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 5, n. 4253, p. 82-105, jul./ago. 2008.

_____. Garantias constitucionais da duração razoável do processo e da economia processual no projeto do código de processo civil. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 8, n. 43, p. 25-39, jul./ago. 2011.

_____. Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada nas ações coletivas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 102, p. 399-424, jan./dez. 2007.

_____; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

TURING, Alan Mathison. Computing machinery and intelligence. *Mind*, v. 59, n. 236, p. 433-460, out. 1950.

TWINER III, Olger C. Federal Rule of Civil Procedure 23(a)(3) typicality requirement: the superfluous prerequisite to maintaining a class action. *Ohio State Law Journal*, v. 42, n. 3, p. 797-812, 1981.

URBANEZYK, Reinhard. *Zur Verbandsklage in Zivilprozess*. Berlin: Carl Heymanns Verlag, 1981.

UZELAC, Alan; VOET, Stefaan. *Class action in Europe*: holy grail or a wrong trail? Springer, 2021.

VAIRO, Georgene. Reinventing civil procedure: will the new procedural regime help resolve mass torts? *Brooklyn Law Review*, v. 59, n. 3, p. 1065-1094, 1993.

_____.Why me? The role of private trustees in complex claims resolution. *Stanford Law Review*, v. 67, n. 5, p. 1391-1428, abr. 2005.

_____. Is class action really dead? Is that good or bad for class members? *Emory Law Journal*, v. 64, n. 2, p. 477-530, 2014.

VAKSDAL SMITH, Diane. Finality of judgement: issue preclusion, claim preclusion and law of the case. *Colorado Lawyer*, v. 35, n. 7, p. 43-48, jul. 2006.

VALDES, Francisco. Procedure, policy and power: class actions and social justice in historical and comparative perspective. *Georgia State University Law Review*, v. 24, n. 3, p. 627-662, 2012.

VAN DER VYER, Johan David. *Actiones populares* and the problem of standing in Roman, Roman-Dutch, South African and American Law. *Acta Juridica*, v. 1978, n. 1, p. 191-206, 1978.

VANCE, Sarah S. A primer on the Class Action Fairness Act of 2005. *Tulane Law Review*, v. 80, n. 5, p. 1617-1644, jun. 2006.

VANNI, Domitilla. La class action e la funzione di deterrenza degli illeciti civili in prospettiva comparatistica. In: CERAMI, Pietro; SERIO, Mario (coords.). *Scritti di comparazione e storia giuridica*. Torino: Giappichelli Editore, 2011.

VARGAS, Daniel Viana. *Execução diferenciada dos direitos reconhecidos nos julgamentos de casos repetitivos*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

VARGO, John F. The American Rule on Attorney Fee Allocation: the injured person's access to justice. *The American University Law Review*, v. 42, n. 4, p. 1567-1636, 1993.

VASCONCELOS, Layanna Piau; OROSO, Catharina Peçanha Martins. A participação das vítimas nas claim resolution facilities: o que a América do Sul tem a considerar a partir da experiência estrangeira? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 306, p. 347-366, ago. 2020.

VENNER, Clarence H. Extortionate corporate litigation: the strike suit. *Columbia Law Review*, v. 34, n. 7, p. 1308-1321, nov. 1934.

_____. The American Rule on attorney fee allocation: the injured person's access to justice. *American University Law Review*, v. 42, n. 4, p. 1567-1636, 1993.

VENTURI, Elton. *Processo civil coletivo:* a tutela jurisdicional dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos no Brasil – perspectivas de um Código Brasileiro de Processos Coletivos. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. Disposições gerais. In: GIDI, Antonio; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. *Comentários ao Código Modelo de Processos Coletivos – um diálogo ibero-americano*. Salvador: Juspodivm, 2009.

_____. O Problema da representação processual das associações civis na tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos segundo a doutrina de Alcides Alberto Munhoz da Cunha e a atual orientação do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 255, p. 277-290, maio 2016.

VESTAL, Allan D. Preclusion/res judicata variables: parties. *Iowa Law Review*, v. 50, n. 1, p. 27-76, 1964.

_____. Restatement (second) of judgements: a modest dissent. *Cornell Law Review*, v. 66, n. 3, p. 464-509, mar. 1981.

VEYRE, Liza. *La notion de partie en procédure civile*. Paris: Institut de recherche juridique de la Sorbonne Éditions, 2017.

VIAFORE, Daniele. *As ações repetitivas no direito brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

VIDAL, Ludmila Camacho Duarte. O acordo coletivo adequado nos Estados Unidos – desvios e afinidades com o sistema coletivo brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, v. 22, n. 2, p. 726-746, 2016.

VIEIRA, Andréia Costa. *Civil Law e Common Law*: os dois grandes sistemas legais comparados. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editora, 2017.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Public interest law: a Brazilian perspective. *UCLA Journal of International Law and Foreign Affairs*, v. 13, n. 1, p. 219-262, 2008.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Tutela jurisdicional coletiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *Ação civil pública*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. A Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, e a nova disciplina da coisa julgada nas ações coletivas: inconstitucionalidade. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 86, n. 745, p. 67-72, nov. 1997.

_____. Defendant class action brasileira: limites propostos para o Código de Processos Coletivos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. (coords.). *Direito Processual Coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Litigiosidade contida (e o contingenciamento da litigiosidade). In: SALLES, Carlos Alberto de. *As grandes transformações do processo civil brasileiro*: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

VIGORITI, Vincenzo. *Interessi collettivi e processo*: la legittimazione ad agire. Milano: Giuffré, 1979.

_____. *Garanzie costituzionali del processo civile*. Milano: Giuffrè, 1973.

_____. Class action e azione collettiva risarcitoria: la legittimazione ad agire e altro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 160, p. 181-204, jun. 2008.

_____. L'azione risarcitoria di classe: sollecitazioni europee, resistenze italiane. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 35, n. 180, p. 245-261, fev. 2010.

VILLALON, Felipe. Different bells for different wethers: random sampling and other bellwether selection trends in products liability. *Connecticut Law Review*, v. 55, n. 2, p. 501-527, jan. 2023.

VILLONE, Massimo. La collocazione istituzionale dell'interesse diffuso (Considerazioni sul sistema statunitense). In: GAMBARO, Antonio (coord). *La tutela degli interessi diffusi nel diritto comparato*: con particolare riguardo alla protezione dell'ambiente e dei consumatori. Milano: Giuffrè, 1976.

VINOGRADOFF, Paul Gavrilovitch. *Villainage in England*: essays in English medieval history. Oxford: Andesite Press, 2015.

VIOLIN, Jordão. *Ação coletiva passiva*: fundamentos e perfis. Salvador: Juspodivm, 2008.

VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo:* dos direitos aos litígios coletivos. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

_____. Tipologia dos litígios transindividuais: um novo ponto de partida para a tutela coletiva. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 40, n. 247, p. 353-384, set. 2015.

_____. Atipicidade dos meios de execução no processo coletivo: em busca de resultados sociais significativos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 275, p. 273-310, jan. 2018.

_____. Ações coletivas passivas: por que elas não existem nem deveriam existir? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, p. 297-335, abr. 2018.

_____. Levando os conceitos a sério: processo estrutural, processo coletivo, processo estratégico e suas diferenças. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 284, p. 333-369, out. 2018

_____. De quem é o meio ambiente? Parâmetros para um modelo de tutela jurisdicional adequada à luz da teoria dos litígios coletivos. *Revista de Processo Comparado*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 251-297, jul./dez. 2018.

_____. Litígios estruturais: decisão e implementação de mudanças socialmente relevantes pela via processual. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (orgs.). *Processos estruturais*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

_____. Consolidação das leis do processo coletivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 44, n. 290, p. 305-337, abr. 2019.

_____. O Fundo federal de defesa dos direitos difusos e o desvio de finalidade na aplicação dos seus recursos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 278, n. 3, p. 221-250, set./dez. 2019.

_____. O futuro do processo coletivo: considerações sobre o relatório analítico propositivo do Conselho Nacional de Justiça. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 44, n. 295, p. 195-223, set. 2019.

_____. *Processo civil estrutural*: teoria e prática. Salvador: Juspodivm, 2020.

_____. Análise econômica e comportamental da distribuição do custo da prova no processo coletivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 47, n. 327, p. 235-262, maio 2022.

VOEFFRAY, François. *L'actio populaire ou la défense de l'intérêt collectif devant les juridictions internationales*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

VOET, Stefaan. Cultural dimensions of group litigation: the Belgian case. *Georgia Journal of International and Comparative Law*, v. 41, n. 2, p. 433-480, 2013.

_____. European collective redress: a status quaestionis. *International Journal of Procedural Law*, v. 4, n. 1, p. 97-128, 2014.

_____. The Crux of the Matter: Funding and Financing Collective Redress Mechanisms. In: HESS, Burkhard; BERGSTRÖM, Maria; STORSKRUBB, Eva (Coords.). *EU Civil Justice*: current issues and further outlook. Oxford: Bloomsbury, 2016.

_____. Where the wild things are: reflections on the state and future of European Collective Redress. In: KEIRSE, ANNE; LOOS, MARCO (Coord.). *Waves in Contract and Liability Law in three decades of ius commune*. Cambridge: Intersentia, 2017.

_____. Europe's Collective Redress Conundrum. *Japanese Yearbook of International Law*, v. 61, n. 1, p. 205-230, 2018.

_____. O enigma da tutela coletiva na Europa. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1032-1066, set./dez. 2021.

WALKER, Janet. Crossborder class actions: a view from across the border. *Michigan State Law Review*, v. 2004, n. 3, p. 755-798, 2004.

WALKER, Laurens. The end of the New Deal and the Federal Rules of Civil Procedure. *Iowa Law Review*, v. 82, n. 4, p. 1269-1292, maio 1997.

_____. A model plan to resolve federal class action cases by jury trial. *Virginia Law Review*, v. 88, n. 2, p. 405-446, abr. 2002.

_____; MONAHAN, John. Empirical questions with empirical answers. *Wisconsin Law Review*, v. 1991, n. 4, p. 569-594, 1991.

_____; _____. MONAHAN, John. Sampling liability. *Virginia Law Review*, v. 85, n. 2, p. 329-352, mar. 1999.

WALKER, Richard H.; SEYMOUR, J. Gordon. Recent judicial and legislative developments affecting the Private Securities Fraud Class Action. *Arizona Law Review*, v. 40, n. 3, p. 1003-1023, 1998.

WALTER, Gerhard. Mass tort litigation in Germany and Switzerland. *Duke Journal of Comparative and International Law*, v. 11, n. 2, p. 369-380, 2001.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidade do processo e da sentença*. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Sentença civil*: liquidação e cumprimento. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Litispendência em ações coletivas. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (orgs.). *Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____. Direito processual coletivo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo. *Direito Processual Coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: civil law e common law. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 172, p. 121-174, jun. 2009.

_____. Apontamentos sobre as ações coletivas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. (coords.). *Processo Coletivo*: do surgimento à atualidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. O que é abrangido pela coisa julgada no direito processual civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 230, p. 75-92, abr. 2014.

_____; MEDINA; José Miguel de Garcia. *Breves comentários à nova sistemática processual civil*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____; VIGORITI, Vicenzo (orgs.). *Processo Coletivo – Do surgimento à atualidade.* São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

_____; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. *Primeiros comentários ao Novo Código de Processo Civil*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

_____; DANTAS, Bruno. *Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores*. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

WARSHAUER, Samantha Y. When futures fight back: for long-latency injury claimants in mass tort class actions, are asymptomatic subclasses the cure to the disease? *Fordham Law Review*, v. 72, . 4, p. 1219-1282, mar. 2004.

WASSERMAN, Rhonda. *Procedural due process*: a reference guide to the United States Constitution. Westport: Praeger Publishers, 2004.

_____. Dueling class actions. *Boston University Law Review*, v. 80, n. 3, p. 461-543, 2000.

_____. The curious complications with back-end opt-out rights. *William and Mary Law Review*, v. 49, n. 2, p. 373-460, nov. 2007.

_____. Transnational class actions and interjurisdictional preclusion. *Notre Dame Law Review*, v. 86, n. 1, p. 313-380, fev. 2011.

_____. Cy pres in class action settlements. *Southern California Law Review*, v. 88, n. 1, p. 97-164, nov. 2014.

WATANABE, Kazuo. *A cognição no processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. Tutela jurisdicional dos interesses difusos: a legitimação para agir. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). *A Tutela dos interesses difusos*: doutrina, jurisprudência e trabalhos forenses. São Paulo: Max Limonade, 1984.

_____. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (org.). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

_____. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 17, n. 67, p. 15-25, jul./set. 1992.

_____. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 139, p. 28-35, set. 2006.

_____. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (coords.). *Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Do objeto litigioso das ações coletivas: cuidados necessários para sua correta fixação. In: MILLARÉ, Edis (coord.). *Ação civil pública ambiental após 25 anos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. *A cognição no processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____; GRINOVER, Ada Pellegrini; NERY JR., Nelson. *Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

WATKINS, Myron W. Electrical equipment antitrust cases: their implications for government and for business. *The University of Chicago Law Review*, v. 29, n. 1, p. 97-110, 1961.

WATSON, Garry D. Class actions: the Canadian experience. *Duke Journal of Comparative and International Law*, v. 11, n. 2, p. 269-288, 2001.

WEBBER, David H. Is pay-to-play driving public pension fund activism in securities class actions – an empirical study. *Boston University Law Review*, v. 90, n. 5, p. 2031-2082, out. 2010.

_____. The plight of the individual investor in securities class actions. *Northwestern University Law Review*, v. 106, n. 1, p. 157-224, 2012.

_____. Private policing of merges and acquisitions: an empirical assessment of institutional lead plaintiff in transactional class and derivate actions. *Delaware Journal of Corporate Law,* v. 38, n. 3, p. 907-982, 2014.

_____. Shareholder litigation without class actions. *Arizona Law Review*, v. 57, n. 1, p. 201-268, 2015.

_____. Reforming pensions while retaining shareholder voices. *Boston University Law Review*, v. 99, n. 3, p. 1001-1022, maio 2019.

WEBER, Mark C. Complex litigation and the state courts: constitutional and practical advantages of the state forum over the federal forum in mass tort cases. *Hastings Constitutional Law Quarterly*, v. 21, n. 2, p. 215-274, 1994.

_____. Preclusion and procedural due process in Rule 23(b)(2) class actions. *University of Michigan Journal of Law Reform*, v. 21, n. 3, p. 347-414, 1988.

_____. Consent-based approach to class action settlement: improving Amchem Products, Inc. v. Windsor. *Ohio State Law Journal*, v. 59, n. 4, p. 1155-1222, 1998.

_____. Thanks for not suing: the prospects for state court class action litigation over tobacco injuries. *Georgia Law Review*, v. 33, n. 3, p. 979-1020, 1999.

_____. Mass jury trials in mass tort cases: some preliminary issues. *DePaul Law Review*, v. 48, n. 2, p. 463-478, 1999.

_____. Forum allocation in toxic tort cases: lessons from tobacco litigation and other recent developments. *William and Mary Environmental Law and Policy Review*, v. 26, n. 1, p. 93-122, 2001.

_____. Idea class action after Wal-Mart v. Dukes. *University of Toledo Law Review*, v. 45, n. 3, p. 471-504, 2014.

WEDDLE, Daniel M. Settlement class actions and mere-exposure future claimants: problems in mass toxic tort liability. *Drake Law Review*, v. 47, n. 1, p. 113-140, 1998.

WEINSTEIN, Andrew S. Avoiding the race to res judicata: federal anti-suit injunctions of competing state class actions. *New York University Law Review*, v. 75, n. 4, p. 1085-1120, out. 2000.

WEINSTEIN, Jack B. *Individual justice in mass tort litigation*: the effect of class actions, consolidations, and other multiparty devices. Evanston: Northwestern University Press, 1995.

_____. Ethical dilemmas in mass tort litigation. *Northwestern University Law Review*, v. 88, n. 2, p. 469-568, 1993.

_____. An introduction to who's who in mass toxic torts. *Cornell Law Review*, v. 80, n. 4, p. 845-850, maio 1995.

_____. The democratization of mass actions in the internet age. *Columbia Journal of Law and Social Problems*, v. 45, n. 1, p. 451-471, 2015.

WEINTRAUB, Russel J. Revolution in the choice of law for torts. *American Bar Association Journal*, v. 51, n. 5, p. 441-444, maio 1965.

_____. The future of choice of law for torts: what principles should be preferred. *Law and Contemporary Problems*, v. 41, n. 2, p. 146-163, 1977.

_____. Methods for resolving conflict of law problems in mass tort litigation. *University of Illinois Law Review*, v. 1989, n. 1, p. 129-156, 1989.

_____. Choice of law as an impediment to certifying a national class action. *South Texas Law Review*, v. 46, n. 4, p. 893-912, 2005.

WEISS, Elliott J.; BECKERMAN, John S. Let the Money do the monitoring: how institutional investors can reduce agency costs in securities class actions. *Yale Law Journal*, v. 104, n. 8, p. 2053-2128, jun. 1995.

WERNECK, Cláudia. *Sociedade inclusiva*: quem cabe no seu todos*?* Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.

WERNER, Marc S. The viability and significance of class actions alternatives under CAFA's mass action provisions. *George Law Journal*, v. 103, n. 2, p. 465-496, jan. 2015.

WHITE, Michele J. Asbestos and the future of mass torts. *Journal of Economic Perspectives*, v. 18, n. 2, p. 183-204, 2004.

WHITNEY, Melissa J. *Bellwether trials in MDL Proceedings*: a guide for transferee judges. Federal Judicial Center and Judicial Panel on Multidistrict Litigation. Federal Judicial Center Pocket Guide Series, 2019.

WILF-TOWNSEND, Daniel. Did Bristol-Myers Squibb kill the nationwide class action? *Yale Law Journal Forum*, v. 129, n. 1, p. 205-237, nov. 2019.

_____. Class action boundaries. *Fordham Law Review*, v. 90, n. 4, p. 1611-1664, 2022.

_____. Assembly-line plaintiffs. *Harvard Law Review*, v. 135, n. 7, p. 1706-1789, maio 2022.

WILLGING, Thomas E.; HOOPER, Laural L.; NIEMIC, Robert J. An empirical analysis of rule 23 to address the rulemaking challenges. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 74-185, abr. 1996.

_____. *Empirical study of class actions in four federal district courts – final report to the Advisory Committee on Civil Rules*. Washington: Federal Judicial Center, 1996.

WILLIAMS, Margaret S. The effect of multidistrict litigation on the federal judiciary over the past 50 years. *Georgia Law Review*, v. 53, n. 4, p. 1245-1286, 2019.

_____; GEORGE, Tracey E. Who will manage complex civil litigation? The decision to transfer and consolidate multidistrict litigation. *Journal of Empirical Legal Studies*, v. 10, n. 3, p. 424-461, 2013.

WILLIAMS, Ryan C. Due process, class action opt outs and the right not to sue. *Columbia Law Review*, v. 115, n. 3, p. 599-660, abr. 2015.

WILSON, Paula Batt. Attorney investment in class action litigation: the Agent Orange example. *Case Western Reserve Law Review*, v. 45, n. 1, p. 291-349, 1994.

WILTON, Timothy. Functional interest advocacy in modern complex litigation. *Washington University Law Quarterly*, v. 60, n. 1, p. 37-74, 1982.

_____. The class action in social reform litigation: in whose interest? *Boston University Law Review*, v. 63, n. 3, p. 597-644, maio 1983.

WIRT, Gregory M. Missed opportunity: Stephenson v. Dow Chemical Co. and the finality of class action settlements. *Dickinson Law Review*, v. 109, n. 4, p. 1297-1313, 2005.

WOLFF, Tobias Barrington. Preclusion in class action litigation. *Columbia Law Review*, v. 105, n. 3, p. 717-808, abr. 2005.

_____. Federal jurisdiction and due process in the era of nationwide class action. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 156, n. 6, p. 2035-2133, jun. 2008.

_____. Managerial judging and substantive law. *Washington University Law Review*, v. 90, n. 3, p. 1027-1070, 2013.

_____. Multiple attempts at class certification. *Iowa Law Review Bulletin*, v. 99, n. 1, p. 137-152, 2013.

_____. Discretion in class certification. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 162, n. 7, p. 1897-1952, jun. 2014.

_____. Choice of laws and jurisdictional policy in the federal courts. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 165, n. 7, p. 1847-1894, jun. 2017.

_____. Class actions, statutes of limitations and repose: federal common law. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 167, n. 1, p. 1-70, dez. 2018.

_____. Consent decrees and federal jurisdiction. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 84, n. 2, p. 457-492, 2022.

WOLFSON, Barry M. Defendant class actions. *Ohio State Law Journal*, v. 38, n. 3, p. 459-498, 1977.

WOOD, Diane P. Adjudicatory jurisdiction and class action. *Indiana Law Journal*, v. 62, n. 3, p. 597-624, 1987.

WOOLF, Lord M. R. *Access to justice*: final report. London: His Majesty's Stationery Office, 1996.

WOOLLEY, Patrick. Collateral Attack and the Role of Adequate Representation in Class Suits for Money Damages. *University of Kansas Law Review*, v. 58, n. 4, p. 917-977, maio 2010.

_____. The Jurisdictional Nature of Adequate Representation in Class Litigation. *George Washington Law Review*, v. 79, n. 2, p. 410-427, maio 2011.

_____. Rethinking the adequacy of adequate representation. *Texas Law Review*, v. 75, n. 3, p. 571-630, fev. 1996.

_____. Mass tort litigation and the seventh amendment Reexamination Clause. *Iowa Law Review*, v. 83, n. 3, p. 499-544, mar. 1998.

_____. The availability of collateral attack for inadequate representation in class action. *Texas Law Review*, v. 79, n. 2, p. 383-446, dez. 2000.

WRIGHT, Charles Alan; KANE, Mary Kay. *Law of federal courts*. 8ª ed. Saint Paul: West Academic Publishing, 2017.

WUNDERLICH, John M. The importance of the prefiling phase for securities-fraud litigation. *Loyola University Chicago Law Journal*, v. 45, n. 3, p. 739-772, 2014.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Tutela jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 1998.

YEAZELL, Stephen C. *From medieval group litigation to the modern class action*. New Haven: Yale University Press, 1987.

_____. Group litigation and social context: toward a history of the class action. *Columbia Law Review*, v. 77, n. 6, p. 866-896, out. 1977.

_____. Collective litigation as collective action. *University of Illinois Law Review*, v. 1989, n. 1, p. 43-69, 1989.

_____. Intervention and the idea of litigation: a commentary on the Los Angeles school case. *University of California Law Review*, v. 25, n. 2, p. 244-260, dez. 1977.

_____. From Group Litigation to Class Action, Part I: The Industrialization of Group Litigation. *UCLA Law Review*, v. 27, n. 3, p. 514-565, fev. 1980.

_____. From Group Litigation to Class Action, Part II: Interest, Class and Representation. *UCLA Law Review*, v. 27, n. 4, p. 1067-1121, abr./jun. 1980.

YNGVESSON, Barbara; HENNESSEY, Patricia. Small claims, complex disputes: a review of the small claims literature. *Law & Society Review*, v. 9, n. 2, p. 219-274, 1975.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. *Tutela dos interesses difusos e coletivos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

ZACLIS, Lionel. *Tutela coletiva de investidores no mercado de capitais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZAFRAN, Enid L. Flexible mootness in class certification. *Cleveland State Law Review*, v. 30, n. 2, p. 295-330, 1981.

ZANETTI, Giulia; PASCHOAL, Thaís Amoroso. Por um tratamento eficiente da prova: notas sobre o multidistrict litigation enquanto técnica coletiva de gestão de processos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 409-428, jan./abr. 2021.

ZANETI JR., Hermes. *A constitucionalização do processo*: a virada do paradigma racional e político no processo civil brasileiro do Estado Democrático Constitucional. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

_____. *Processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2006.

_____. A legitimação conglobante nas ações coletivas: a substituição processual decorrente do ordenamento jurídico. In: ASSIS, Araken *et al* (Coords.). *Direito civil e processo:* Estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Repercussões do novo CPC*: Processo Coletivo. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Os casos repetitivos no Brasil: notas sobre a agregação de litígios, o processo coletivo e os precedentes vinculantes no CPC/2015. *Revista Iberoamericana de Derecho Processual*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 225-246, jan./jun. 2018.

ZARONI, Bruno Marulho. Multidistrict litigation: a experiência norte-americana na tutela dos interesses de massa. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 10, n. 55, p. 80-107, jul./ago. 2013.

ZAVASCKI, Liane Tabarelli. Tutela do meio ambiente: *class actions* do direito norte-americano – aproximações e distinções da ação pública e ação popular do direito brasileiro. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 60, n. 141, p. 9-31, abri. 2012.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo:* tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 43, n. 212, p. 16-33, jun. 1995.

ZIEGEL, Jacob S. The future of Canadian consumer class actions. *Canadian Bar Review*, v. 51, n. 2, p. 191-206, maio 1973.

ZIFF, Robert. For one litigant's sole relief: unforeseeable preclusion and the second restatement. *Cornell Law Review*, v. 77, n. 4, p. 905-954, 1991.

ZIMMERMAN, Adam S. Mass settlement rivalries. *University of Cincinnati Law Review*, v. 82, n. 2, p. 381-414, 2013.

_____. The bellwether settlement. *Fordham Law Review*, v. 85, n. 5, p. 2275-2298, abr. 2017.

_____. The global convergence of global settlements. *University of Kansas Law Review*, v. 65, n. 5, p. 1053-1094, ago. 2017.

_____. Surges and delays in mass adjudication. *Georgia Law Review*, v. 53, n. 4, p. 1335-11374, 2019.

_____. The class appeal. *University of Chicago Law Review*, v. 89, n. 6, p. 1419-1514, out. 2022.

ZUCKERMAN, Adrian. *Zuckerman on civil procedure*: principles of practices. 4ª ed. London: Sweet & Maxwell, 2021.

ZUFELATO, Camilo. *Coisa julgada coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZWEIGERT, Konrad. *An introduction to comparative law*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1983.